



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE ALVALADE

Entre:

MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva de direito público n.º 500 051 070, com sede na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representado pelo Exmo. Senhor Vereador do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia, José Sá Fernandes, com competências delegadas e subdelegadas através do Despacho n.º 99/P/2017, publicado no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1240, de 23 de novembro de 2017, na redação que lhe foi conferida pelo Despacho n.º 12/P/2019, publicado no 4.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1302, de 31 de janeiro de 2019, e da Deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa de 2 de julho de 2019 sobre a Proposta 348/CM/2019, e adiante designada por **Município de Lisboa** ou **Primeira Contratante**.

E

FREGUESIA DE ALVALADE, pessoa coletiva n.º 510832806 com sede na Rua Conde Amoso, n.º 5B, 1700-112 Lisboa, aqui representada pelo Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia, José António Barbosa Borges, com poderes para o ato, e adiante designada por **Freguesia** ou **Segunda Contratante**.

CONSIDERANDO QUE:

- Nos termos do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o regime jurídico das autarquias locais, bem como o regime jurídico da transferência de competências dos municípios nas freguesias, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios dos equipamentos urbanos; da cultura; tempos livres e desporto, da ação social; do ambiente, do desenvolvimento e ordenamento urbano e da protecção da comunidade;
- Nos termos do disposto no artigo 116º e seguintes, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estas delegações devem ter como objectivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- Lisboa foi distinguida como Capital Verde Europeia 2020, sendo um dos objectivos da autarquia promover um conjunto de boas práticas e opções estratégicas para tornar a capital, uma cidade ambientalmente mais sustentável e energeticamente eficiente, pretendendo-se que esta delegação de competências seja um veículo privilegiado para o cumprimento desta opção estratégica do Município;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- d) A presente contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º do mesmo diploma legal, entre outros, o da Prossecução do Interesse Público e o da Necessidade e Suficiência dos Recursos;
- e) Mais prevê o mencionado diploma legal que as referidas delegações de competência devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- f) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
- g) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do mesmo diploma legal, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, pretendem contratualizar a delegação de competências subjacente;
- h) Segundo o mesmo quadro legal as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesias são instruídas com os estudos previstos no n.º3 do artigo 115º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- i) Tendo por desiderato uma clara e transparente definição da presente delegação de competências, o presente contrato subsume-se nas disposições conjugadas nos artigos 116.º a 123.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos princípios gerais da atividade administrativa consagrados no Código do Procedimento Administrativo;
- j) Foi autorizada a celebração do presente contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, por Deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa de 2 de julho de 2019 sobre a Proposta 348/CM/2019, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- k) Foi autorizada a celebração do presente contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, por deliberação da Assembleia de Freguesia, ao 2 de Setembro de 2019, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

É celebrado, o presente Contrato de Delegação de Competências, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 116º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e publicados no Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

Cláusula 1.ª

Objetivo da delegação de competências

O presente contrato de delegação de competências tem como objectivo promover a manutenção, e regeneração, dos espaços verdes e áreas expectantes na área geográfica da freguesia identificados na tabela constante do Anexo I, com vista a contribuir para o aumento do potencial ecológico e de biodiversidade na cidade, mas também para a melhoria da qualidade do espaço público, para usufruto da população.

Cláusula 2.ª

Objeto e Competências delegadas

1 - O presente contrato de delegação de competências do Município de Lisboa na Freguesia de Alvalade, tem por objecto a concretização de intervenções que proporcionem o maior valor acrescentado em relação ao referido na cláusula anterior e, simultaneamente, sejam adequadas aos principais desafios territoriais da freguesia.

2 - Qualquer intervenção executada com delegação de competências e atribuição de recursos para a sua execução está vinculada simultaneamente ao cumprimento de três factores:

- a) Concentração temática das intervenções nos programas referenciados na cláusula anterior;
- b) Limite financeiro atribuído conforme Anexo I; e
- c) Limite financeiro do total de recursos atribuídos à Freguesia, nos termos da cláusula 6.ª.

Cláusula 3.ª

Obrigações da Segunda Contratante

No exercício das competências delegadas pelo presente contrato, competirá à **Segunda Contratante**:

- a) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições ora contratadas;
- b) Exercer as competências delegadas de modo eficiente e eficaz, promovendo a execução das intervenções objecto do presente contrato, de modo a que contribuam, simultaneamente, para a



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

concretização dos programas referenciados na cláusula 1.ª e para responder aos principais desafios territoriais da freguesia;

- c) Exercer as competências delegadas cooperando sempre com o Município para melhorar a sustentabilidade ambiental, social e económica de Lisboa, respeitando as normas e orientações técnicas, cumprindo as disposições legais existentes, os diferentes regulamentos municipais e normas em vigor, assim como as recomendações municipais, designadamente as do "Manual do Espaço Público" da Câmara Municipal de Lisboa ou as orientações estratégicas sobre a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética emanadas do galardão "Lisboa Capital Verde 2020".
- d) Promover todos os atos necessários à condução dos procedimentos de contratação que se julguem necessários e de acordo com a legislação em vigor;
- e) Informar por escrito a Primeira Contratante sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objecto do presente contrato em virtude de qualquer facto, nomeadamente os imputáveis a terceiros;
- f) Assumir todos os danos causados, no decorrer da execução dos trabalhos objecto do presente contrato, sejam aqueles de natureza humana ou material, devendo reparar, com urgência e à sua custa, os danos que porventura ocorram;
- g) Cooperar com a Primeira Contratante no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução, com a periodicidade definida nas cláusulas 4ª, 7ª e 8ª do presente contrato e sempre que solicitado pela Primeira Contratante, designadamente no que diz respeito às orientações estabelecidas no caderno de encargos de manutenção e reabilitação, cfr. Anexo III;
- h) Aplicar e administrar no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis os recursos financeiros tendo em conta o objeto do presente contrato, garantindo a afectação das verbas atribuídas nos programas e intervenções enunciados no Anexo I do presente contrato.
- i) A Segunda Contratante, no que se refere ao tratamento de dados pessoais abrangidos por este Contrato, obriga-se ao cumprimento de todas as regras e disposições aplicáveis nesta matéria e que decorrem do cumprimento dos princípios relativos ao tratamento de dados pessoais, estabelecidos no artigo 5º do Regulamento Geral de Proteção de Dados.
- j) A divulgação e publicitação do financiamento concedido pela Câmara Municipal de Lisboa no âmbito do presente Contrato de Delegação de Competências, para a execução das intervenções previstas,



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

constitui uma responsabilidade da Junta de Freguesia, recorrendo para isso aos meios mais adequados a cada caso.

Cláusula 4.ª

Obrigações adicionais da Segunda Contratante

- 1 – Qualquer alteração que a Segunda Contratante pretenda realizar, deverá, previamente, submeter a parecer e sequente validação, pela Primeira Contratante, referindo para o efeito, o tipo de intervenção que pretende efectuar, a data prevista para o início da intervenção, referindo ainda se as acções previstas para cada intervenção são executadas através de procedimento previsto no Código da Contratação Pública, ou efetuadas com meio a recursos próprios, designadamente, materiais e humanos.
- 2 - As intervenções de manutenção ou de requalificação, que a Segunda Contratante, pretenda executar devem garantir o preconizado no caderno de encargos do Anexo III, respeitando a execução das operações de manutenção previstas para os espaços, nos termos das tipologias definidas.
- 3 - A Segunda Contratante fica ainda obrigada a informar a Primeira Contratante das intervenções propostas que impliquem custos futuros de gestão e manutenção de espaços ou equipamentos para análise e validação, devendo remeter antecipadamente a respectiva estimativa de custos.
- 4 – A definição e o valor a alocar às intervenções executadas com meio a recursos próprios têm que ser previamente acordados entre a Primeira Contratante e a Segunda Contratante.
- 5 – Assim que seja comunicada a implementação do sistema de gestão de arvoredo e espaços verdes, atualmente em desenvolvimento pela Câmara Municipal de Lisboa, a Segunda Contratante deverá reportar e aí introduzir toda a informação relativa à execução do presente contrato.
- 6 - O cumprimento do estipulado nos números anteriores constitui condição indispensável para a realização das ulteriores transferências financeiras a efectuar ao abrigo do presente contrato.

Cláusula 5.ª

Obrigações da Primeira Contratante

No âmbito do presente contrato, competirá à Primeira Contratante:

- a) Acompanhar e controlar a execução das competências delegadas nos termos do presente contrato;
- b) Prestar o apoio técnico necessário no âmbito das matérias delegadas, sempre que solicitado pelas Juntas de Freguesia, e de acordo com a capacidade dos serviços municipais.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

- c) Acompanhar os trabalhos, mediante relatórios, informações e elementos facultados pela Segunda Contratante;
- d) Validar no período de 20 dias úteis após a entrega pela Junta de Freguesia, os documentos justificativos da execução financeira do valor dos recursos afectos, nos termos da cláusula 6.ª;
- e) Efetuar o parecer técnico prévio referido nos números 1, 2 e 3 da Cláusula 4ª, no prazo de 20 dias úteis após a solicitação do mesmo pela Junta de Freguesia;
- f) Proceder à transferência das verbas necessárias ao exercício das competências delegadas no presente contrato.

Cláusula 6.ª

Valor Total de Recursos Financeiros

- 1 – O Município de Lisboa disponibilizará à Segunda Contratante o Valor Total de Recursos Financeiros de € 60 539,04 (sessenta mil quinhentos e trinta e nove euros e quatro cêntimos), a transferir anualmente, para o exercício das competências e realização das intervenções objeto do presente contrato.
- 2 – O Valor Total de Recursos Financeiros referido no número anterior será transferido numa única prestação anual, a primeira após a celebração do presente contrato e as seguintes após um ano da transferência anterior.
- 3 – Se até 30 de junho de 2020 não tiverem sido entregues pela Segunda Contratante documentos justificativos de despesas elegíveis de execução de 30% do Valor Total de Recursos Financeiros, a Câmara Municipal de Lisboa pode determinar a devolução das verbas transferidas e / ou a redução do Valor Total de Recursos Financeiros.
- 4 – O Valor Total de Recursos Financeiros pode ainda ser objeto de redução, sem mais formalidades e na devida proporção se, em função dos custos reais apurados e ou contratualizados, se verificar que o custo real das intervenções será de valor inferior ao previsto.
- 5 – O Valor Total de Recursos Financeiros poderá ser anualmente ajustado, sem mais formalidades, em função do referido nos números 3 e 4.

CAPÍTULO II

ACOMPANHAMENTO, CONTROLO E MONITORIZAÇÃO



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Cláusula 7.ª

Acompanhamento e Monitorização

- 1 – Compete à Freguesia e ao Município de Lisboa fazer a monitorização da realização e resultados das intervenções, assim como o controlo e fiscalização do presente contrato, no âmbito das obrigações contratuais e do desempenho físico e financeiro das intervenções.
- 2 – A execução do presente contrato será acompanhada de forma contínua pela Primeira Contratante que pode, a todo o tempo, solicitar à Segunda Contratante documentos que considere relevantes, bem como realizar visitas aos locais abrangidos pela presente delegação de competências e/ou promover reuniões conjuntas e periódicas.
- 3 - A Segunda Contratante disponibilizará à Primeira Contratante, relatórios trimestrais de avaliação de execução física e financeira das competências delegadas e das verbas do acordo firmado, dos quais fará parte integrante um formulário/minuta a facultar pela Primeira Contratante (a enviar em formato digital juntamente com o Caderno de Encargos), assim como todos os documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados.
- 4 - A entrega dos relatórios a que se refere o número anterior deverá ter lugar até ao décimo dia do mês seguinte a que disser respeito o trimestre em referência.
- 5 - A Freguesia obriga-se ainda a constituir, e a ter permanentemente actualizado e disponível, um dossier técnico de execução física e financeira das verbas transferidas pelo Município de Lisboa ao abrigo do presente contrato, com referência ao saldo existente nesse momento.

Cláusula 8.ª

Auditoria

Os programas/intervenções objeto do presente contrato ficam sujeitas a auditoria, a realizar pelo Departamento de Gestão da Qualidade e Auditoria da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a Segunda Contratante disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.

Cláusula 9.ª

Incumprimento do contrato

- 1 – O Incumprimento das obrigações resultantes do presente Contrato por qualquer das partes confere à outra parte o direito de o resolver total ou parcialmente;

Handwritten signature



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

2 – A Câmara Municipal de Lisboa pode optar por, em situações que justifiquem a resolução, proceder à suspensão temporária da transferência das verbas previstas na Cláusula 6ª até que se encontre regularizada a situação.

Cláusula 10.ª

Modificação, Revogação e Resolução

1 – O presente contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes, devendo revestir a forma escrita, e deve ser submetido aos respetivos órgãos autárquicos.

2 - Qualquer modificação ao presente contrato terá de ser formalizada pela Freguesia, obedecendo a sua aprovação pelo município à seguinte metodologia:

- a) Até 25% do total de financiamento atribuído é aprovada pelo Vereador dos Pelouros do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia, sem prejuízo da delegação e subdelegação de competências do Presidente nos Vereadores em matéria de realização de despesas;
- b) De 25% e até 50% do total de financiamento atribuído é aprovada pela Câmara Municipal;
- c) A partir de 50% do total de financiamento atribuído, é aprovada pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

3 – A modificação ao presente contrato não poderá pôr em causa o total de financiamento atribuído.

4 – O presente contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:

- a) Por incumprimento definitivo por facto imputável à outra Contratante;
- b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

Cláusula 11.ª

Lacunas e dúvidas

Na verificação de lacunas e resolução de dúvidas eventualmente emergentes do clausulado do presente Contrato aplicam-se as disposições vigentes na Lei da Reforma Administrativa de Lisboa (Lei n.º 56/12, de 8 de novembro), no Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro de 2013), no Código da Contratação Pública e no Código de Procedimento Administrativo.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 12.ª

Entrada em vigor e vigência do contrato

- 1 – O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes Contratantes.
- 2 – O período de vigência do Contrato de Delegação de Competências comporta o tempo adequado ao exercício da competência, de modo a ser executada e concluída a intervenção em causa, com o limite do período de duração do mandato autárquico.
- 3 – Em casos excepcionais, devidamente fundamentados, o período de vigência poderá ser prorrogado, salvo se o contrato for denunciado por algum dos contratantes, no prazo de seis meses após a instalação do órgão autárquico.

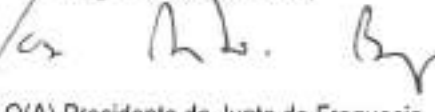
O presente contrato é feito em triplicado, ficando dois exemplares na posse da Primeira Contratante e um na posse da Segunda Contratante.

Paços do Concelho de Lisboa, 3 de Setembro de 2019

Primeira Contratante,


O Vereador

Segunda Contratante,


O(A) Presidente da Junta de Freguesia

ANEXOS:

- I - Quadro com os espaços a transferir (inclui Cód. SIG, morada/designação, área, tipologia, valor anual da manutenção por períodos de 12 meses).
- II – Mapa de localização com espaços a transferir georreferenciados
- III – Caderno de encargos (exemplo) a fim de garantir a qualidade de execução dos trabalhos, que se pretende para cada uma das tipologias e entregue em formato digital

ESPAÇOS A TRANSFERIR POR DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS

Programa	Espaço verde		Tipologias e Classe de área		Área de ESP/CO VERDE (m²)	Cálculo de valor de transferência anual (R\$ano)	Perímetro base de preço unitário anual (R\$ano)	Total por transferência anual (R\$ano)	A transferir	Observações
	Código M²	Designação	Tipologias	Classe de área						
ALVALADE	392380	ENVOL. AO POLIDESPORTE DO RUA TOMÁS DA FONSECA	7	3	4068	12	309,3	4071,8	Transferência	
ALVALADE	391770	UNIVERSIDADE DE LISBOA - FACULDADE DE LETRAS	9	3	25512	12	1152,99	13825,98	Transferência	
ALVALADE	391780	AV. INDEPENDÊNCIA DAS MORTAS - RUA DAS MORTAS	7	3	30536	12	1844,51	22204,32	Transferência	
ALVALADE	421350	AV. ALBINO GARCIA GONÇALVES - LATERAL AD. M. 14	11	7	290	12	22,25	287	Transferência	
ALVALADE	391820	GALEIA QUADRADA - CORRUCHILHES	9	3	623	12	43,01	520,32	Transferência	
ALVALADE	391310	RUA DO JOÃO SOARES	9	3	2845	12	160,3	1823,8	Transferência	
ALVALADE	421340	Espaço verde ao longo da Rua das Mouras e 2ª Circular	11	3	19 866	12	779,05	8248,8	Transferência	
ALVALADE	000130	Correio Verde Rua Mar de Sá	11	3	146	12	39,2	470,4	Transferência	
ALVALADE	421380	Parque Francisco Loureiro da Fonseca - Av. Olga Goularte	7	3	152	12	11,11	185,32	Transferência	
ALVALADE		Legado dos Mouros A e B das Cooperativas Unidas do Povo a 26 de Abril	4	3	3210	12	550,5	8806	Transferência	
						Total		90 539,24 €		

15 y
7





- Esta página foi deliberadamente deixada em branco -



CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO Nº 07/CPI/DA/CCM/2017

ACORDO QUADRO PARA A AQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E DOS TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES

Janeyro de 2017

3/37



Índice

PARTE I - DISPOSIÇÕES GERAIS	13
Cláusula 1ª - Definições	13
Cláusula 2ª - Objeto do ACORDO QUADRO	14
Cláusula 3ª - Especificação geral do funcionamento do ACORDO QUADRO	14
Cláusula 4ª - Modalidade do ACORDO QUADRO	15
Cláusula 5ª - Documentos integrantes do ACORDO QUADRO	15
Cláusula 6ª - Vigência do ACORDO QUADRO	16
Cláusula 7ª - Fundamentos base do ACORDO QUADRO	16
Cláusula 8ª - Obrigações dos CO-CONTRATANTES	17
Cláusula 9ª - Obrigações da ENTIDADE ADQUIRENTE	18
Cláusula 10ª - Fases do objeto do contrato	18
Cláusula 11ª - Condições	19
Cláusula 12ª - Responsabilidades e comunicações	19
Cláusula 13ª - Confidencialidade	19
Cláusula 14ª - Centro da posição contratual dos CO-CONTRATANTES e da CONTRATANTE PÚBLICA	20
Cláusula 15ª - Cópia	20
Cláusula 16ª - Atos legislativos e Treinamentos	21
Cláusula 17ª - Cotas Portantes ou de Força Máxima	21
Cláusula 18ª - Serviços prestados	22
Cláusula 19ª - Resoluções sancionatórias do ACORDO QUADRO	23
Cláusula 20ª - Direitos	24
Cláusula 21ª - Direito Aplicável	24
Cláusula 22ª - Foro competente para a resolução de litígios	24
PARTE II - CADERNO DE ENCARGOS DOS CONTRATOS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO	25
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	25
Cláusula 23ª - Definições	25
Cláusula 24ª - Objeto do CONTRATO	26
Cláusula 25ª - Documentos integrantes do CONTRATO	26
Cláusula 26ª - Vigência do CONTRATO	26
Cláusula 27ª - Fases do CONTRATO	26
Cláusula 28ª - Habilitações do ADQUIRENTE	27
Cláusula 29ª - Preço contratual	27
Cláusula 30ª - Preço e prazo contratual	28
Cláusula 31ª - Condições e forma de pagamento	29
Cláusula 32ª - Descrição dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO	31
Cláusula 33ª - Remuneração dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO	32
Cláusula 34ª - Remuneração dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO	33
Cláusula 35ª - Cota final dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO	36
Cláusula 36ª - Execução dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO	36
Cláusula 37ª - Acompanhamento e controle da execução do CONTRATO	37
Cláusula 38ª - Exercício simultâneo de outros trabalhos por terceiros	37
Cláusula 39ª - Outras condições de execução dos trabalhos e de prestação dos serviços	38
Cláusula 40ª - Avaliação de desempenho	38



Cláusula 41ª - Disposições de início	43
Cláusula 42ª - Serviços prestados	43
Cláusula 43ª - Cotas Portantes ou de Força Máxima	44
Cláusula 44ª - Resoluções sancionatórias da ENTIDADE ADQUIRENTE	45
Cláusula 45ª - Cópia	45
Cláusula 46ª - Serviços prestados	46
Cláusula 47ª - Centro da posição contratual	47
Cláusula 48ª - Aplicação de Sanções	47
Cláusula 49ª - Organização dos Serviços	47
Cláusula 50ª - Serviços com elementos de propriedade intelectual ou industrial	48
Cláusula 51ª - Direito de sigilo	48
Cláusula 52ª - Patentes, invenções e marcas registradas	48
Cláusula 53ª - Direito Aplicável	48
Cláusula 54ª - Foro competente para a resolução de litígios	48
CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO	50
SEÇÃO I - Manutenção, Conservação e Qualidade dos Materiais	50
Cláusula 55ª - Adesões	50
Cláusula 56ª - Manutenção	50
Cláusula 57ª - Material vegetal para replantar e plantar	50
Cláusula 58ª - Sementes	51
Cláusula 59ª - Fertilizantes	51
Cláusula 60ª - Fertilizantes	51
Cláusula 61ª - Fertilizantes	51
Cláusula 62ª - Fertilizantes	51
Cláusula 63ª - Fertilizantes	51
Cláusula 64ª - Fertilizantes	51
Cláusula 65ª - Fertilizantes	51
Cláusula 66ª - Fertilizantes	51
Cláusula 67ª - Fertilizantes	51
Cláusula 68ª - Fertilizantes	51
Cláusula 69ª - Fertilizantes	51
Cláusula 70ª - Fertilizantes	51
Cláusula 71ª - Fertilizantes	51
Cláusula 72ª - Fertilizantes	51
Cláusula 73ª - Fertilizantes	51
Cláusula 74ª - Fertilizantes	51
Cláusula 75ª - Fertilizantes	51
Cláusula 76ª - Fertilizantes	51
Cláusula 77ª - Fertilizantes	51
Cláusula 78ª - Fertilizantes	51
Cláusula 79ª - Fertilizantes	51
Cláusula 80ª - Fertilizantes	51
Cláusula 81ª - Fertilizantes	51
Cláusula 82ª - Fertilizantes	51
Cláusula 83ª - Fertilizantes	51
Cláusula 84ª - Fertilizantes	51
Cláusula 85ª - Fertilizantes	51
Cláusula 86ª - Fertilizantes	51
Cláusula 87ª - Fertilizantes	51
Cláusula 88ª - Fertilizantes	51
Cláusula 89ª - Fertilizantes	51
Cláusula 90ª - Fertilizantes	51
Cláusula 91ª - Fertilizantes	51
Cláusula 92ª - Fertilizantes	51
Cláusula 93ª - Fertilizantes	51
Cláusula 94ª - Fertilizantes	51
Cláusula 95ª - Fertilizantes	51
Cláusula 96ª - Fertilizantes	51
Cláusula 97ª - Fertilizantes	51
Cláusula 98ª - Fertilizantes	51
Cláusula 99ª - Fertilizantes	51
Cláusula 100ª - Fertilizantes	51



Classe 87 ^a - Medicinas	62
Classe 88 ^a - Armas e artilharia	62
SEÇÃO VI - Retardas e Plantação	63
Classe 89 ^a - Disposições gerais	63
Classe 90 ^a - Retardas e plantação de herbáceas	64
Classe 91 ^a - Retardas e plantação de lençóis	65
Classe 92 ^a - Retardas e plantação de arbustos	66
Classe 93 ^a - Retardas e plantação de palmeiras	66
SEÇÃO VII - Escavamentos	67
Classe 94 ^a - Escavamentos	67
Classe 95 ^a - Colocação da porta de saída	68
SEÇÃO VIII - Arqueamento, Escavamento e Retardas de Arredos	68
Classe 96 ^a - Arqueamento, escavamento e retardas de arredos	68
SEÇÃO IX - Fichas	69
Classe 97 ^a - Disposições gerais	69
Classe 98 ^a - Fichas	69
Classe 99 ^a - Fichas	69
Classe 100 ^a - Fichas	69
Classe 101 ^a - Fichas e palmeiras	70
SEÇÃO X - Controle de Infância	70
Classe 102 ^a - Disposições gerais	70
Classe 103 ^a - Retardas no ponto regular	71
Classe 104 ^a - Medicinas, retardas e retardas de lençóis	71
Classe 105 ^a - Retardas de lençóis, retardas naturalizadas, retardas e retardas naturais	71
SEÇÃO XI - Tratamentos Farmacológicos	72
Classe 106 ^a - Disposições gerais	72
SEÇÃO XII - Tratamentos	73
Classe 107 ^a - Tratamentos	73
SEÇÃO XIII - Lâmpada Geral	73
Classe 108 ^a - Lâmpada geral	73
SEÇÃO XIV - Manutenção de Redes e Elementos de Água	74
Classe 109 ^a - Manutenção de redes de água	74
Classe 110 ^a - Manutenção dos elementos de água	75
SEÇÃO XV - Escavamento de Retardas e Retardas final adequadas	75
Classe 111 ^a - Escavamento de Retardas e Retardas final adequadas	76
Classe 112 ^a - Retardas com retardas para a ENTIDADE ADJUDICANTE	77
SEÇÃO XVI - Periculosidade dos Serviços	78
Classe 113 ^a - Periculosidade dos serviços	78
SEÇÃO XVII - Disposições	79
Classe 114 ^a - Disposições gerais	79
Classe 115 ^a - Disposições gerais	80
Classe 116 ^a - Disposições gerais	81
SEÇÃO XVIII - Manutenção	84
Classe 117 ^a - Manutenção e Retardas	84
Classe 118 ^a - Manutenção e Retardas	84
Classe 119 ^a - Manutenção e Retardas	84
Classe 120 ^a - Manutenção e Retardas	84



CAPÍTULO III - DISPOSIÇÕES TÉCNICAS DOS TRABALHOS DE REABILITAÇÃO	99
SEÇÃO I - Classes Gerais	99
Classe 121 ^a - Disposições gerais de ADEQUAÇÃO de propagação e plantamento dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO	99
Classe 122 ^a - Classes Gerais	99
SEÇÃO II - Trabalhos nos Espaços Verde	99
SEÇÃO III - Descrição dos trabalhos	99
Classe 123 ^a - Geralidade	99
Classe 124 ^a - Medicinas	99
Classe 125 ^a - Retardas	99
Classe 126 ^a - Retardas naturais	99
SEÇÃO IV - Retardas e qualidade dos materiais	99
Classe 127 ^a - Retardas e qualidade dos materiais	99
Classe 128 ^a - Retardas	99
Classe 129 ^a - Retardas	99
Classe 130 ^a - Retardas e retardas	99
Classe 131 ^a - Retardas e retardas	99
Classe 132 ^a - Retardas	99
SEÇÃO V - Meio de execução dos trabalhos	99
Classe 133 ^a - Meio de execução dos trabalhos	99
Classe 134 ^a - Meio de execução dos trabalhos	99
Classe 135 ^a - Meio de execução dos trabalhos	99
Classe 136 ^a - Meio de execução dos trabalhos	99
Classe 137 ^a - Meio de execução dos trabalhos	99
Classe 138 ^a - Meio de execução dos trabalhos	99
Classe 139 ^a - Meio de execução dos trabalhos	99
Classe 140 ^a - Meio de execução dos trabalhos	99
Classe 141 ^a - Meio de execução dos trabalhos	99
Classe 142 ^a - Meio de execução dos trabalhos	99
Classe 143 ^a - Meio de execução dos trabalhos	99
Classe 144 ^a - Meio de execução dos trabalhos	99
Classe 145 ^a - Meio de execução dos trabalhos	99
SEÇÃO VI - Trabalhos em Espaço Verde	100
SEÇÃO VII - Manutenção e Elementos de Construção	100
Classe 146 ^a - Manutenção e Elementos de Construção	100
Classe 147 ^a - Manutenção e Elementos de Construção	100
Classe 148 ^a - Manutenção e Elementos de Construção	100
Classe 149 ^a - Manutenção e Elementos de Construção	100
Classe 150 ^a - Manutenção e Elementos de Construção	100
Classe 151 ^a - Manutenção e Elementos de Construção	100
Classe 152 ^a - Manutenção e Elementos de Construção	100
Classe 153 ^a - Manutenção e Elementos de Construção	100
Classe 154 ^a - Manutenção e Elementos de Construção	100
Classe 155 ^a - Manutenção e Elementos de Construção	100
Classe 156 ^a - Manutenção e Elementos de Construção	100
Classe 157 ^a - Manutenção e Elementos de Construção	100
Classe 158 ^a - Manutenção e Elementos de Construção	100
Classe 159 ^a - Manutenção e Elementos de Construção	100



Classe 160 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 161 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 162 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 163 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 164 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 165 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 166 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 167 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 168 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 169 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 170 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 171 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 172 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 173 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 174 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 175 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 176 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 177 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 178 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 179 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 180 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 181 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 182 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 183 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 184 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 185 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 186 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 187 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 188 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 189 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 190 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 191 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 192 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 193 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 194 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 195 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 196 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 197 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 198 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 199 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 200 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 201 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 202 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 203 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 204 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 205 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 206 ^a - Retardas e Retardas	112



Classe 207 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 208 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 209 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 210 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 211 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 212 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 213 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 214 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 215 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 216 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 217 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 218 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 219 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 220 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 221 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 222 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 223 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 224 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 225 ^a - Retardas e Retardas	112
SEÇÃO II - Retardas e Retardas	112
Classe 226 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 227 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 228 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 229 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 230 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 231 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 232 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 233 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 234 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 235 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 236 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 237 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 238 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 239 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 240 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 241 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 242 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 243 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 244 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 245 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 246 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 247 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 248 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 249 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 250 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 251 ^a - Retardas e Retardas	112
Classe 252 ^a - Retardas e Retardas	112



PARTI I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª - Definições

Para o efeito do presente caderno de encargos, o termo ou de conteúdo dasentido atribuído, ou de outro termo utilizado, quando utilizado no presente, tem o seguinte significado:

- ACORDO QUADRO** o contrato a celebrar, no âmbito do presente procedimento público, para a prestação de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO e de TRABALHOS DE REABILITAÇÃO;
- ADJUDICATÁRIO** (ou **ADJUDICATÁRIOS**) o(s) adjudicatário(s) do(s) CONCURSO(s);
- CCP** Código das Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 28 de Janeiro, com as alterações e alterações posteriores;
- CO-CONTRATANTE** o(s) ADJUDICATÁRIO(s), a partir do momento em que se tornarem parte(s) no ACORDO QUADRO;
- CONCURSO** (ou **CONCURSOS**) procedimento(s) de seleção do(s) CONTRATO(s) passível(is) ao abrigo do ACORDO QUADRO;
- CONTRATO** (ou **CONTRATOS**) o contrato ou contratos a celebrar, no âmbito dos CONCURSOS e passíveis de serem o ACORDO QUADRO;
- ENTIDADE ADJUDICANTE** Município de Lisboa - Direção Municipal de Estrutura Verde, do Ambiente e Energia - Departamento de Estrutura Verde;
- ESPAÇO VERDE** toda unidade de área de trabalho no âmbito do ACORDO QUADRO, identificada pelo respetivo código SIG (sistema de informação geográfica) no Anexo I e representada no plano no Anexo II deste caderno de encargos ou no anexo dos CONCURSOS passíveis ao abrigo do presente ACORDO QUADRO;
- ESPAÇOS VERDES** a totalidade das áreas de trabalho definidas no Anexo I e representadas no plano no Anexo II deste caderno de encargos ou no anexo dos CONCURSOS passíveis ao abrigo do presente ACORDO QUADRO;
- ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS** as áreas de trabalho cujos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO e os TRABALHOS DE REABILITAÇÃO são objeto do(s) CONTRATO(s), a partir do momento em que se tornarem parte(s) do(s) CONCURSO(s);
- SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO** os serviços de manutenção dos ESPAÇOS VERDES definidos neste caderno de encargos;
- TERMO COMPLEMENTARES** o documento a elaborar pela ENTIDADE ADJUDICANTE destinado a complementar a Parte II do caderno de encargos do ACORDO

10/17



QUADRO, no âmbito das particularidades da necessidade a satisfazer com a celebração de cada um dos CONTRATOS, consistente, juntamente com a Parte II do caderno de encargos, o conjunto de cláusulas a incluir nos documentos CONTRATOS e os termos dos TERMOS COMPLEMENTARES previstos no Anexo A do Anexo V.

- TRABALHOS DE REABILITAÇÃO** os trabalhos de reabilitação dos ESPAÇOS VERDES definidos neste caderno de encargos;

Cláusula 2.ª - Objeto do ACORDO QUADRO

- O objeto do ACORDO QUADRO consiste na definição das bases a que estão sujeitos os CONCURSOS e os CONTRATOS para a prestação dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO e dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO dos ESPAÇOS VERDES no âmbito de Lisboa.
- O ACORDO QUADRO consiste, no âmbito de área de trabalho os ESPAÇOS VERDES compreendidos no âmbito de Lisboa que podem vir a ser incluídos nos CONTRATOS, e na definição e seleção de unidades definidas, nos Anexos I e II do presente caderno de encargos ou no(s) CONCURSO(s) passível(is) ao abrigo do presente ACORDO QUADRO.
- O caderno de encargos do ACORDO QUADRO tem a seguinte estrutura:
 - No presente Parte I, estão descritas as disposições gerais do ACORDO QUADRO, que incluem as regras dos CONCURSOS;
 - No Parte II, estão descritas disposições do caderno de encargos dos CONTRATOS, que juntamente com os TERMOS COMPLEMENTARES, constituem os cláusulas gerais e as disposições técnicas do caderno de encargos dos CONTRATOS.

Cláusula 3.ª - Explicação geral do funcionamento do ACORDO QUADRO

- De acordo com a explicação do ACORDO QUADRO, a ENTIDADE ADJUDICANTE vai promover CONCURSOS para a realização de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO e para os vários trabalhos de ESPAÇO VERDE em cada CONTRATO.
- O preço unitário normal dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO dos ESPAÇOS VERDES será sempre considerado a concorrência nos CONTRATOS, estando limitado especificamente pelas peças unitárias por metro quadrado e por mês, que cada CO-CONTRATANTE deve apresentar no momento do ACORDO QUADRO para efeitos limitados especificamente pelas peças unitárias por metro quadrado e por mês indicadas no Anexo I da Cláusula 3.ª.

10/17



- São ainda subentendidos a concordância nos CONTRATOS com TRABALHOS DE REABILITAÇÃO os preços unitários dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO, que serão limitados especificamente pelas peças unitárias por metro quadrado e por mês indicadas no Anexo IV.

Cláusula 4.ª - Modalidade do ACORDO QUADRO

- O ACORDO QUADRO segue a modalidade descrita na alínea b) do n.º 1 do artigo 252.º do CCP.
- O ACORDO QUADRO é celebrado entre a ENTIDADE ADJUDICANTE e os titulares dos CO-CONTRATANTES.
- Os aspetos da execução dos CONTRATOS que são subentendidos a concorrência pelas peças unitárias por metro quadrado e por mês, que cada CO-CONTRATANTE deve apresentar no momento do ACORDO QUADRO para efeitos limitados especificamente pelas peças unitárias por metro quadrado e por mês indicadas no Anexo I da Cláusula 3.ª.

Cláusula 5.ª - Documentos integrantes do ACORDO QUADRO

- O ACORDO QUADRO integra os seguintes documentos:
 - Os representativos dos tipos e unidades de caderno de encargos identificadas pelas áreas unitárias e representadas no plano pela ENTIDADE ADJUDICANTE;
 - Os documentos previstos pelo plano e a definição das peças do caderno por parte da ENTIDADE ADJUDICANTE, que incluem todo o conteúdo e base de apresentação de projetos do ACORDO QUADRO;
 - O caderno de encargos;
 - A(s) proposta(s) do(s) CO-CONTRATANTE(s);
 - Os documentos A(s) proposta(s) do(s) CO-CONTRATANTE(s);
 - O documento contratual.
- Se o preço do projeto no âmbito seguinte, em caso de divergência entre as várias documentações que integram o ACORDO QUADRO, a prioridade atribuída a ordem por que são mencionadas no presente anexo.
- Os aspetos da execução dos CONTRATOS que são subentendidos a concorrência pelas peças unitárias por metro quadrado e por mês, que cada CO-CONTRATANTE deve apresentar no momento do ACORDO QUADRO para efeitos limitados especificamente pelas peças unitárias por metro quadrado e por mês indicadas no Anexo I da Cláusula 3.ª.

10/17



- Os documentos do ACORDO QUADRO subentendidos e os preços unitários subentendidos em vários documentos.

Cláusula 6.ª - Vigência do ACORDO QUADRO

- O ACORDO QUADRO vigorará desde a data da respetiva assinatura.
- O ACORDO QUADRO tem duração de 4 anos, contados a partir da data indicada no n.º 1.

Cláusula 7.ª - Preços base do ACORDO QUADRO

Os preços unitários propostos para a prestação dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO dos ESPAÇOS VERDES são dados em metros quadrados e por mês, que cada CO-CONTRATANTE deve apresentar no momento do ACORDO QUADRO para efeitos limitados especificamente pelas peças unitárias por metro quadrado e por mês indicadas no Anexo I da Cláusula 3.ª.

ID	ESPAÇOS VERDES Tipologias - Designação	Preços base da Preço Unitário Mensal dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO/m² mês		
		Classe I (até 1.000 m²)	Classe II (1.001 m² a 2.000 m²)	Classe III (mais de 2.000 m²)
		Valor Máximo (€/m²/mês)	Valor Máximo (€/m²/mês)	Valor Máximo (€/m²/mês)
1	VERDEZONAL	0,20	0,20	0,20
2	ENCANALAMENTO DE MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO HÓRNE	0,20	0,20	0,20
3	ENCANALAMENTO DE MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO HÓRNE	0,20	0,20	0,20
4	VERDES DE CORTA	0,20	0,20	0,20
5	VERDES DE CORTA	0,20	0,20	0,20
6	VERDES DE CORTA	0,20	0,20	0,20
7	ENCANALAMENTO DE MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO HÓRNE	0,20	0,20	0,20
8	ENCANALAMENTO DE MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO HÓRNE	0,20	0,20	0,20
9	ENCANALAMENTO DE MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO HÓRNE	0,20	0,20	0,20
10	ENCANALAMENTO DE MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO HÓRNE	0,20	0,20	0,20
11	ENCANALAMENTO DE MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO HÓRNE	0,20	0,20	0,20

10/17



3. A celebração do ACORDO QUADRO pela ENTIDADE ADJUDICANTE não impede a celebração das negociações, contanto que para isso haja motivo;
4. A celebração intencional da contratação com o CO-CONTRATANTE o direito a indenização pelos prejuízos daí advindos;
5. A celebração prevista neste sistema de compra prevista pelo gerente do item e pessoal competente de todos os encargos abrangidos pelo ACORDO QUADRO será integralmente liberada no prazo de 30 dias após o termo do ACORDO QUADRO.

Cláusula 16ª - Caso Impedido a Trabalho

Sempre que os CO-CONTRATANTES sejam impedidos de cumprir qualquer das obrigações decorrentes do ACORDO QUADRO, em virtude de qualquer ato imprevisto a natureza, doença, ou prazo máximo de 5 dias e contar de ocorrência de tal fato, comunicando qualque um dia antes por escrito na Cláusula 12ª, informar a ENTIDADE ADJUDICANTE, por escrito e que esta seja habilitada a tomar as providências que estejam a seu dispor.

Cláusula 17ª - Caso Faltante de de Força Maior

1. Haveria das partes inexistência em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no ACORDO QUADRO;
2. Haveria das partes inexistência em qualquer obrigação de indenização, compensação ou ressarcimento por quaisquer prejuízos decorrentes de a natureza por comprometimento das suas obrigações contratuais por força de caso fortuito ou de força maior;
3. Para os efeitos das cláusulas anteriores, considera-se caso de força maior o ato praticado por terceiros pelo qual a parte não seja responsável, desde que imprevisto, ou para cuja realização a parte não tenha convenientemente contribuído sem poder ser evitada, bem como qualquer fato natural, situação imprevista e inevitável cujos efeitos se produzam independentemente da vontade ou das circunstâncias pessoais das partes, como sejam, entre outras:
 - a) Atos de guerra ou de rebelião;
 - b) Epidemias;
 - c) Golpes;
 - d) Terremotos de terra, fogo, tufões, intempéries que afetem as instalações ou a capacidade produtiva das partes;

11/07



- a) Se um CO-CONTRATANTE não continuar integralmente qualquer atividade ou deixar de cumprir a obrigação do CONTRATO, automaticamente as situações previstas na a) de n.º 1, e na n.º 2, da Cláusula 14ª;
- b) Se um CO-CONTRATANTE não cumprir o CONTRATO nas condições definidas no sistema de encargos e demais documentos, automaticamente não dar início aos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ou aos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO nos prazos estabelecidos para esse efeito;
2. As sanções pecuniárias referidas na presente cláusula ou não afetam ou diminuem a responsabilidade contratual dos CO-CONTRATANTES de indenizar a ENTIDADE ADJUDICANTE por prejuízos sofridos em resultado do incumprimento de obrigações contratuais, nos termos gerais do direito;
3. Para o pagamento integral das sanções pecuniárias aplicáveis, a ENTIDADE ADJUDICANTE avisa, para esse efeito, as sanções para gerentes de caso e pessoal competente de todos os encargos abrangidos previsto no programa do contrato e afilado sobre o sistema de encargos.

Cláusula 18ª - Resolução unilateral do ACORDO QUADRO

1. A ENTIDADE ADJUDICANTE tem o direito de resolução do ACORDO QUADRO com um qualquer CO-CONTRATANTE, caso que não tenha direito a qualquer indenização, nos seguintes casos:
 - a) Se a ENTIDADE ADJUDICANTE tiver concedido, a título remuneratório, dois CONTRATOS sucessivos com o CO-CONTRATANTE;
 - b) Se se verificar a falta de sigilo na contratação com a Cláusula 13ª;
 - c) Se existir inidoneidade, por caso de caso, das disposições do ACORDO QUADRO ou quaisquer circunstâncias que impeçam a execução de tal fi por parte do CO-CONTRATANTE;
 - d) No caso de infração das alíneas a), b), c) ou d) do n.º 1 do artigo 239º do CCP.
2. A ENTIDADE ADJUDICANTE deve notificar o CO-CONTRATANTE de decisão de resolução do ACORDO QUADRO por carta registada, com aviso de recepção;
3. Em caso de resolução do ACORDO QUADRO, a qualquer título, o CO-CONTRATANTE é obrigado a entregar de imediato toda a documentação e informação, independentemente de forma que esta tenha, produzida no âmbito do ACORDO QUADRO e que esteja em sua posse, a qual é, para todos os efeitos, propriedade exclusiva da ENTIDADE ADJUDICANTE.

11/07



- e) Ocorrência de situações que impliquem perda total da capacidade produtiva das partes;
- f) Ocorrência de situações que impliquem perda total da capacidade produtiva das partes;
- g) Falta de pessoal de entidades externas necessárias ao desenvolvimento das atividades;
4. A parte que assume caso fortuito ou de força maior que implique o cumprimento total ou parcial do ACORDO QUADRO ou que implique status ou prejuízo na celebração do ACORDO QUADRO ou o cumprimento do seu termo deve comunicar e justificar tais situações à outra parte, indicando o prazo máximo para o restabelecimento da situação;
5. Um CO-CONTRATANTE deve, no prazo máximo de 5 dias a contar do restabelecimento da situação, informar qualquer um dos outros previstos na Cláusula 12ª, notificar a ENTIDADE ADJUDICANTE de situação prevista de ocorrência e de não afetar a execução do ACORDO QUADRO, juntando certificado das entidades competentes que ateste a realidade e estado das forças afetadas e oferecendo prazo de, no máximo, 30 dias, no máximo de 30 dias para voltar ao estado e as condições de execução do ACORDO QUADRO;
6. Se um CO-CONTRATANTE não pagar, por razões que não lhe sejam imputáveis, a prestação de serviços referidos no sistema anterior dentro do prazo e prazo, deve apresentar-lhe logo que possível, espontaneamente igualmente a justificação para tal fato;
7. O incumprimento por um CO-CONTRATANTE do disposto nas cláusulas anteriores implica a sua responsabilidade pelo incumprimento das obrigações contratuais em vigor, não podendo invocar os direitos previstos nas cláusulas 1 e 2.

Cláusula 19ª - Sanções pecuniárias

1. A ENTIDADE ADJUDICANTE reserva-se o direito de aplicar uma sanção pecuniária no valor de €10.000,00 em qualquer das seguintes situações:
 - a) Se um CO-CONTRATANTE não apresentar uma proposta para o CONTRATO em que tenha sido convidado a participar, podendo haver logo a aplicação de sanções pecuniárias em caso de inidoneidade;
 - b) Em caso de violação de duas propostas apresentadas por um CO-CONTRATANTE no âmbito de CONCURSOS, sucessivos ou interpostos, podendo haver logo a aplicação de sanções pecuniárias em caso de inidoneidade;

11/07



Cláusula 20ª - Encargos

1. Todas as despesas e encargos que os CO-CONTRATANTES tenham de assumir para o cumprimento das obrigações que emergem do ACORDO QUADRO são de sua exclusiva responsabilidade, não podendo ser os mesmos imputados à ENTIDADE ADJUDICANTE, a menos que outro órgão declare de não;
2. Todas as despesas e encargos decorrentes de prestação de serviços e de realização do ACORDO QUADRO, incluindo o valor do Tribunal de Contas são de responsabilidade dos CO-CONTRATANTES.

Cláusula 21ª - Direito Aplicável

1. O ACORDO QUADRO fica sujeito à lei portuguesa, assim incluindo expressa e qualquer outra;
2. Sem prejuízo de outras leis e regulamentações especialmente aplicáveis, e todo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente sistema de encargos e no demais regulamentação do CONTRATO e do ACORDO QUADRO aplica-se e regerá previsto nas Partes II e III do CCP.

Cláusula 22ª - Foro competente para a resolução de litígios

Para resolução de todos os litígios decorrentes do ACORDO QUADRO fica designada a competência do Tribunal Administrativo de Circuito de Lisboa, com excepção exclusiva a qualquer outro.

11/07



PART II - CADERNO DE ENCARGOS DOS CONTRATOS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 13ª - Definições

Para o efeito do presente caderno de encargos e salvo se do contrário claramente resultar pelo contrário, os termos indicados na Cláusula 1ª do caderno de encargos de formação do ACORDO QUADRO quando utilizados em maiúsculas têm o significado aí indicado.

Cláusula 14ª - Objeto do CONTRATO

1. O objeto do CONTRATO consiste na prestação dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO dos ESPAÇOS VERDES no âmbito de Leiões e execução dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO, de acordo com as condições e especificações previstas no presente caderno de encargos e nos TERMOS COMPLEMENTARES.
2. Os SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO incluem todos os ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS indicados nos TERMOS COMPLEMENTARES.
3. Os TRABALHOS DE REABILITAÇÃO compreendem todos os trabalhos de Área IV indicados nos TERMOS COMPLEMENTARES, podendo ainda incluir outros de natureza igual a definir nos CONCURSOS.
4. As especificações e as descrições dos serviços e trabalhos constantes deste caderno de encargos e dos TERMOS COMPLEMENTARES não são limitativas, devendo o ADJUDICATÁRIO assumir a fornecer todo o que seja indispensável à plena execução das das do CONTRATO.

Cláusula 15ª - Documentos integrantes do CONTRATO

1. O CONTRATO integra os seguintes documentos:
 - a) Os anexos dos termos e condições do caderno de encargos e dos seus TERMOS COMPLEMENTARES, identificados pelos números e expostamente analisado pelo J.A.

26/07



- a) Os tempos máximos previstos por condições atmosféricas desfavoráveis, no período, no local, ou à noite, onde se vão realizar os TRABALHOS DE REABILITAÇÃO;
 - b) Os períodos de suspensão previstos por acidentes no mesmo tempo que não tenham origem nos casos de força maior.
4. A ENTIDADE ADJUDICANTE não se assume responsável de prazo por qualquer motivo decorrente das condições atmosféricas.
5. Na execução dos prazos de execução dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO constantes as condições indicadas no dia de realização, incluindo os Sábados, Domingos e feriados, nos termos do artigo 47.º do CC.

Cláusula 16ª - Habilitação do ADJUDICATÁRIO

Ante a consignação referida na Cláusula 17ª, o ADJUDICATÁRIO deve apresentar ainda ao certificado de apresentação de obras públicas emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Trabalho e do Consumo, I.P., em categoria, subcategoria e respetivos classes adequadas aos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO e inscritos no âmbito do CONTRATO, quando estes estejam previstos no CONTRATO, no sentido da ENTIDADE ADJUDICANTE emitir a avaliação das habilitações.

Cláusula 17ª - Preço contratual

1. O preço contratual de um CONTRATO é o valor de acordo com a seguinte expressão:

PREÇO CONTRATUAL = Preço anual estimado de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO + preço anual estimado de TRABALHOS DE REABILITAÇÃO

$$\sum_{j=1}^n (\text{quantidade estimada trabalho } j) \times (\text{preço unitário trabalho } j)$$

isto quer:

Preço anual dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO =

$$\sum_{i=1}^m (\text{preço médio por m}^2) \times (\text{área total dos espaços verdes})$$

e isto quer:

- Preço anual dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO - preço mensal para a prestação dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO dos ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS.

27/07



- b) Os esclarecimentos e a retificação das peças do CONCURSO previstas pelo J.A. durante o procedimento concursal;
 - c) O conteúdo de encargos e os seus TERMOS COMPLEMENTARES;
 - d) A proposta do ADJUDICATÁRIO;
 - e) Os esclarecimentos à proposta do ADJUDICATÁRIO;
 - f) O conteúdo do contrato.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os valores documentais que integram o CONTRATO, a prioridade caberá à ordem por que são mencionados no número anterior.
 3. Os esclarecimentos propostos pela ENTIDADE ADJUDICANTE nos termos previstos no artigo 95.º do CCF e aceites pelo ADJUDICATÁRIO nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo Código parágrafo terão todos os efeitos antes previstos no n.º 1.
 4. Os adiantamentos ao CONTRATO relativamente a nos preços prevalecerá relativamente aos valores documentais.

Cláusula 18ª - Vigência do CONTRATO

1. O CONTRATO vigorará a partir da data da respetiva assinatura.
2. O CONTRATO não é dissolvido nos TERMOS COMPLEMENTARES.

Cláusula 19ª - Prazos do CONTRATO

1. Os SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO incluem-se com a respetiva ordem de início devida pela ENTIDADE ADJUDICANTE até 10 dias após a entrada em vigor do CONTRATO, e terminam com o fim do período de vigência do CONTRATO.
2. Os TRABALHOS DE REABILITAÇÃO são o prazo máximo de duração indicado nos TERMOS COMPLEMENTARES, iniciando-se com o respetivo ato de consignação das condições e terminando com o ato de entrega prevista.
3. O prazo referido no número anterior inclui, entre outros:
 - a) Os trabalhos propostos no anexo previsto no Capítulo III;
 - b) O período de mobilização dos meios para a execução de obra prevista no Capítulo III;

28/07



- determinado com base nos preços unitários anexados por si, apresentados pelo ADJUDICATÁRIO na sua proposta, no âmbito do CONCURSO;
- Preço médio mensal - duração do CONTRATO (em meses) definida nos TERMOS COMPLEMENTARES;
 - e - respetivos os tipos de ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS, de acordo com o Anexo I;
 - e - respetivos os classes de área dos ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS, de acordo com o Anexo I;
 - Área média mensal - área do ESPAÇO VERDE de tipo I e de classe A, fornecida para os ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS;
 - preço médio mensal - preço unitário mensal para a prestação dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO de um metro quadrado dos ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS, de tipologia I e de classe A, apresentado pelo ADJUDICATÁRIO na sua proposta;
 - TRABALHOS DE REABILITAÇÃO a realizar nos ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS, inclui os trabalhos constantes do Anexo IV contemplados no CONTRATO e, se for o caso, outros trabalhos do mesmo tipo;
 - Quantidade estimada média - quantidade estimada de TRABALHO DE REABILITAÇÃO, indicada nos TERMOS COMPLEMENTARES;
 - preço unitário trabalho - preço unitário a pagar pela execução dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO, apresentado pelo ADJUDICATÁRIO na sua proposta.
2. O preço contratual incompleta é o valor correspondente devida pela execução das obrigações previstas no caderno de encargos e nos TERMOS COMPLEMENTARES, devendo incluir designadamente todos os custos, encargos e despesas de alojamento, alimentação e deslocamento de meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de meios próprios, patentes ou licenciados.

29/07



Cláusula 30ª - Preço e pagamento

O preço a pagar mensalmente pelas prestações de serviços de CONTRATO é calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Preço a pagar mensalmente} = Q_{\text{mensal}} \times \text{Preço unitário SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO} + \sum Q_{\text{mensal}} \times \text{preço unitário TRABALHOS DE REABILITAÇÃO}$$

Em que:

- Q_{mensal} - Coeficiente de aplicação do preço a pagar, decorrente da análise de desempenho obtido por aplicação da Cláusula 4ª, compreendendo entre, o valor base e partir do qual estará sendo cobrada do contrato, que varia de 0,50 a 1,00 e considerando uma variação percentual de aplicação anual;
- $\text{Preço unitário SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO}$ - preço obtido nos termos indicados na Cláusula 29ª;
- Q_{mensal} - Quantidade mensal prevista, em cada mês, em quantidade dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO cobrados nos termos da Cláusula 32ª e estimados durante o mês;
- $\text{preço unitário TRABALHOS}$ - preço obtido nos termos indicados na Cláusula 29ª.

Cláusula 31ª - Condições e forma de pagamento

- As quantias devidas pela ENTIDADE ADJUDICANTE relativamente aos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO e à execução dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO devem ser pagos no prazo de 10 dias após a emissão pela ENTIDADE ADJUDICANTE dos respectivos faturas;
- O ADJUDICATÁRIO deve apresentar mensalmente uma fatura com o valor do pagamento dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO calculado nos termos da Cláusula 30ª e com base na informação indicada no n.º 7 da Cláusula 40ª;
- O ADJUDICATÁRIO deve apresentar uma fatura (formada em soma de unidades no n.º 7) com o valor do pagamento dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO obtido por aplicação do definido na Cláusula 30ª e após elaboração do ato de medição nos termos da Cláusula 32ª;
- A fatura dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO deve conter em anexo cópia do ato de medição aprovado pela ENTIDADE ADJUDICANTE;
- A fatura deve ser emitida em triplicado, sendo um dos exemplares rubricado como "Original".

30/17



- Em caso de atraso da ENTIDADE ADJUDICANTE na apresentação de obrigações previsionais, ou o ADJUDICATÁRIO o direito ao pagamento das quantias antes o acordado em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente;
- A ENTIDADE ADJUDICANTE pode deduzir nos pagamentos a importância relativa à parcela que tenha sido aplicada ao ADJUDICATÁRIO nos termos do n.º 2 da Cláusula 40ª, bem como todas as demais quantias que lhe tenham sido legalmente exigidas;

Cláusula 32ª - Medição dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO

- As medições são efetuadas exclusivamente no local de obra por um representante da ENTIDADE ADJUDICANTE com a colaboração dos representantes do ADJUDICATÁRIO devidamente autorizados;
- Para cada unidade executada durante o mês, são realizadas as medições para determinar em obra as quantidades executadas (quantos metros) para efeitos de pagamento;
- As medições são formalizadas em ato de medição mensal que deve ser elaborado por um representante da ENTIDADE ADJUDICANTE até ao dia 10 do mês posterior ao que ocorreu o ato, devendo um representante do ADJUDICATÁRIO devidamente autorizado validar o ato no prazo máximo de dois dias de calendário após as formalizações;
- O ato de medição deve conter pela menos a seguinte informação:
 - Designação do CONTRATO;
 - Designação da ENTIDADE ADJUDICANTE;
 - Designação do ADJUDICATÁRIO;
 - Data e referência do ato de medição;
 - Para cada TRABALHO DE REABILITAÇÃO executado durante o mês:
 - A descrição do TRABALHO DE REABILITAÇÃO, de acordo com a Cláusula 30ª dos TERMOS COMPLEMENTARES;
 - A designação do trabalho, de acordo com a Cláusula 30ª dos TERMOS COMPLEMENTARES;
 - A quantidade do TRABALHO DE REABILITAÇÃO executado;
- O ato de medição dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO, assinado pelo representante competente por escrito, decorrente de processo

31/17



- A ENTIDADE ADJUDICANTE deverá se o direito de não aprovar uma fatura e de a desvirtuar nas seguintes situações:

- Quando os valores que dela resultem diferirem dos valores resultantes da aplicação da Cláusula 30ª (previamente apurado o valor dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO e/ou de acordo com a informação indicada no n.º 7 da Cláusula 40ª) ou o valor dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO não coincide com os valores resultantes do ato de medição;
- Quando a quantidade de TRABALHOS DE REABILITAÇÃO em execução é inferior à indicada no ato de medição com as quantidades resultantes do ato de medição aprovado pela ENTIDADE ADJUDICANTE;
- Quando não incluem a seguinte informação:
 - Designação da ENTIDADE ADJUDICANTE enquanto destinatário da fatura;
 - Designação do ADJUDICATÁRIO enquanto emissor da fatura;
 - Designação do CONTRATO;
 - Data da fatura;
 - Valor da fatura antes de eventuais deduções, relativas a deduções contratuais aplicáveis ao ADJUDICATÁRIO nos termos da Cláusula 40ª, e de impostos;
 - Valor do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA);
 - Valor da fatura após dedução e impostos;
 - O ato de medição devidamente validado respetante à fatura, em anexo, quando esteja em vigor a situação de compensação devida pela execução dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO.

- A ENTIDADE ADJUDICANTE deve aprovar cada fatura apresentada nos termos dos valores anteriores no prazo máximo de 30 dias após a sua emissão;
- Caso a ENTIDADE ADJUDICANTE não aprova a fatura, deve comunicar os fundamentos de tal não aprovação ao ADJUDICATÁRIO, por escrito, no prazo máximo indicado no n.º 7, suspendendo-se o prazo de pagamento previsto no n.º 1 desta Cláusula;
- Quando se verifica a situação prevista no presente artigo, o prazo de pagamento previsto no n.º 1 só se mantém quando o ADJUDICATÁRIO prove os exclusivamente mencionados no presente e quando das faturas corrigidas;

32/17



- As normas técnicas de medição que permanecerem em vigor;
 - As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- Caso o representante do ADJUDICATÁRIO discordar de algum dos atos de medição elaborados nos termos dos presentes artigos, este deve proceder em conformidade com o artigo 345.º do CC;
 - Em todo o demais respeitante à medição dos trabalhos é aplicável o estipulado nos artigos 367.º e seguintes do CC;

Cláusula 33ª - Revisão de preços dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

- A revisão de preços, em resultado da alteração dos preços de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, é elevada mensalmente pelo ADJUDICATÁRIO e apresentada à ENTIDADE ADJUDICANTE para aprovação;
- O índice a pagar à obra parte no resultado da revisão de preços é obtido através da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{ÍNDICE DA REVISÃO} = \text{preço unitário SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO} \times (1 + C_1 + C_2 + C_3 + C_4 + C_5 + C_6 + C_7 + C_8 + C_9 + C_{10})$$

Em que:

- valor unitário dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO de obra correspondente ao valor da fatura referida no n.º 7 da Cláusula 30ª;
- C_1 - coeficiente de atualização mensal do custo e cujo valor é explicado no n.º 4 e seguintes;

33/17



quando o valor da oferta com decimal seja igual ou superior a 5, mantendo-se o valor da oferta com decimal no caso contrário;

- h) $S_{máx}^{(n)} / S_{mín}^{(n)}$ - Índice ponderado dos custos de mão-de-obra na zona geográfica onde os serviços são prestados, correspondente ao tipo de obra. PO (atividades estruturais) e relativo ao mês a que se aplica a revisão;
- i) $M_{máx}^{(n)} / M_{mín}^{(n)}$ - mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite final para a entrega das propostas no CONCURSO;
- j) $M_{máx}^{(n)} / M_{mín}^{(n)}$ - mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite final para a entrega das propostas no CONCURSO;
- k) $M_{máx}^{(n)} / M_{mín}^{(n)}$ - Índice dos custos do gás (GAS) e dos produtos para aquecimento (MÁ), de acordo com o Decreto nº 1591/2004, de 23 de Janeiro, do Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas, relativos ao mês a que se aplica a revisão;
- l) $M_{máx}^{(n)} / M_{mín}^{(n)}$ - mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite final para a entrega das propostas no CONCURSO;
- m) $E_{máx}^{(n)} / E_{mín}^{(n)}$ - Índice dos custos dos equipamentos de apoio para o tipo de obra. PO (atividades estruturais), relativo ao mês a que se aplica a revisão;
- n) $E_{máx}^{(n)} / E_{mín}^{(n)}$ - mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite final para a entrega das propostas no CONCURSO;
5. Os índices de flutuação de custos de preços referidos no n.º 4 referem-se ao mês de obra, ao gás, ao produto para aquecimento e aos equipamentos de apoio são estabelecidos periodicamente por despacho do Secretário de Estado das Infraestruturas.

Cláusula 36.ª - Revisão de preços dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO

1. A revisão de preços na consequência da alteração dos preços de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO é efetuada exclusivamente pelo ADJUDICATÁRIO, após a aprovação do respectivo auto de medição pela ENTIDADE ADJUDICANTE.
2. Os critérios de revisão de preços são aqueles à aprovação da ENTIDADE ADJUDICANTE.
3. O valor a pagar é o valor pago em resultado da revisão de preços e é calculado da seguinte fórmula:

36/37



VALOR DA OFERTA = (valor das unidades de obra de medição) x (Ca - 0)

em que:

- a) Ca - coeficiente de atualização normal de preços, corresponde ao valor de flutuação entre a data de obra e a data de medição;
- b) C_0 - coeficiente de atualização normal de preços, cujo cálculo é explicado no n.º 4 e seguintes.
4. Após a aprovação dos cálculos da revisão de preços pelo ENTIDADE ADJUDICANTE, o ADJUDICATÁRIO deve:
- a) Ter o valor final de obra com o mesmo valor igual ao VALOR DA OFERTA, se C_0 for superior ou igual a 1,01;
- b) Ter o valor final de obra com o mesmo valor igual ao VALOR DA OFERTA, se C_0 for inferior ou igual a 0,99;
5. Não haverá lugar à revisão de preços do CONTRATO sempre que o coeficiente de atualização normal for inferior ou igual a 0,99 e 1,01.
6. O critério de revisão de preços dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO é feito com base na flutuação potencial definida no artigo 6.º do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, ou seja:

$$C_0 = a \frac{S}{S_0} + b \frac{M}{M_0} + c \frac{M'}{M'_0} + d \frac{M''}{M''_0} + e \frac{E}{E_0} + f$$

Em que:

- a) C_0 - coeficiente de atualização normal a aplicar ao momento seguinte a revisão, obtido a partir de um conjunto de parâmetros com uma combinação de variáveis com decimal igual ou superior a 5, mantendo-se o valor de obra com decimal igual ou superior a 5, mantendo-se o valor de obra com decimal no caso contrário;
- b) S - índice ponderado dos custos de mão-de-obra na zona geográfica onde a obra se realiza, correspondente ao tipo de obra e relativo ao mês a que se aplica a revisão;
- c) S_0 - mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite final para a entrega das propostas no CONCURSO;
- d) M, M', M'' - Índices dos custos dos materiais mais significativos, relativos ao mês a que se aplica a revisão;

36/37



- a) M, M', M'' - mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite final para a entrega das propostas no CONCURSO;
- f) E - Índice dos custos dos equipamentos de apoio, em função do tipo de obra, relativo ao mês a que se aplica a revisão;
- g) E_0 - mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite final para a entrega das propostas no CONCURSO;
- h) a, b, c, d, e, f - coeficientes correspondentes ao peso dos custos de mão-de-obra, dos materiais e dos equipamentos de apoio na obtenção de custos dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO no da parte correspondente, no caso de existência de várias fórmulas, com uma aproximação à realidade;
- i) f - coeficiente que representa, na estrutura de custos, a parte não prevista da obra, com uma aproximação à realidade, o seu valor é 0,10 quando a revisão de preços dos trabalhos seja apenas feita por fórmula e, em qualquer caso, a soma de $a + b + c + d + e + f$ deverá ser igual à unidade;
7. Os coeficientes que figuram na fórmula de revisão de preços referida no n.º 6, assumem os valores indicados no quadro seguinte:

Estrutura de Custos		Peso
h - Materiais	M0 - Mão-de-Obra	0,35
	M01 - Lixante	0,08
	M02 - Lixante e cimento de cimento e grão	0,04
	M03 - Betão e cimento	0,03
	M04 - Cimento em saco	0,05
	M05 - Gesso	0,02
	M06 - Madeira de refino	0,02
	M07 - Tubo de PVC	0,02
	M08 - Tubagem de aço e alumínio para instalações	0,02
	M09 - Aço para ferro armado	0,05
	M10 - Fertilizantes e produtos químicos	0,02
	M11 - Produtos para fabricados de betão	0,04
	M12 - Produtos para aquecimento	0,04
a	Equipamento de Apoio	0,10
f	Constante	0,10

36/37



8. Os indicadores correspondentes de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio, a aplicar para a determinação dos índices de flutuação de custos de preços referidos no n.º 6, são estabelecidos periodicamente por despacho do Secretário de Estado das Infraestruturas.

Cláusula 37.ª - Custo final dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO

1. A conta final dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO é elaborada pelo ENTIDADE ADJUDICANTE no prazo de dois meses após a publicação dos resultados conclusivos relativos ao n.º 6 de obrado anterior relativos ao mês em que são concluídos os TRABALHOS DE REABILITAÇÃO.
2. O prazo de elaboração da conta final relativa ao elemento anterior poderá ser alargado por comum acordo entre as partes, desde que sempre dentro prazos pelo prazo 3 meses desde a conclusão dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO.
3. A conta final dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO, contendo os dados indicados no artigo 40.º do OCP, deve ser enviada ao ADJUDICATÁRIO no prazo de 15 dias após a sua elaboração, devendo este, se igual para, proceder à respetiva análise ou, caso contrário, de reenvio, apresentar a correção fundamentada.
4. A ENTIDADE ADJUDICANTE dispõe de prazo de 30 dias para se apresentar sobre a reclamação enviada ao elemento anterior.

Cláusula 38.ª - Estrutura dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

1. São considerados SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO atividades, todos os SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO que não se enquadram no n.º 3, e que se enquadram é exclusivamente limitada de modo a garantir um adequado estado de conservação dos ESPAÇOS VERDES CONSTRUÍVEIS.
2. Até 3 dias antes da início de cada mês, a ENTIDADE ADJUDICANTE envia ao ADJUDICATÁRIO uma lista de trabalho de manutenção dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (no modelo anexo II e Anexo VII, padronizada com os SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO não previstos a manter com o mês).
3. São considerados SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO proibidos, todos os serviços cuja execução é limitada com vista a garantir a segurança de pessoas de risco, definidas na Cláusula 41.ª, e de outras situações com riscos graves para a ENTIDADE ADJUDICANTE.
4. Os SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO referidos no número anterior devem ser concluídos no prazo indicado pela ENTIDADE ADJUDICANTE na tabela referida no elemento anterior.

36/37



Cláusula 37.ª - Acompanhamento e controle da execução do CONTRATO

1. A realização da supervisão das obrigações contratuais do ADJUDICATÁRIO durante todo o CONTRATO é efetuada pela ENTIDADE ADJUDICANTE, de acordo com as condições previstas nos itens a seguir.
2. A ENTIDADE ADJUDICANTE pode fiscalizar e auditar, em qualquer momento, na quantidade, âmbito e forma que entender, os SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO e os TRABALHOS DE REABILITAÇÃO executados pelo ADJUDICATÁRIO definidos no presente caderno de encargos.
3. Nos termos das cláusulas anteriores, a ENTIDADE ADJUDICANTE pode realizar ações de acompanhamento e controle da execução pelo ADJUDICATÁRIO dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO e dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO que visem o preenchimento das fichas de avaliação do estado de conservação dos ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS e de avaliação da execução dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, nos termos dos modelos que constam do Anexo VI e do Anexo VII, respectivamente.
4. O ADJUDICATÁRIO deve fornecer à ENTIDADE ADJUDICANTE ou a qualquer entidade por esta nomeada, desde que devidamente credenciada, livre acesso a toda a documentação produzida no âmbito de execução do CONTRATO, devendo igualmente prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados nas reuniões convocadas para esse fim pela ENTIDADE ADJUDICANTE.
5. O ADJUDICATÁRIO não pode incurrir qualquer tipo de processo resultante de descumprimento de natureza, importância ou âmbito dos trabalhos e, assim, para assumir a responsabilidade que assume com a execução do CONTRATO.

Cláusula 38.ª - Conceção simultânea de outros trabalhos por terceiros

1. A ENTIDADE ADJUDICANTE reserva-se o direito de pedir, quaisquer sempre, os serviços quaisquer trabalhos não incluídos no CONTRATO, durante ou fora de terreno, em conjunto e de forma simultânea com os SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO e os TRABALHOS DE REABILITAÇÃO nele previstos, desde que tenham natureza idêntica à deste último.
2. Os serviços e os trabalhos referidos no número anterior devem ser executados em coordenação com o representante do ADJUDICATÁRIO, de modo a evitar danos e outros prejuízos.
3. O ADJUDICATÁRIO deve articular a execução dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO e dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO com outros serviços ou trabalhos que se realizem no terreno, por forma a não prejudicar aqueles que compete a ser realizados para serem executados no cumprimento de prazos e de forma a permitir o cumprimento das seguintes prioridades:

37/37



Cláusula 39.ª - Outras condições de execução dos trabalhos e de proteção dos antigos

1. Os TRABALHOS DE REABILITAÇÃO devem ser executados em conformidade com toda a legislação aplicável a segurança de obras públicas, entre outras, e estão à inteira e exclusiva responsabilidade do ADJUDICATÁRIO.
2. Relativamente às técnicas construtivas a adotar nos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO, o ADJUDICATÁRIO fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a serem, as prescrições que decorrem da legislação aplicável em vigor e eventuais especificações técnicas fornecidas pela ENTIDADE ADJUDICANTE.
3. O ADJUDICATÁRIO pode propor a substituição dos métodos e técnicas de produção dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO e de execução dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO se lhe parecerem melhores do que os previstos no presente caderno de encargos e em eventuais especificações técnicas fornecidas pela ENTIDADE ADJUDICANTE por outros que considere preferíveis, sob reserva da obrigação de garantir a qualidade e a segurança para os trabalhos em serviço.
4. A proposta submetida ao concurso contém está sujeita a aprovação por parte da ENTIDADE ADJUDICANTE.

Cláusula 40.ª - Avaliação de desempenho

1. A avaliação do desempenho do ADJUDICATÁRIO é feita considerando-se, entre outros, os resultados da ficha de avaliação do estado de conservação dos ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS e da ficha de avaliação da execução dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, cujos modelos, adaptados ao longo do concurso, constam do Anexo VI e do Anexo VII, respectivamente.
2. As folhas são preenchidas no decorrer das ações de acompanhamento e controle da execução do CONTRATO de acordo com a seguinte metodologia:
3. Nas ações de acompanhamento e controle são avaliadas as seguintes variáveis:
 - a) Incumprimento substancial ao plano de conservação dos ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS (variável Q1);
 - b) Existência de situações de risco, nos termos da Cláusula 41.ª, para os terrenos dos ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS (variável Q2);
 - c) Incumprimento na execução dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO não previstos (variável Q3);
 - d) Incumprimento na execução dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO previstos (variável Q4).

38/37



Os SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO são previstos e prioritários nos definidos na Cláusula 36.ª.

4. A avaliação de desempenho do ADJUDICATÁRIO em cada um dos critérios indicados no número anterior é operada nos seguintes termos de determinação das seguintes indicações:

a) Para o critério Q1:

Indicador $Q_{1,000} = 100 - n$ de pontos relativos ao incumprimento de prazos (cumprimento 00 e 100 pontos) no que respeita ao estado de conservação dos espaços verdes contratuais.

Tal que:

$$Q_{1,000} = 100 - \text{situações de risco} - 2 \times \text{situações de risco graves} - 3 \times \text{situações de risco muito graves}$$

Em que:

- n = situações de risco - número de situações em que se verifica o incumprimento de uma norma do CONTRATO no que respeita ao estado de conservação dos ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS numa área limitada por uma circunferência com diâmetro inferior a 1 metro, situada no terreno;
- n = situações de situações graves - número de situações em que se verifica o incumprimento de uma norma do CONTRATO no que respeita ao estado de conservação dos ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS numa área que representa menos do que 50% da área total em planta de cada ESPAÇO VERDE objeto do CONTRATO;
- n = situações de situações muito graves - número de situações em que se verifica o incumprimento de uma norma do CONTRATO no que respeita ao estado de conservação dos ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS numa área maior ou igual a 50% da área total em planta de cada ESPAÇO VERDE objeto do CONTRATO.

Os dados que permitem calcular este indicador resultam da ficha de avaliação do estado de conservação dos ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS referida na Cláusula 37.ª.

b) Para o critério Q2:

Indicador $Q_{2,000} = 100 - n$ de situações de risco para os terrenos dos espaços verdes contratuais.

Neste indicador é medido o número absoluto de situações de risco, definidas de acordo com a Cláusula 41.ª, verificadas durante as ações de acompanhamento e controle e avaliadas para termos de

39/37



Cláusula 41.ª Os dados que permitem calcular este indicador resultam da ficha de avaliação do estado de conservação dos ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS referida na Cláusula 37.ª.

a) Para o critério Q3:

Indicador $Q_{3,000} = 100 - n$ de incumprimentos do CONTRATO durante a execução de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO não previstos.

Neste indicador é avaliado o número absoluto de situações de incumprimento de uma norma do CONTRATO no que respeita à execução dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO não previstos, verificadas durante as ações de acompanhamento e controle reguladas na Cláusula 37.ª. Os dados que permitem calcular este indicador resultam da ficha de avaliação do estado de conservação dos ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS referida na Cláusula 37.ª.

b) Para o critério Q4:

Indicador $Q_{4,000} = 100 - n$ de incumprimentos de prazos no que respeita à execução de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO previstos.

Neste indicador é medido o número absoluto de situações de incumprimento de uma norma do CONTRATO, no que respeita à execução dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO previstos, verificadas durante as ações de acompanhamento e controle definidas na Cláusula 37.ª. Os dados que permitem calcular este indicador resultam da ficha de avaliação do estado de conservação dos ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS referida na Cláusula 37.ª.

5. As pontuações resultantes da avaliação de desempenho do ADJUDICATÁRIO em cada critério são determinadas multiplicando-se os valores absolutos das seguintes faixas de valor:

a) Critério Q1 - Incumprimento de prazos relativamente ao estado de conservação dos espaços verdes contratuais:

$$Q_{1,000} = 1000 \times 0,1$$

$$Q_{1,000} = 0,975 \times 0,1$$

$$Q_{1,000} = 0,95 \times 0,1$$

$$Q_{1,000} = 0,925 \times 0,1$$

$$Q_{1,000} = 0,9 \times 0,1$$

$$Q_{1,000} = 0,875 \times 0,1$$

$$Q_{1,000} = 0,85 \times 0,1$$

$$Q_{1,000} = 0,825 \times 0,1$$

$$Q_{1,000} = 0,8 \times 0,1$$

40/37



Classe 14.1 – Forro empastado para a moldação de telhas

Para resolução de todas as litígios decorrentes do CONTRATO fica estipulado a competência do Tribunal Administrativo de Circuito de Lisboa, nos termos similares a qualquer outro.



CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

SEÇÃO 1 - Natureza, Características e Qualidade dos Materiais

Clasado 00.º: 4 de 100

1. Podem ser utilizadas as seguintes fertilizantes e corretivos:
 - a) Na fertilização mineral:
 - a. Adubo simples NPK doado no período 12-12-87, além de 2% de Mg e 0% de Ca e outros micronutrientes;
 - b. Adubo micro-nutricional a 20,5%, para adubação de emergência;
 - b) Na fertilização orgânica:
 - a. Corretivo orgânico, doado cerca de 50% de matéria orgânica bem analisada;
 - b. Estercor bem curado e matado, proveniente da casa de gado caprino;
 - c. Tercio de folhas bem curado;
2. O ADJUDICATÁRIO poderá apresentar propostas alternativas, à consideração da ENTIDADE ADJUDICANTE.

Clenda G.¹ - Herbácea

Os feedbacks a seguir dentro de tecnologia geram infusão para os seus usuários e para os usuários em termos de saúde, segurança, conforto médico e outras e mesmo de alta qualidade, podendo ser estranhos ao rito, de acordo com a situação.

Classe 02 - Material vegetal para enfeitar e plantar

1. As lâminas serão de plasmagema, com lâmina branca e viscosa. O teste deve ser feito dentro de um jejuno e os tubos bem descondensados, atendidas as pH especificadas, devendo-se apresentar em boa estado filológico e fotométrico, sendo notadas as placas em suas lâminas descondensadas em cores normais.
2. As lâminas de fôlha branca e fosforescentes em sua base deverão ter o sistema tubular bem desenvolvido e com cálcio abundante. As placas de fôlha persistente deverão ser fornecidas em todas as lâminas com consistência para não se desfazer facilmente.
3. Quanto às lâminas deverão ser congeladas antes de se salmar e seguir indicadas:
 - a) *Amostras de fôlha branca* - entre 3,00 e 4,00g, a posteriori (P.A.P) mínimo de 12hrs.



- h) *Arvore de folha persistente* – sem 1,30 e 2,00m, e posterior (S.A.P) sistema de feno;
4. As plantas apresentadas devem ser diferenciadas sem fendas e com um número de folhas entre 1 e 7 unidades;
5. Os arbustos e árvores devem ter características semelhantes às árvores ou seja, as exemplares são, semelhantes desde o solo (sem 3 e 5 metros no mínimo) e cujo desenvolvimento e conformação seja de acordo com a espécie;
6. Os arbustos de folha caduca devem ser frutíferos de pelo menos, com três tipos de desenvolvimento indicados e rubefação abundante;
 - a) *Arbustos de folha caduca entre 0,20 e 1,00m de altura*;
 - b) *Arbustos de folha persistente entre 0,40 e 1,00m de altura*;
7. Na que espécie de plantas herbáceas vivazes, elas deverão ser fornecidas em todos frutos e bem estabelecidas ou em ramos bem desenvolvidos, de acordo com as características da espécie a que pertencem. Sendo plantado em campo com adubação indicada pela ETIQUETA AGRICULTURAL.

Classe D.²: Scenari

1. As atividades pertencentes às tarefas atribuídas em conjunto pelo(s) representante(s) do leilante e da ENTIDADE ADJUDICANTE, e todo obrigatoriamente o uso de prisma e o poder germinativo, sigilo que lei. As mesmas serão gerenciadas de maneira, sob sua dita não-terça decisão mais de 10 meses.
2. Deve ser possível a ocorrência de problemas fiscais/taxas.
3. O ADJUDICATÁRIO obriga-se a entregar à ENTIDADE ADJUDICANTE uma amostra do lote das condições a serem usadas no sistema com o candidato.

☐ **Modelo 48[®]** - Pared de vidrio

Demoró un par de días para que me acordara de un libro que me regaló mi abuelita: *El mundo de los animales*.

Chloride 48.6 - Turbidity

1. Os alunos serão formados por sorteio de grupo no resultado, devidamente tarados por tamanho em adição de saliente de sobre a 50% durante pelo menos 2 horas a todo a distância econômica para acompanhar o progresso a longo ou curto que se encontra a todos. Devido ao estudo com material adequado para o efeito (Ex: de medidas estatísticas e estatísticas em geral) com um número mínimo de efeitos nos testes de duas variáveis.



2. 1-60 caso dos adiantados, poder-se-á utilizar aquelas que deverão ter o fuste largo, com diâmetro maior no topo de 0,30m e não ultrapassando mais altura o arvoredo. Os mesmos deverão ter uma superfície regular e de diâmetros variáveis, de acordo com as indicações do projeto-fundado.
3. As árvores são ligadas entre si com tirantes de 40 x 0,60cm de madeira pinus.
4. A arborização da área será ao longo (ser-se-á um único portão (um painel cada uma)) com uma distância de 0 a 1,5m de largura. As mesmas são colocadas numa zona fixa.

Chlamydia 46.4 = *Proctosyllis* 46.4 (100%)

Os tratamentos farmacológicos deverão ser efetuados obrigatoriamente, com os produtos contidos no mercado, com adequação para cada tipo de situação e desde que aprovados pela ENTIDADE ADJUDICANTE.

Climate 62.° - Terra riva

1. A terra a ser arrendada deve ser de terras médias, pequenas e essenciais, deve ser proveniente da camada superficial de terrenos da zona ou da camada anual de terrenos agrícolas sem infraestrutura.
2. Deve apresentar certas faixas (30% a 40% de água, 40% a 50% de terra e 10% a 15% de mata agrícola) e está livre de pedras, tocos, escombros e de estruturas estranhas provenientes da ocupação de áreas.
3. A camada a colar deve possuir uma espessura mínima de 4,5m, ou segundo avaliação de ENTIDADE ADJUDICANTE.
4. O fornecimento de terra fica dependente da aprovação da ENTIDADE ADJUDICANTE, que poderá obrigá-lo a entregar parte do respectivo Boleto de arrendar de Terro e a manter não inferior a 10ha.

Cláusula 88.ª - Penúltima e última do prelo

1. Todo o material de injeção a ser usado pelo ADJUDICATÁRIO deverá ter a mesma natureza e grandezas de material utilizado originalmente.
2. O fornecimento de grãos e sementes de pintura fica dependente da aprovação da ENTIDADE ADJUDICATÓRIA que poderá sempre é o mesmo preço de compra anterior do material usado.



1. A rede deverá apresentar sempre uma única fotografia de 20x30 cm, com uma cor uniforme em todas as unidades;
2. A frequência do corte dependerá sobretudo das condições climáticas, da frequência de rega e de fertilização;
3. Na Verão, os cortes deverão ser mais frequentes, mas sempre segundo orientações de ENTIDADE ADJUDICANTE;
4. O sistema de frequência dos cortes no caso da rede, deverá a maior parte das infestações e evitar o efeito das diferenças de coloração nos arbustos, cuja a sua principal é o grande número de infestações;
5. O corte da rede deverá ser feito mecanicamente, podendo usar-se máquinas de lâminas rotativas (pneumáticas ou, no caso dos arbustos) com um sistema de corte liminar, no sistema com lâminas rotativas de corte de 50cm, ou de corte com a lâmina e lâmina dos caracóis;
6. As máquinas de corte, com fio, só devem ser utilizadas para as infestações das folhas ou as folhas verde não seja viável a utilização de outro tipo de máquina;

Classe 85* - Relato do estado

Nos limites das áreas de estudo, o corte e o objetivo de que seja não tenha os cuidados ou cuidados, realizados, pelo menos quatro vezes por ano o corte das árvores das árvores, utilizando uma máquina, associado a rede em corte até a rede.

SEÇÃO V - Regas

Classe 84* - Disposições gerais

1. A rede é uma operação que deve ser efetuada, sempre que as condições físicas do solo e as condições, que quer que seja a época do ano;
2. Em caso de estudo das condições de rega ou da rede existentes de forma de rega, deverá o ADJUDICATÁRIO, à sua vez, proceder de modo a que as regas sejam sempre realizadas, garantindo a regularidade física das regas, podendo ter de recorrer a subterfúgos;

Classe 85* - Práticas

1. O perfil de rega normalmente não é regular, no entanto, pode ocorrer a irregularidade de rega quando as condições físicas das áreas, em situação de irregularidade ou irregularidade física;

84/87



2. Quando houver irregularidade, a rede deve ser regular, com as devidas precauções de modo a evitar o aumento de humidade no terreno, utilizando para o efeito um regulador tipo abridor, de modo a que o diâmetro das gotas não ultrapasse o limite de 100 microns;

Classe 86* - Relato do estado

1. A periodicidade e intensidade da rede deve ser regular, com a maior parte da rede sendo rega e segundo as indicações de ENTIDADE ADJUDICANTE. Os pontos de rede são indicados para a rede de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados a periodicidade de rega;
2. Se a rede for realizada manualmente com mangueiras deve ser utilizado um regulador tipo abridor, de modo a que o diâmetro das gotas não ultrapasse o limite de 100 microns;
3. Quando for utilizada uma mangueira, a rede deve ser feita com as devidas precauções de modo a evitar o aumento de humidade no terreno;
4. As regas regulares devem ser feitas com a frequência e a intensidade recomendadas para manter o solo húmido. Após o estabelecimento da rede, as regas deverão ser feitas periodicamente a intensidade adequada ao tipo de solo e de conservação do terreno;

Classe 87* - Relato do estado

O conteúdo das folhas deve ser regular, com a maior parte da rede sendo rega e segundo as indicações de ENTIDADE ADJUDICANTE. Os pontos de rede são indicados para a rede de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados a periodicidade de rega;

Classe 88* - Árvores e arbustos

1. Quando ocorrerem furos ou aberturas que não sejam normalmente regulares pela rede de rega, deverá ser feita a rede de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados para a rede de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados a periodicidade de rega;
2. Em caso de estudo das condições de rega ou da rede existentes de forma de rega, deverá o ADJUDICATÁRIO, à sua vez, proceder de modo a que as regas sejam sempre realizadas, garantindo a regularidade física das regas, podendo ter de recorrer a subterfúgos;
3. A distribuição de água de rega será feita por rega ou com mangueiras;
4. Na prática a rede será realizada de modo a que o diâmetro das gotas não ultrapasse o limite de 100 microns;
5. Em caso de estudo das condições de rega ou da rede existentes de forma de rega, deverá o ADJUDICATÁRIO, à sua vez, proceder de modo a que as regas sejam sempre realizadas, garantindo a regularidade física das regas, podendo ter de recorrer a subterfúgos;

85/87



redes, deve ser feita a rede de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados para a rede de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados a periodicidade de rega;

6. Na rede de estudo das condições de rega ou da rede existentes de forma de rega, deverá o ADJUDICATÁRIO, à sua vez, proceder de modo a que as regas sejam sempre realizadas, garantindo a regularidade física das regas, podendo ter de recorrer a subterfúgos;

SEÇÃO VI - Retenção e Plantação

Classe 89* - Disposições gerais

1. Sempre que parte ou todo o sistema de retenção, deve ser feita a rede de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados para a rede de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados a periodicidade de rega;
2. As redes de retenção de planta devem ser feitas de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados para a rede de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados a periodicidade de rega;
3. As redes de retenção de planta devem ser feitas de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados para a rede de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados a periodicidade de rega;

Diagrama recomendado para áreas de retenção e retenção

Para	Diagrama das áreas (metros)
Árvores (entre 2 e 5 metros)	1,2 x 1,2 x 1,2
Árvores (entre 1,5 e 2 metros)	1 x 1 x 1
Árvores (entre 0,8 e 1,5 metros)	0,8 x 0,8 x 0,8
Árvores (entre 0,4 e 0,8 metros)	0,4 x 0,4 x 0,4

4. Quando as operações, a planta deve ser feita de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados para a rede de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados a periodicidade de rega;
- a) se o corte, deve ser a primeira rede de solo (1) para um pequeno corte, depois a segunda (2) para um corte, e finalmente a terceira rede profunda (3) para um corte maior;
- b) a cobertura deve ser feita no corte, e depois a primeira rede de solo (1) para um pequeno corte, depois a segunda (2) para um corte maior, e finalmente a terceira rede profunda (3) para um corte maior;
- c) a rede de solo, de solo (1) para um pequeno corte, depois a segunda (2) para um corte maior, e finalmente a terceira rede profunda (3) para um corte maior;
- d) a rede de solo, de solo (1) para um pequeno corte, depois a segunda (2) para um corte maior, e finalmente a terceira rede profunda (3) para um corte maior;
- e) sempre que se fizer uma rede de solo, deve ser feita a rede de solo (1) para um pequeno corte, depois a segunda (2) para um corte maior, e finalmente a terceira rede profunda (3) para um corte maior;

86/87



- a) se o corte, deve ser a primeira rede de solo (1) para um pequeno corte, depois a segunda (2) para um corte, e finalmente a terceira rede profunda (3) para um corte maior;
- b) a cobertura deve ser feita no corte, e depois a primeira rede de solo (1) para um pequeno corte, depois a segunda (2) para um corte maior, e finalmente a terceira rede profunda (3) para um corte maior;
- c) a rede de solo, de solo (1) para um pequeno corte, depois a segunda (2) para um corte maior, e finalmente a terceira rede profunda (3) para um corte maior;
- d) a rede de solo, de solo (1) para um pequeno corte, depois a segunda (2) para um corte maior, e finalmente a terceira rede profunda (3) para um corte maior;
- e) sempre que se fizer uma rede de solo, deve ser feita a rede de solo (1) para um pequeno corte, depois a segunda (2) para um corte maior, e finalmente a terceira rede profunda (3) para um corte maior;

Classe 90* - Retenção e plantação de herbáceas

1. Antes da operação de retenção de planta, deve ser feita a rede de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados para a rede de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados a periodicidade de rega;
2. Depois de uma operação de retenção de planta, deve ser feita a rede de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados para a rede de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados a periodicidade de rega;
3. As plantas de retenção de planta devem ser feitas de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados para a rede de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados a periodicidade de rega;
4. Quando a operação de retenção de planta, deve ser feita a rede de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados para a rede de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados a periodicidade de rega;
5. Quando a operação de retenção de planta, deve ser feita a rede de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados para a rede de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados a periodicidade de rega;
6. Fica a ENTIDADE ADJUDICANTE de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados para a rede de modo a regular a rede e o fim de cada. Os pontos de rede são indicados a periodicidade de rega;

87/87



1. Dependendo da natureza das herbáceas, poderá ser necessária ainda a condicionante tratamento fitossanitário, ou inseticida e fungicida depois. Sempre que tal se realizar, deve a ADJUDICATÁRIA adotar a ENTIDADE ADJUDICANTE das suas atividades.

Cláusula 92.ª - Retenção e plantação de árvores

- As árvores para plantação são fornecidas pela ENTIDADE ADJUDICANTE, exceto nas seguintes:
- No caso de retenção deverá proceder-se ao arranque da planta inteira, tendo o cuidado de não deixar resíduos das raízes no terreno, especialmente no caso de morte da árvore ter sido por doença.
- Caso se justifique deve-se à área a ser provida de quantidade e proceder a uma descrição do local com fotograma aéreo.
- Para plantação de uma árvore, deve-se à taxa de 1,5m de profundidade por 1,5m de lado ou diâmetro.
- Quando à fertilização deve-se à utilizar adubo orgânico tipo "Foska", ou equivalente, à dosagem de 40g/m², incorporado na terra de plantação e uma adubo de composto orgânico incorporado a 40cm de profundidade, seja incorporado em 1/3 de base de 20% de húmus, 20% de pó de pólvora e 40% de húmus por cima e ainda superfosfato de potássio a 18% à dosagem de 20g no fundo da taxa.
- As plantações deverão ser feitas em curvas com declividade aproximada de 20-25%, com taxa que as árvores não se possam deslocar. Os curvões serão abertos uma semana antes da plantação e as suas paredes não poderão ficar nuas.
- Conquanto a espécie será indicada pela fiscalização o composto adequado. No entanto este composto não será aplicado por fôrca e que seja uma aplicação ao estado natural. Sempre que sejam plantados duas ou mais espécies na mesma parcela, a sua distribuição será feita de uma forma alternada e não por grupos (sempre com a preocupação de fazer uma aplicação ao estado natural), mas cada sempre feita a plantação das espécies adjacentes na proximidade das linhas de água e que não é permitido que outras espécies se sejam plantadas conjuntamente, como ocorre na natureza.
- As árvores plantadas serão sempre protegidas ao nível do solo com proteções individuais adequadas.
- Logo que finalizada a plantação de árvores será feita uma rega abundante, tanto que possa atingir as raízes protegidas, e imediatamente será feita uma valadina adequada.
- Depois da primeira rega e sempre que o desenvolvimento da planta o justifique, deverá aplicar-se húmus de vaca com o cuidado no ponto referido à irrigação.

43/17



Cláusula 92.ª - Retenção e plantação de arbustos

Após o arranque do arbusto e respetiva seccção nos moldes também procedido-se à abertura de uma taxa proporcional às dimensões de terço ou de sistema radial, (taxa com um máximo de 0,40m de profundidade e 0,40m de largura no diâmetro), seguindo-se todos os cuidados relativos para a plantação das árvores, no que se refere à fertilização, profundidade de plantação, primeira rega e irrigação.

Cláusula 93.ª - Retenção e plantação de palmeiras

- Caso se trate de uma palmeira, será avaliada com a ENTIDADE ADJUDICANTE a substituição pela mesma espécie ou por outra.
- Caso a substituição seja feita por outra palmeira, a operação de transporte será feita durante o período de repouso vegetativo das palmeiras, deverá ser executada obrigatoriamente no Verão, e no período de maior calor.
- A parte aérea deverá ser eliminada, pelo que se devem separar todas as folhas (de baixo para cima), até ao ponto em que estas fiquem um ângulo de 45 graus com o tronco. A determinação da localização do corte das folhas, deve ser feita de forma a manter o diâmetro de palmeiras existentes. As mesmas folhas devem ser usadas e atadas para diminuir a área exposta ao sol, diminuindo a evapotranspiração e favorecendo a sobrevivência de outras nas folhas.
- O sistema de transplantação de palmeiras depende também das datas recomendadas na sua zona e operação de definição de todos. Naturalmente quando maiores forem os cortes efetuados nas raízes e quanto menor for o diâmetro das raízes cortadas, maior será o risco de sucesso com a transplantação. O trabalho deverá ser precedido por um período de repouso vegetativo que permita a formação de uma base para levantar a planta com que se vai processar a transplantação.
- No transporte a palmeira não deve apoiar o tronco no estado de natureza, ou de qualquer outra natureza, para evitar que após se desloque com a captação que deverá estar contida (se não tiver sido cortada) durante a viagem.
- A planta deve ser transportada e suportada por mais de um ponto, para que o peso fique mais repartido. Os apoios devem ser posicionados de forma a impedir o peso do tronco e das folhas.
- Proceder-se igualmente à eliminação de raízes, que terá uma dimensão equivalente ao diâmetro do tronco, e à plantação.

44/17



SEÇÃO VII - Remanejamento

Cláusula 94.ª - Remanejamento

- Nas zonas do terreno que por tal motivo ou por qualquer motivo apresentem "canchais", deverá realizar-se uma intervenção, com as mesmas medidas de sempre utilizadas, tendo em atenção todos os cuidados próprios ao tipo de intervenção do terreno.
- Em zonas onde o ligeiro de recolher seja difícil poderá a ENTIDADE ADJUDICANTE requerer a colocação de painéis. Se for utilizado para de área deve estar assegurada a existência de profundidade suficiente.
- Todas as operações de intervenção das estradas devem efetuar-se nos períodos climatológicos favoráveis ou durante os meses (Fevereiro e Outubro) ou durante (regiões), para que o terreno não possa ser atingido por ventos fortes.
- Para a execução do plano apresentado no terreno, recorrer-se-á a uma pequena quantidade de água no ponto onde se inicia a porção afetada. Em seguida, deverá começar-se bem a rega e a irrigação do solo com uma freguesia, evitando de mesmo modo que o terreno se seque para as lavagens, adicionando uma porção de terra seca de modo a repor o nível do terreno após a operação, e em seguida efetuar a intervenção. Depois da intervenção das estradas manual ou mecanicamente, seguir-se-á o restabelecimento das estradas, que pode ser feito com a rega e a irrigação do terreno com areia, seguida de rega com um solo natural. Deve sempre atender-se ao grau de humidade do terreno.
- Após a colheita das estradas, terá lugar a primeira rega, devendo a água ser bem pulverizada e distribuída com cuidado e regularidade.
- O tipo de intervenção a utilizar, de acordo com o respetivo plano de intervenção, ou se durante este, segundo a natureza indicada pela ENTIDADE ADJUDICANTE, deverá ser sempre com a densidade igual a 40g/m², ou segundo indicação da ENTIDADE ADJUDICANTE.
- Não serão admitidos prazos como percentagem superior a 50%.
- Todas as operações existentes no terreno a prazo deverão ser concluídas imediatamente após indicação da ENTIDADE ADJUDICANTE, mesmo que tenham de ser concluídas em condições de não serem concluídas dos mesmos (ou seja, prazos). Em qualquer caso deverá ocorrer logo a seguir ao corte de área.

45/17



Cláusula 95.ª - Colocação de painéis de terra

- Nas zonas do terreno onde o ligeiro de recolher seja difícil, poderá a ENTIDADE ADJUDICANTE requerer a colocação de painéis de terra.
- Quando que for utilizada para de área deve estar assegurada a existência de profundidade suficiente.
- Após a intervenção e rega e a irrigação geral do terreno, deverá proceder-se à colocação dos painéis de terra, sendo o terreno previamente regado a uma rega.
- As partes deverão ser colocadas paralelamente e com as juntas desalinhadas e bem encaixadas.
- No final deverá proceder-se a uma nova operação com areia, seguida de uma rega abundante.

SEÇÃO VIII - Anjamento, Escarificação e Rolagem de Estradas

Cláusula 96.ª - Anjamento, escarificação e rolagem de estradas

- O transporte das estradas consiste na pulverização mediante equipamento especial de colheita de estradas, devendo-se evitar os fragmentos obtidos mediante esta operação e evitar os resíduos resultantes com areia.
- Esta operação poderá ser realizada a/ou no período de intervenção com indicação da ENTIDADE ADJUDICANTE. Sempre que se realize que se forma especificamente uma camada tipo solo mais de 1cm, que é feita a colheita de areia e água, com o intuito de rega de modo a permitir o normal desenvolvimento das raízes. De igual modo, na profundidade pode causar uma camada compacta de solo, que também deverá ser destruída.
- A escarificação é uma operação necessária que deverá ser feita pelo menos duas vezes por ano, depois do Verão e após o Verão, ou quando a ENTIDADE ADJUDICANTE der indicação nesse sentido.
- A descompactação de estradas de se efetuar a rolagem das estradas para a ENTIDADE ADJUDICANTE.

46/17



8. Qualquer tratamento farmacológico com o intuito de prevenir efeitos adversos deve ser permitido de acordo com critérios, com a administração mínima de 5 dias. O critério deve ser registrado com o formulário com o modelo do Anexo E. Modelo de Anexo de Tratamento Farmacológico.

SEÇÃO XII - Titulos

Chamela 197° - Tuxtepec

1. Devem ser feitos sempre que se multiplica duas ou a ENTIDADE ADQUIRIANTE pelas seguintes:
- A. A taxação fixa ou a taxação de ponto ou taxa A sobre o valor de $2,1\%$ e distância de R\$ 100, dividida ao menos por milímetros (m) no solo ficando 1,5m desde o eixo da árvore ao ponto de amostragem, se tiverem sido ligadas entre si com farrapos de 40cm a 60cm de comprimento, divididos entre taxados em número de cotas a 30%.
- B. A taxação da árvore ou taxa fixa fixa em três pontos (um para cada taxa) com cotas elípticas de 8 a 10cm de largura, porém com eixos de 10 cm, estando firmemente no plano.
- C. No caso de não apenas um único nível aplicado e quando se tem um material, bem fixo na vertical, como porção quase central na superfície, sem o refinamento da cota com a taxa horizontal.
- D. Em caso algum se devem poder ser entre os pontos disto com a taxação que seja o fuso ou a taxação.
- E. Caso se árvore apontem disto com o ponto pelo sistema de taxação devendo-se substituir de acordo com o sistema.

SEÇÃO VII. — Língua Geral

Climax 198° - 1200m sea

1. O **FOCO** de escape inclui de imediato e continuamente todos os espécimes de larvas ou de insetos (póds, laras, vespas, abelhas, vespas, etc.), que possam ser encontrados no local, durante:



2. Sempre que se verifica que as redes de águas, incluindo sistemas de esgotos, encontram-se danificadas, inutilizadas ou simplesmente em mau estado de funcionamento, a Agência deverá ser imediatamente consultada à ENTIDADE AQUECUCANTE, a qual, mediante os estudos necessários, se verificar a presença de água no resultado dos defeitos em verificação, a mesma pelo AQUECUCATÁRIO no prazo de 5 dias ou 2 dias (se o consumo passa por um submedidor do prédio), em caso de não dar resposta que deva ser enviada no prazo máximo de 2 dias.

Clamida 118.^o - Mistura de dois elementos de água

1. Para além da lâmpada datada de folhas, papéis, entre outros, os elementos de água corrente, devendo ser lâmpas de acordo com as indicações da ENTIDADE ADJUDICANTE, permitindo a totalização a lâmpada total dos elementos de água sempre que necessário.
2. A lâmpada dos tempos e minutos deve ser utilizada de maneira a que os impactos negativos sejam minimizados, pelo que deverão ser todos os seguintes utilizados:
3. Evitar-se os erros em um nível que não possa ser nome a elaboração das espécies que se encontram;
4. Dever-se ser suficiente, para tempos positivos, todos os pontos, espécies e análises que se encontram, separando as espécies por lâmpas e assegurando espaço adequado, para não provocar erros na contagem;
5. A lâmpada deve ser realizada no mesmo espaço de tempo possível, segundo o nível de água e simultaneamente as espécies que se encontram nos lagos. Deve-se, igualmente, ser cuidado com a utilização de padrões de lâmpas que possam conter erros e água.
7. Instruções necessárias e que poderão ser utilizadas pela ENTIDADE ADJUDICANTE:
 - a) Colocação de água limpa e análise de acordo com as necessidades verificadas através de análise (vermelha e colagem lá por nós);
 - b) Verificação do sistema automático de controle de nível (quando lá por nós);
 - c) Verificação do sistema automático de acionamento da lâmpa (quando lá por nós);
 - d) Verificação do fecho da porta do vaso de nível;
 - e) Recombação das lâmpas;
 - f) Lâmpas de fundo das lâmpas.
8. Em relação a esta operação deverá utilizar-se a seguinte metodologia:
 - a) Comparar estado de análise a qualidade química da água para a água;
 - b) Definir o subconjunto automático do elemento de água.



- região em geral e todos os detritos e lixos de natureza diversa, que deverão ser convenientemente depositados entre as trilhas, e transportados a valões;
3. As áreas permanentemente livres de esgoto e/ou dejetos deverão ser limpas sem acumulação de lixos e/ou detritos sólidos ou líquidos e deverão ser lavadas sempre que necessário;
4. A limpeza antes e depois dos supramentos de pesquisa rapidamente instalados (popelines), trilhas, trilhões e limpeza de lixeiras e muros;
5. Os suprestos de limpeza deverão ser realizados diariamente e logo após o término e com frequência necessária, de acordo as condições climáticas e a época do ano;
6. Durante o período de queda de folhas, a limpeza e a frequência da limpeza dos muros deverá ser aumentada, de modo a evitar ao máximo o tempo de permanência de folhagem seca sobre a vegetação herbácea, evitando o risco de acúmulo e morte da mesma;
7. Na recepção dentro das áreas o **AJUDICATÁRIO** poderá utilizar os meios que julgar, manter as instalações, desde que efetue os serviços com a frequência necessária;
8. ☐ **AJUDICATÁRIO** deverá manter de forma permanente uma equipe que assegure de forma contínua a limpeza do local das duas etapas;
9. Sempre que necessário ou pelo menos uma vez por mês o **AJUDICATÁRIO** deve realizar o controle geral do funcionamento das unidades de água encanada as limpezas necessárias;
10. Deverá ser regularmente mantida a limpeza e desinsetização de comedouros, incluindo os sanitários das bebedouros;
11. As unidades sanitárias não podem exercer a capacidade de suporte do povoamento. As unidades que recebem a sua utilização deverão estar em perfeito estado de funcionamento e deverão manter níveis mínimos de água. Todas as unidades se deverão apresentar sempre em bom estado de limpeza, desinfecção e pintura;
12. Caso se utilize unidades de lagunas, estas deverão estar sempre adequadas ao tipo de povoamento, sendo em atenção a capacidade das estruturas construídas;

SEÇÃO XIV. - Manutenção de Redes e Elementos de Água

Cláusula 190.ª - Manutención de orden de pago

5. Sempre que necessário, no pelo menos uma vez por mês, o ADQUIRENTE deve verificar o estado geral do funcionamento das redes de água, incluindo sistemas de fuga, procurando as seguintes ocorrências:



3. Das lagoas naturalizadas a respeito da quantidade de água terá de ser feita com recurso a medições mínimas e deverá sempre ser feita sempre proporcional à área. A percentagem de material vegetal não deverá exceder os 30% de área do lago.
- Deverá ser garantida a limpeza da água. A remoção dos sedimentos deverá ser feita manualmente.
- A remoção dos infestantes das margens dos lagos não poderá causar qualquer tipo de alteração estrutural.

SEÇÃO XV. — Encaminhamento de Resíduos a destino final adequado

Classe III.^o – Encaminhamento do Resíduo a destino final adequado.

1. A criação e transposição das unidades, provenientes das atividades da presente comissão, a desvoto final aprovado pelo da responsabilidade do ACJUDICATARIO, ficando este obrigado a cumprir a Legislação vigente ou que esteja à Gestão de Resíduos e transposição dos mesmos, nomeadamente Decreto Lei 33/2001, de 17 de junho que altera e republica o Decreto Lei 178/2000 de 3 de outubro e a Portaria n.º 33/97, de 16 de maio e demais legislação vigente.
2. Na que compete aos Resíduos, o ACJUDICATARIO suí que proceda a Guia de Acompanhamento de Resíduos (GAR) Modelo A (Modelo 1498 da Casa da Moeda), constantes no Anexo I de Portaria indicada. O ACJUDICATARIO deve proceder à entrega dos comprovantes de entrega no destino final aprovado ao terreno adequado pela gestão do contrato, com a periodicidade mensal. Estas Guias são válidas para todas as tipologias de resíduos, com excepção dos resíduos de construção e demolição, e deverão ser validadas em qualquer licenciado e autorizado para a criação das unidades designadas.
- De forma a assegurar o respeito escrupulosamente, os resíduos deverão ser identificados de acordo com a Lista Europeia de Resíduos (Catálogo IAR), publicada através da Portaria n.º 209/2004, de 3 de março, alterada pelo Decreto Lei n.º 73/2001, de 17 de junho.
- Nestas Devoes ser regular as competências de classificação do seu Anexo I – (Imunidade), e se utiliza no especial atenção as características de certos substâncias que em contacto com certos resíduos das podem causar consequências de perigosidade, sendo que a sua classificação como perigosos implica a atribuição de um código de Lista com excepção (R).



- h) Os serviços de produção, distribuição, porte de produtos/gradus, demonstrações, controle de inventário, entre outros, que possam vir a ser utilizados pela ENTIDADE ADJUDICANTE, devem ser preferencialmente realizados no ato de licitação e ou em países vizinhos;

Clément HÉLÉ, *Barre Royale de Monsieur*

- O Parque Florestal de Monsanto apresenta Regime Florestal e é regido por um Plano de Gestão Florestal (PGF) aprovado em Janeiro de 2002. O PGF é um instrumento de ordenamento florestal que obriga as intervenções de natureza cultural.
- No Maio de 2016, a CML obtém o certificado de gestão florestal no Parque Florestal de Monsanto no âmbito do PSC.
- A Certificação da Gestão Florestal permite à CML evidenciar que o PFM é gerido de forma responsável, através de uma gestão conjuntamente adequada, socialmente benéfica e economicamente viável. Este certificado é válido por 5 anos e para a sua manutenção a CML precisa assumir emais, para verificar a continuidade da implementação do sistema.
- Finca adicional que analisa questões de gestão florestal, talde a segurança dos trabalhadores, cumprimento de legislação, aspectos ambientais e outros das atividades desenvolvidas no PFM, envolvendo da sociedade nos centros do PSC, entre outros. Em referida análise e resposta de atividades adicionais talde que não permita, impedindo de diversas questões que não são abordadas pela entidade certificadora.
- Em Outubro de 2015 a CML solicita nova análise, após a qual foi emitido um certificado de gestão florestal, no âmbito do PSC.
- O PFM está sujeito ao Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios que define as ações de identificação e análise de risco e grau e quantificação de riscos associados e as medidas operacionais de prevenção e combate a incêndios que são desenvolvidas anualmente através de um Plano Operacional Municipal (POM) de acordo com Decreto de Lei 17 de 14 de Junho de 2009.
- Devido ao presente as seguintes opções adicionais:
 - Aer-Fotogrametria (foto);
 - Aerfoto Usado (aerofotografia);
 - Bordo Colored (colorido);



- 4) *Calli-Australis* (indisch)
- 5) *Centurus Asotus* (palestiniensis)
- 6) *Cent. Asotus* (china)
- 7) *Centrus Albicollis* (alp. China) (palestina)
- 8) *Centrus Albicollis* (alp. Sinesien) (palestina)
- 9) *Centrus p. (palestina)* (indisch)
- 10) *Diplolepis* (indisch)
- 11) *Phaenocarpa* (palestina)
- 12) *Phaenocarpa* (palestina)
- 13) *Phaenocarpa* (palestina)
- 14) *Phaenocarpa* (palestina)
- 15) *Phaenocarpa* (palestina)
- 16) *Phaenocarpa* (palestina)
- 17) *Phaenocarpa* (palestina)
- 18) *Phaenocarpa* (palestina)
- 19) *Phaenocarpa* (palestina)
- 20) *Phaenocarpa* (palestina)
- 21) *Phaenocarpa* (palestina)
- 22) *Phaenocarpa* (palestina)
- 23) *Phaenocarpa* (palestina)
- 24) *Phaenocarpa* (palestina)
- 25) *Phaenocarpa* (palestina)
- 26) *Phaenocarpa* (palestina)
- 27) *Phaenocarpa* (palestina)
- 28) *Phaenocarpa* (palestina)
- 29) *Phaenocarpa* (palestina)
- 30) *Phaenocarpa* (palestina)
- 31) *Phaenocarpa* (palestina)
- 32) *Phaenocarpa* (palestina)
- 33) *Phaenocarpa* (palestina)
- 34) *Phaenocarpa* (palestina)
- 35) *Phaenocarpa* (palestina)
- 36) *Phaenocarpa* (palestina)
- 37) *Phaenocarpa* (palestina)
- 38) *Phaenocarpa* (palestina)
- 39) *Phaenocarpa* (palestina)
- 40) *Phaenocarpa* (palestina)
- 41) *Phaenocarpa* (palestina)
- 42) *Phaenocarpa* (palestina)
- 43) *Phaenocarpa* (palestina)
- 44) *Phaenocarpa* (palestina)
- 45) *Phaenocarpa* (palestina)
- 46) *Phaenocarpa* (palestina)
- 47) *Phaenocarpa* (palestina)
- 48) *Phaenocarpa* (palestina)
- 49) *Phaenocarpa* (palestina)
- 50) *Phaenocarpa* (palestina)
- 51) *Phaenocarpa* (palestina)
- 52) *Phaenocarpa* (palestina)
- 53) *Phaenocarpa* (palestina)
- 54) *Phaenocarpa* (palestina)
- 55) *Phaenocarpa* (palestina)
- 56) *Phaenocarpa* (palestina)
- 57) *Phaenocarpa* (palestina)
- 58) *Phaenocarpa* (palestina)
- 59) *Phaenocarpa* (palestina)
- 60) *Phaenocarpa* (palestina)
- 61) *Phaenocarpa* (palestina)
- 62) *Phaenocarpa* (palestina)
- 63) *Phaenocarpa* (palestina)
- 64) *Phaenocarpa* (palestina)
- 65) *Phaenocarpa* (palestina)
- 66) *Phaenocarpa* (palestina)
- 67) *Phaenocarpa* (palestina)
- 68) *Phaenocarpa* (palestina)
- 69) *Phaenocarpa* (palestina)
- 70) *Phaenocarpa* (palestina)
- 71) *Phaenocarpa* (palestina)
- 72) *Phaenocarpa* (palestina)
- 73) *Phaenocarpa* (palestina)
- 74) *Phaenocarpa* (palestina)
- 75) *Phaenocarpa* (palestina)
- 76) *Phaenocarpa* (palestina)
- 77) *Phaenocarpa* (palestina)
- 78) *Phaenocarpa* (palestina)
- 79) *Phaenocarpa* (palestina)
- 80) *Phaenocarpa* (palestina)
- 81) *Phaenocarpa* (palestina)
- 82) *Phaenocarpa* (palestina)
- 83) *Phaenocarpa* (palestina)
- 84) *Phaenocarpa* (palestina)
- 85) *Phaenocarpa* (palestina)
- 86) *Phaenocarpa* (palestina)
- 87) *Phaenocarpa* (palestina)
- 88) *Phaenocarpa* (palestina)
- 89) *Phaenocarpa* (palestina)
- 90) *Phaenocarpa* (palestina)
- 91) *Phaenocarpa* (palestina)
- 92) *Phaenocarpa* (palestina)
- 93) *Phaenocarpa* (palestina)
- 94) *Phaenocarpa* (palestina)
- 95) *Phaenocarpa* (palestina)
- 96) *Phaenocarpa* (palestina)
- 97) *Phaenocarpa* (palestina)
- 98) *Phaenocarpa* (palestina)
- 99) *Phaenocarpa* (palestina)
- 100) *Phaenocarpa* (palestina)

8. As operações de manutenção de equipamentos devem ser a critério de quem ou de qual entidade ou lista de nomes, sob o estabelecimento periodicidade.



- © De Gruyter 2006.

- [illegible]

13. *Paratyphlus undulatus* (n. sp.) (Fig. 13a, b).

- a) Quando sua instalação pela ENTIDADE ADQUIRENTE a construção de plantação deve o ADQUIRENTE não comprometer o normal desenvolvimento das espécies instaladas através deste projeto, sem contemplar a instalação de proteção individual para circularizar as plantas presentes e se proteger contra os diversos fatores ambientais externos, que incluem, que abastecer, com particular destaque para os condições o para o verão.
- b) As plantas instaladas para colheita devem atender cada planta deve ser provido com verde no canteiro em polietileno, com uma altura mínima de 500 mm e um diâmetro de pelo menos 800mm. O espaçamento na vertical e horizontal deverá ser de 2,5 e 2,5 metros. As características da rede poderão ser alteradas conforme a disponibilidade no mercado desde que compensem os objetivos previstos. A rede deverá ficar ligeiramente estendida no solo. A fiação de rede em Brasil, deverá ser feita com pelo menos dois pontos em cada



SECT. ACI XVIII. - Meiss. Hymenium

Classe 113.² Trabalhadores e servidos

1. Sempre que solicitado o ADJUDICATÁRIO deve assessorar o cliente de preferência (o de maior tipo de categoria profissional) para escolher com agilidade as tarefas que constam neste caderno de encargos e/ou assessorar nos possíveis problemas com o ENTIDADE ADJUDICANTE.
2. Os funcionários deverão repôr-se um tempo de 30 minutos.
3. Os SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO devem prestar todos os dias, dentro do horário normal de trabalho, das 8:00 às 17:00 horas, com uma hora de almoço, de acordo com o ADJUDICATÁRIO sempre que necessário em procedimentos legais necessários aos finais especiais. A limpeza deverá ser realizada diariamente incluindo alvarios, docas e instalações.
4. Em caso de falta o/a dentro da categoria da pessoa designada para a prestação de serviços, o ADJUDICATÁRIO deverá providenciar a sua substituição.
5. O Armador poderá pagar os custos fixos desde que autorizado pelo ENTIDADE ADJUDICANTE.

Classe III⁴ - Fundamentos e identificação das instituições

Todos os postais ao serviço do ADJUNTCATARIO deverão apresentar-se ao sempre fixado de igual forma, com identificação da festa, e com o respectivo nome do trabalhador e de acordo com as normas de segurança em vigor.

Chimata 118, 4 / Apuleio Lougheira

Fica a cargo do REQUERENTE.

Classe 129.^a - *Utile e Scurva nei Trovati*

3. Compete ao AFDUDCATARJ, pelas informações obtidas em seu trabalho, aditiva e
- a) Reser para a seguradora e vidade, modelos de percepção e paratização;
 - b) Medidas e intervenções a serem em caso de julgo para finalização;
 - c) Medidas de prevenção secundária e combate a incidência;



3. O ADJUDICATÁRIO é responsável diretamente pelo risco ocupacional da norma legal sobre segurança, higiene e saúde no trabalho.
4. Corresponde obrigação do ADJUDICATÁRIO, fornecer proteção individual e garantir o seu bom funcionamento.
5. O ADJUDICATÁRIO deve garantir a existência de vestimenta, de segurança e de saúde no trabalho, adequadas, de acordo com as prescrições dos diplomas, sempre que essas normas não puderem ser realizadas ou insuficientemente atendidas com meios técnicos de proteção coletiva ou com medidas adotadas no processo de organização do serviço.
6. Máquinas e equipamentos ou equipamentos e utilidades, devem estar classificados pela Diretoria Municipal (Diretoria MPM/SG/CHS) mantendo as normas de segurança e saúde e "Declaração de Conformidade de CE".
7. Equipamentos de proteção individual (EPI) ou EPI's devem ser utilizados quando os meios técnicos não puderem ser adotados ou insuficientemente limitados por meios técnicos de proteção coletiva ou por medidas, adotadas no processo de organização do serviço.
8. Características dos EPI's a distribuição pela Diretoria Municipal:
- Existem modelos de etiqueta CE;
 - Serem adequados aos riscos e presença e às condições de trabalho;
 - Não deverão implicar um aumento do risco que poderiam minimizar ou provocar outro risco;
 - Deverão de acordo com as normas aplicáveis de segurança e saúde, em termos de sua concepção e fabrico;
 - Atenderem às exigências regulamentares e de saúde dos trabalhadores;
 - Serem de uso individual (não em grupo ou coletivo, onde se deverá garantir a abrangência das condições de saúde de cada trabalhador);
 - Caso seja necessária a utilização de mais que um EPI em simultâneo, deve garantir a sua compatibilidade e eficácia.
9. Serão dos EPI's a distribuir pela Diretoria Municipal, a escolha dos EPI's é feita com base na avaliação dos riscos existentes nos postos de trabalho. Para facilitar esta tarefa está a Portaria nº 988/73 de 5 de Junho, que permite estabelecer uma correspondência entre o risco e a parte do corpo potencialmente afetada. O levantamento dos riscos existentes será realizado pelas entidades representativas no processo, tal será necessário proceder à escolha dos Equipamentos de Proteção Individual.
10. A escolha dos EPI's mais adequados deve ter em conta os seguintes fatores:
- Características do Operário;
 - Duração do EPI;

85/117



- Características do meio;
 - Resistência de exposição ao risco;
 - Características do local de trabalho.
11. Implementação de um programa para a utilização de EPI's Obrigatório: a utilização dos equipamentos de proteção individual é da responsabilidade do ADJUDICATÁRIO.
12. Definição de responsabilidades:
- Gerência:
 - Proporcionar os EPI's adequados e mantê-los disponíveis para os trabalhadores;
 - Assurar que os trabalhadores tenham usado adequados em caso, manutenção e limpeza dos mesmos;
 - Garantir o cumprimento de uso e manutenção de EPI's por parte dos trabalhadores;
 - Trabalhadores:
 - Utilizar os EPI's adequadamente;
 - Assurar a conservação dos mesmos;
 - Limpar e manter os mesmos em boas condições;
 - Informar a gerência de qualquer situação de risco ou acidente com EPI's.
13. Equipamentos de Proteção Individual por operações:
- Genê:
 - Colar de sinalização de alta visibilidade para serviços na beira da estrada ou no interior de mata para serem facilmente observáveis;
 - Capacetes para o sol;
 - Proteção solar;
 - Imprescindíveis para a chuva;
 - Luvas de proteção mecânica;
 - Botas de sola e biqueira de aço ou Kevlar.
 - Aplicação de herbicidas:
 - Pelo tipo Tyvek com capuz de proteção química;
 - Óculos de proteção para proteção anti-impacto;
 - Luvas de borracha de proteção química;
 - Proteção visual com máscara de EPI's adequadas;
 - Botas de borracha de proteção química.
 - Furação de buracos:
 - Farda ou fato de macacão;
 - Luvas mecânicas (ou equivalentes);

86/117



- Luvas de proteção;
 - Botas de sola e biqueira de aço ou Kevlar.
4. Serviços com exposição:
- Jardens, arborização ou no mesmo fardo ou fato de macacão com plásticos e mangas, no caso de material molhado;
 - Vestido de proteção com rebordo anti-impacto;
 - Proteção solar;
 - Luvas de proteção mecânica;
 - Botas de sola e biqueira de aço ou Kevlar;
 - Serão de toda a correspondência a utilização de quaisquer luvas de proteção por um fabricante atestado, com serviços para a limpeza, após de proteção os pontos e os pontos, de proteção de materiais.
5. Trabalho de poda e corte de ramos, com exigências:
- Farda ou fato de macacão;
 - Capacete de proteção com rebordo e proteção anti-impacto;
 - Calças de proteção com sola e biqueira de aço ou Kevlar;
 - Cinto de segurança para serviços em altura;
 - Luvas de proteção mecânica.
6. Serviços com exposição:
- Farda ou fato de macacão;
 - Máscara de proteção com filtro em local particularmente poluído;
 - Óculos de proteção anti-impacto;
 - Luvas de proteção mecânica;
 - Proteção solar;
 - Botas de sola e biqueira de aço ou Kevlar;
 - Se de necessidade a utilização de óculos escuros de proteção, para os serviços realizados ao sol, sobretudo no Verão, após de proteção os olhos do operador, dos raios UV, bem como um cinto e uma luva protetora.
7. Trabalho com materiais:
- Fato de proteção anti-impacto para materiais;
 - Capacete de proteção com rebordo de rebordo e proteção anti-impacto;
 - Luvas de proteção para materiais e no exterior de proteção mecânica;
 - Botas de biqueira e sola de aço;

87/117



- Cintão de segurança para outros serviços;
- Serviços com risco, tanto do tipo de trabalho, ou equivalente:
 - Farda ou fato de macacão;
 - Capacete de proteção;
 - Colar de alta visibilidade;
 - Óculos de proteção;
 - Luvas de proteção;
 - Botas de biqueira e sola de aço ou Kevlar.
- Trabalho com bio-estruturas:
 - Colar de alta visibilidade;
 - Farda ou fato de macacão;
 - Capacete de proteção com rebordo de rebordo e proteção anti-impacto;
 - Luvas de proteção mecânica de proteção completa (tipo mecânica);
 - Botas de biqueira e sola de aço ou Kevlar.
- Trabalho de construção/reconstrução de pontes:
 - Fato de macacão ou farda;
 - Luvas de proteção mecânica;
 - Botas de biqueira e sola de aço ou Kevlar, que no Verão, devem preferencialmente ser substituídas por botas ou sapatos em Kevlar, pois sendo muito mais finos, tornam a proteção permeável;
 - Óculos de proteção, quando posto em risco de proteção de materiais para o sol, que devem ser escuros, se o serviço for ao sol;
 - Bonê para serviços ao sol;
 - Imprescindíveis, se as atividades forem à chuva;
 - Proteção solar para 20 ou equivalentes, com serviços de Verão ou no Verão, em dias chuvosos;
 - Baixas de proteção UV, com serviços de Verão;
 - Colar de alta visibilidade, para atividades tanto à noite ou no dia;
 - Quando os serviços se desenvolverem à noite de trabalho, é necessário proceder à sua sinalização com luzes de alta visibilidade de proteção para o trânsito. De acordo com o Decreto Regulamentar nº 33/98 de 12 de Setembro, que disciplina a sinalização temporária de obras e intervenções no trânsito.
- Trabalho de salinização, que em caso de acidente aplica-se sempre toda a legislação em vigor em que se aplica à Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

88/117



14. Fica designada a ENTIDADE ADJUDICANTE, nos termos do direito de faculdade pelas suas funções, o cumprimento das normas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho aplicáveis e obriga a Totalidade Exaustiva a cumprir com todos os requisitos legais para o B-077 dos seus fornecedores.



CAPÍTULO III - DISPOSIÇÕES TÉCNICAS DOS TRABALHOS DE REABILITAÇÃO

SEÇÃO I - Obrigações Gerais

Cláusula 120.ª - Obrigações gerais do ADJUDICATÁRIO de preparação e planejamento dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO

1. Para cada ordem de execução de TRABALHOS DE REABILITAÇÃO recebida no âmbito do CONTRATO, o ADJUDICATÁRIO é responsável perante a ENTIDADE ADJUDICANTE:
 - a) Pela preparação, planejamento e coordenação de todos os trabalhos, seja qual for o agente executor, bem como pela preparação, planejamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, do plano de gestão de qualidade e segurança e das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho regentes e, em particular, pelo desenvolvimento do plano de segurança e saúde e implementação das medidas aí consagradas, de acordo com todos os requisitos regentes;
 - b) Pela preparação, planejamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do plano de segurança e saúde;
2. A preparação e o planejamento da execução dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO compreendem, entre outros trabalhos:
 - a) A elaboração por parte do ADJUDICATÁRIO à ENTIDADE ADJUDICANTE dos procedimentos técnicos para execução dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO, pela qualidade e pela segurança e afetos aos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO;
 - b) A elaboração por parte do ADJUDICATÁRIO do plano de trabalho e a sua apresentação à ENTIDADE ADJUDICANTE no prazo mínimo de 2 dias a contar da data de entrega pela ADJUDICANTE do ordem de execução dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO;
 - c) A elaboração por parte do ADJUDICATÁRIO de diversos planos de execução de TRABALHOS DE REABILITAÇÃO submetidos pela ENTIDADE ADJUDICANTE e a sua apresentação à ENTIDADE ADJUDICANTE no prazo indicado no afeto anterior;
 - d) O desenvolvimento e a especificação pelo ADJUDICATÁRIO do plano de segurança e saúde referido no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 271/2001, de 29 de Outubro, no prazo indicado na

80/17

80/17



afeto b) o plano deve analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO, em particular as técnicas e a organização de trabalho utilizadas pelo ADJUDICATÁRIO, e a apresentação ao coordenador dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO em matéria de segurança e saúde e à ENTIDADE ADJUDICANTE para análise, aprovação e validação;

- e) A entrega à ENTIDADE ADJUDICANTE por parte do responsável técnico pela segurança dos documentos a partir do plano de segurança e saúde referido no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 271/2001, de 29 de Outubro, por forma a possibilitar a preparação adequada da documentação para a abertura do processo à Administração para os efeitos de Trabalho (ACT);
- f) A apresentação pelo ADJUDICATÁRIO à ENTIDADE ADJUDICANTE de quaisquer estudos relativos aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO e os requisitos necessários por parte da ENTIDADE ADJUDICANTE;
- g) A apresentação de todos os dados dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO no prazo indicado no afeto b);

3. No prazo estabelecido no afeto b) do n.º 2, o ADJUDICATÁRIO deve apresentar, nos termos e para os efeitos dos artigos 34.º e seguintes do CCP, o plano de trabalho, incluindo plano de mão-de-obra e plano de equipamentos e o respetivo plano de pagamento, observando, na sua elaboração, a metodologia fixada neste regulamento de segurança;
4. O plano de trabalho só se considera em vigor após aprovação pela ENTIDADE ADJUDICANTE, a qual deve ser aprovada, por escrito, ao ADJUDICATÁRIO;
5. O plano de trabalho deve, nomeadamente:
 - a) Definir, com precisão, os dados de mão-de-obra e de materiais da execução dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO;
 - b) Definir as atividades, com indicação das datas ou dias de realização, das respetivas responsabilidades e das prazos de conclusão;
 - c) Indicar as quantidades e a qualidade profissional de mão-de-obra, atendendo a toda atividade, em cada unidade de tempo;
 - d) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, atendendo a cada atividade, em cada unidade de tempo;
 - e) Especificar quaisquer outros materiais, exigidos ou não no presente sistema de execução, que serão necessários para a realização dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO;
 - f) Ter em conta na elaboração do planejamento que este é relativo à data da contratação dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO;

81/17



- g) Indicar todos os estudos técnicos e científicos das principais opções adotadas;
6. O plano de trabalho deve ser elaborado quer em respeito da papel que tem a segurança e saúde no trabalho, quer em respeito da qualidade e da segurança e afetos aos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO;
7. Os equipamentos, materiais e elementos de construção a utilizar nos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO terão a qualidade, as dimensões, a forma e as demais características definidas neste regulamento de segurança e saúde e os dados de execução dos trabalhos e os estudos projetos, bem as técnicas regulamentares ou técnicas técnicas regulamentares;
8. Desde que os documentos técnicos no âmbito anterior não fizessem as respetivas indicações, o ADJUDICATÁRIO não poderá empregar materiais ou elementos de construção que não correspondam às características dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO ou que não sejam de qualidade inferior aos materiais empregados em obras idênticas;
9. No caso de dúvida quanto aos materiais e elementos de construção a empregar nos termos dos números anteriores, deverá consultar os especialistas técnicos aplicáveis pelo orden de preferência indicada no afeto a) e b) do n.º 2 do artigo 49.º do CCP;
10. O ADJUDICATÁRIO deve designar um responsável pela supervisão da aplicação da legislação aplicável na execução da aplicação do plano de gestão de Construção e Demolição, nomeadamente do Decreto-Lei n.º 66/2001, de 12 de Março;
11. O ADJUDICATÁRIO deve ter presente no local dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO, em todo estado de construção, o Plano de Trabalho e Gestão dos Recursos de Construção e Demolição, assim como o Registo de Dados dos Recursos de Construção e Demolição, de acordo com o disposto no Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 19 de janeiro artigo, onde estão anexados os guias de acompanhamento dos métodos de construção e demolição.

Cláusula 121.ª - Obrigações gerais

Deve igualmente observadas, que se que respeito às características dos materiais a utilizar, quer ao modo de execução dos trabalhos, além de toda a legislação aplicável, as Normas Portuguesas e Europeias afetos em vigor, bem como as especificações e os documentos de homologação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), pelo orden de preferência indicada no afeto a) e b) do n.º 2 do artigo 49.º do CCP.

82/17



SEÇÃO II - Trabalhos nos Espaços Verdes

SUBSEÇÃO I - Descrição dos trabalhos

Cláusula 123.ª - Generalidades

1. Fazer parte integrante do presente Capítulo III do sistema de serviços todos os fornecimentos, trabalhos e o seu modo de execução, descritos no mapa de trabalhos.
2. O ADJUDICATÁRIO deverá instalar-se nos locais locais objeto de intervenção e junto da ENTIDADE ADJUDICANTE do volume e natureza dos trabalhos a executar, passando não sendo atribuída qualquer responsabilidade baseada no decorrerimento da lista de serviços dos mesmos.
3. Deverá ter ainda acesso com a execução dos fornecimentos de bens e serviços que, embora não explicitamente descritos neste sistema de serviços, sejam necessários ao bom andamento dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO.
4. Transporte, carga, descarga, armazenamento e armazenamento deverão ser realizados de modo a evitar a mistura de materiais diferentes, bem como a conservação e todos os materiais presentes, serão por conta do ADJUDICATÁRIO.
5. Os TRABALHOS DE REABILITAÇÃO que consistem a presente Seção deverão ser executados com toda a segurança e proteção, e de acordo com as melhores regras de execução.
6. Os materiais a serem utilizados sempre de boa qualidade, devendo satisfazer as condições exigidas pelas leis e que se destinam e não poderão ser aplicadas com a mesma aprovação da ENTIDADE ADJUDICANTE.
7. Os materiais para os quais existem as especificações oficiais deverão satisfazer também as que não o são.
8. O ADJUDICATÁRIO, quando autorizado pela ENTIDADE ADJUDICANTE, poderá empregar materiais diferentes dos originalmente previstos, se a solução, estabilidade, duração, conservação dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO envolvidos não forem prejudicados e não houver aumento dos respectivos preços.
9. O ADJUDICATÁRIO obrigou a apresentar previamente à aprovação da ENTIDADE ADJUDICANTE amostras dos materiais a serem empregados nas condições de origem, no local onde os mesmos serão utilizados, sempre que a ENTIDADE ADJUDICANTE o julgar necessário, as quais, depois de aprovadas, deverão ser produzidas.

90347



- a) Manutenção, melhoria ou renovação do sistema de profundidade, regado de manutenção, gradagem ou outros até 1,5m de profundidade.
 - b) Pequena manutenção do terreno.
 - c) Distribuição de terra vegetal e natural de 70cm, nos locais em que tal seja determinado pela ENTIDADE ADJUDICANTE.
 - d) Abertura de valas com cerca de 10cm de profundidade com 1 m de largura.
 - e) Descarga das valas com a colocação de uma camada de 0,5m de terra no fundo, com posterior nivelamento do interior da vala com areia ou terra vegetal.
 - f) Terraplanagem simples e regular nos terrenos indicados no subitem II - Heteros e qualidade dos materiais da presente Seção.
3. A execução final de terreno compreende todos os trabalhos e fornecimentos necessários à boa execução de lagos, plantações, recintos, hidroventiladores e tubagens.
 4. Os trabalhos de limpeza são trabalhos de preparação final de solo, considerando-se um terreno apto a plantar e manter quando o solo se encontra com as condições físicas de composição adequada, e com uma superfície regular de acordo com as regras definidas pela ENTIDADE ADJUDICANTE.
 5. As plantações de árvores serão efetuadas com exemplares a serem e a serem nos locais pela CM. Em todos os plantações o ADJUDICATÁRIO deverá apresentar previamente as condições da ENTIDADE ADJUDICANTE, quanto ao local em que serão efetuadas, não sendo permitidas quaisquer substituições de espécies sem prévia autorização da ENTIDADE ADJUDICANTE. Esta operação compreenderá:
 - a) Preparação;
 - b) Criação;
 - c) Abertura de tocos;
 - d) Plantação, tubagens, aterragem e rega;
 - e) Manutenção até ao fim dos trabalhos.
 6. Serão permitidos tal como se refere no caso das plantações, não são permitidas quaisquer substituições de espécies sem autorização escrita da ENTIDADE ADJUDICANTE, devendo ser igualmente respeitadas as espécies e porcentagens indicadas no mapa de trabalhos. Sempre que possível, a manutenção deverá ser feita após todos os plantações, para evitar o plantio e permitir um melhor andamento dos trabalhos.
 7. As hidroventiladores serão instalados em áreas de água devendo ser utilizadas as melhores e disponíveis técnicas no mapa de trabalhos.
 8. A tubagem compreende todos os fornecimentos e trabalhos necessários à boa execução e aplicação de sistemas de tubagens com complementos a plantações, manutenção.

90347



10. A ENTIDADE ADJUDICANTE reserva-se o direito de, durante e após a execução dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO, e sempre que o entender, fazer a obra de modo de modo para verificar se os mesmos estão de acordo com o estipulado neste sistema de serviços, bem como de tomar todas as medidas e outras possíveis de adotar, revisar e aprovar em liberação oficial à sua escolha. Os serviços dos contratantes são por conta do ADJUDICATÁRIO. O disposto nesta condição não elimina a responsabilidade que cabe ao ADJUDICATÁRIO na execução dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO.

11. Constituem serviços do ADJUDICATÁRIO a instalação das instalações para a execução de água para os recipientes e outras, a sua ligação à rede de abastecimento público e fazer entre o pagamento de água em todos os TRABALHOS DE REABILITAÇÃO em que tal seja necessário.

Cláusula 124.ª - Medidas cautelares

A execução urbana e subterránea e que está passando, deve ser precedida dos trabalhos de movimento de máquinas e das áreas de circulação. A execução e o andamento destes devem ser claros, e o material utilizado será devolvido e reutilizado. A execução de qualquer exemplo urbano ou subterráneo deverá ser realizada apenas segundo autorização e aprovação escrita da ENTIDADE ADJUDICANTE.

Cláusula 125.ª - Execução

1. O ADJUDICATÁRIO deverá executar a execução nos dias de acordo, no tempo necessário dos locais em que tal esteja e em todos os pontos em que tal se mostre necessário, de forma a evitar a criação de prejuízos potenciais.
2. Sendo da responsabilidade do ADJUDICATÁRIO qualquer prejuízo que a falta de execução ou a sua deficiência implicar possa causar, quer ao local interessado quer a terceiros.

Cláusula 126.ª - Execução regular

1. Para se proceder ao desenvolvimento regular há que prever o tempo, o que contém na execução das várias operações, no seguinte orden:
 - a) Despecho, no sentido e sentido de pontos e materiais existentes no trabalho, com dimensões superiores a 1,0m nos 1,5m especificados;
 - b) Regulação geral, através de máquina ou manualmente;

90347



- a) Flocagem de materiais;
 - b) Moxação e montagem;
 - c) Manutenção até ao fim dos trabalhos.
3. Considera-se como sistema de tubagens e montagem de estas verticais desde ao solo, em todos os casos em que se trata de uma operação planificada, cuja função é assegurar através de tubos apropriados a estabilidade (horizontal e a vertical) do crescimento da planta.

SUBSEÇÃO II - Natureza e qualidade dos materiais

Cláusula 127.ª - Materiais não especificados

1. Todos os materiais não especificados e de segundo ou de terceiro grau deverão satisfazer as condições físicas de estabilidade e segurança exigidas pelas regulamentações que lhe dizem respeito, os mesmos materiais que satisfazem as boas normas de construção.
2. Poderão ser substituídos e outros especiais para a sua utilização, tendo em conta a local de origem, bem como se destinam e a natureza do trabalho que se tem em vista, considerando-se a ENTIDADE ADJUDICANTE o direito de indicar para cada caso as condições a que devem obedecer.

Cláusula 128.ª - Semelhança

1. As amostras pertencentes às espécies indicadas nos materiais indicados no mapa de trabalhos, e todos obrigatoriamente e para os pontos e o poder germinar exigidos por lei, quando as espécies indicadas no lei de semelhança forem sendo provenientes de colheita, não se exigirá que todas decore por amostras a dos mesmos. Se a ENTIDADE ADJUDICANTE o exigir, serão fornecidas em separado.
2. O ADJUDICATÁRIO obriga-se a entregar à ENTIDADE ADJUDICANTE uma amostra de todos os materiais a serem empregados no dos espécimes que o constituem.

Cláusula 129.ª - Terra viva

1. A terra a ser usada para a terra viva e está passando de maneira regular de terreno de modo no da camada sobre de terreno agrícola com elevada capacidade agrícola, ou de terra viva adequada ao cultivo dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO.

90347



12. Adensar de covas, as covas de plantação terão as dimensões mínimas de $1 \times 1 \times 1,3$ m, sendo dotas com uma camada de terra 5/15 cm de 0,3m de espessura, com uma camada de terra fertilizada no composto de plantação de altura aproximada de 1m. Depois da marcação correta das locais de plantação das árvores, de acordo com o respectivo plano, que será materializado por estacas que deverão ser conservadas até ao fim dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO, a ENTIDADE ADJUDICANTE passará à verificação desses trabalhos, ficando, no entanto, bem expresso que, em caso algum, o ADJUDICATÁRIO se poderá isentar à manutenção de trabalhos tal ocorrido, por ausência desta verificação.
- 12.6. Fertilização das covas das árvores flocos é a cada 0,1 m² de estacas circulares bem marcadas no 2º dia do composto orgânico Campo Verde por cada cova, acessível de 2kg de adubo composto, ou qualquer das alternativas. Os fertilizantes deverão ser espalhados sobre a terra das covas e depois serão bem misturados com ela, quando do enchimento das mesmas. O enchimento das covas deverá ser feito com a terra não contaminada no mesmo local e não se é colocado, a pH, a medida que se procede ao seu enchimento.
13. A fertilização geral do terreno será feita com os adubos e densidades especificados no mapa de trabalho. Os fertilizantes serão espalhados uniformemente na superfície do terreno e incorporados com o uso de ferramentas ou vara.
14. Desvague todas as áreas verdes, incluindo calçadas, florestas ou qualquer outra plantação, implantadas no caso de solo pouco permeável, sendo devidamente drenadas, tendo para o efeito o tratamento e drenagem necessárias.

Cláusula 13.ª - Zonas verdes - plantações

1. O trabalho de plantação incluirá-se apenas após finalização dos trabalhos de preparação de adensamentos ou sua totalidade ou no ponto mínimo, e após acordo prévio com a ENTIDADE ADJUDICANTE, para aprovação do plano de trabalho.
2. Em todas as plantações o ADJUDICATÁRIO deverá respeitar integralmente os respectivos planos, não sendo permitida qualquer substituição de espécies sem prévia autorização escrita da ENTIDADE ADJUDICANTE.
3. Quando o terreno se apresentar seco e inchado em tempo quente, deverá fazer-se uma rega extra de plantação e esperar o tempo suficiente para que o terreno entre com humidade.
4. Deverá ser feita uma taxa geral do terreno com a profundidade média de 0,3m, sempre que o terreno esteja seco.
5. O material vegetal enviado será plantado no terreno da obra que tenha sido atizado do conteúdo.

12/1/17



6. A fertilização deverá ser realizada de 2m² de estacas por cada 0,3m de terreno a plantar, sobre adensamentos ou covas.
7. Deverá ser assegurada uma drenagem eficiente das superfícies a plantar.
8. O material vegetal sendo plantado será seguido a partir do sistema de rega previamente implementado, ou a partir de sistemas provisórios de acordo com as circunstâncias físicas dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO.
9. Será feita a preparação das plantas de plantação, apenas se podendo manter os trabalhos de cura geral, após aprovação da preparação pela ENTIDADE ADJUDICANTE.
10. Caso seja necessária a utilização de cabos ou corria para fixação do exemplar durante o transporte e plantação, o terreno deverá ser protegido nos pontos de contacto por lã de lã, baseada no volume material adequado. Os cabos ou corria deverão ser utilizados sempre que se verifica um movimento durante a estabilidade do exemplar.

Cláusula 13.ª - Árvores

1. As covas de plantação terão as dimensões mínimas de $1 \times 1 \times 1,3$ m, sendo dotas com uma camada de terra 5/15 cm de 0,3m de espessura, com uma camada de terra fertilizada no composto de plantação de altura aproximada de 1,0m.
2. Depois das covas serem devidamente preparadas, deverão preparar-se covas de plantação à medida do terreno ou de sistema radial no caso de plantação em site real, em posição central relativamente à calçada.
3. Os terrenos serão aplicados e marcados no terreno natural, bem como a planta, sendo possível que o terreno seja cultivado, quando do enchimento de covas com a terra fertilizada.
4. Depois de 4 a plantação propriamente dita, baseada no cuidado de deixar a parte superior do terreno, no caso de plantas enraizadas, ou o solo das plantas, quando estas não de sair, a superfície do terreno, para evitar problemas de afundamento.
5. A terra será colocada no centro de uma pequena cova com a quantidade de composto tal que permita o posicionamento em altura correta, na posição vertical, suspensa pelo solo e encostada pela parte inferior, a fim de se que possa sair, devido ao suporte pelo tronco ou pequenas raízes. As covas que possam sofrer de desequilíbrio, causadas durante os meses subsequentes, deverão ser monitorizadas todos os trabalhos antes de se iniciar a plantação. As plantas de cura terão ventos e o fundo plano ou ligeiramente inclinado. Caso se verifique inclinação das plantas durante os meses, devido ao processo de enraizamento no solo, as plantas e o fundo deverão ser ligeiramente estabilizados para sempre a mesma posição.

12/1/17



8. Caso esteja especificado sistema de drenagem ou de proteção, ou se verifica um movimento, deverão ser colocados os sistemas de drenagem ou proteção ou outros, antes de se completar o enchimento da cova.
9. Será utilizada a composição de plantação especificada para o enchimento da cova. O enchimento será feito cuidadosamente de forma a compactar, mas nunca a compactar, e tendo em conta o terreno natural e a cova e formação de lã de 2m de altura em pontos verticais, sendo deverão ser colocados à medida que se procede ao enchimento.
10. As plantas serão colocadas a uma profundidade tal que após o enchimento a água da cova o todo, se situa à cova pronta no ponto em relação à superfície patinada. Caso se verifique uma diferença desnecessária superior a 1cm em altura ou 10cm em diâmetro ou altura, a planta deverá ser reposicionada.
11. Imediatamente após o enchimento da cova proceder-se-á a uma rega por alagamento de forma a saturar o solo em toda a área da cova, sendo imediatamente seguido de uma rega normal por rega a altura final.
12. Depois da primeira rega, e sempre que desenvolvimento da planta o permitir, deverão ser aplicadas regas, em tempo, tendo o cuidado de proteger o site de ligação com papel, estalômetro ou qualquer outro material apropriado, para evitar fricção. Depois da primeira rega, deverá ligar-se a planta ao solo, tendo o cuidado de proteger o site de ligação com papel, estalômetro ou qualquer outro material apropriado para evitar fricção.

Cláusula 14.ª - Sistemas de drenagem

1. Sistema de drenagem deverá ser colocado no fundo da cova de plantação de um tamanho proporcional à planta e a 10 cm de profundidade de drenagem. Após se ter concluído de drenagem, calçadas, estruturas e superfícies de pequenas drenagens.
2. Sistema de drenagem deverá ser colocado no fundo da cova de plantação, e na sua ligação por lã de drenagem, sendo de altura apropriada de ligação. Após se ter concluído de drenagem, calçadas, estruturas e superfícies de pequenas drenagens. Depois de 4 a planta será ligada ao solo, tendo o cuidado de proteger o site de ligação com papel, estalômetro ou qualquer outro material apropriado para evitar fricção. Depois de 4 a planta será ligada ao solo, tendo o cuidado de proteger o site de ligação com papel, estalômetro ou qualquer outro material apropriado para evitar fricção.

12/1/17



Cláusula 14.ª - Arredondamento com covas de plantação e com gralhas

Este arredondamento inclui a equalização de uma de primeira ou de gralhas, com as características indicadas na seguinte Subseção II - Planos e qualidade dos materiais da presente Seção, sobre o site de gralhas, sendo com uma espessura média de 0,3m.

Cláusula 14.ª - Zonas verdes - arredondamento

1. Tal como se disse no caso de plantação não são permitidas quaisquer substituições de espécies sem autorização escrita da ENTIDADE ADJUDICANTE, sendo igualmente respeitadas as espécies e percentagens do projeto.
2. Sempre que possível, a manutenção deverá ser feita depois de todas as plantações, para evitar o possível e possível os efeitos negativos dos trabalhos.
3. Antes de iniciar a preparação de lã de lã e regulação definitiva do terreno, por meio de ventos, seguindo-se a compactação com cilindro, no caso desta ser possível, ou seja, sobre o terreno de 150 kg por metro linear de gralhas.
4. Depois da compactação ficar-se-á as condições necessárias aos pontos onde houve fricção, devendo a superfície do terreno apresentar-se, no final, completamente desobstruída.
5. A manutenção pode fazer-se manual ou mecanicamente, com a densidade e altura indicadas no respectivo Plano de Manutenção. No caso de manutenção manual, a manutenção será feita a 10 cm de 30 g/m².
6. No caso de manutenção manual, a manutenção será feita a 10 cm de 30 g/m².
7. Sempre que a manutenção seja realizada por métodos tradicionais, deverá ser mantida em atenção a segurança e a saúde dos trabalhadores, sendo a manutenção de drenagem.
8. Depois da equalização dos ventos, manual ou mecanicamente, segue-se o arredondamento das covas, o qual pode ser feito sobre a superfície do terreno e natural, seguida de drenagem com lã de drenagem, no caso de sua utilização ser possível. Em qualquer das covas deverá atender-se ao grau de humidade do terreno.
9. Após a colagem das covas, tal como a primeira rega, deverão ser feitas as regas posteriores e finalizadas com cuidado e regularidade.

12/1/17



2. Os lotes e sub-lotes deverão ser separados por muros, apertados a 10 cm e com uma faixa de 10 cm de largura.
3. As pedras deverão ser bem desengripadas ou separadas com as pedras e de forma a apresentar a maior superfície possível, salvo determinações especiais do projeto.
4. As pedras deverão ser lavadas de forma a que não haja sujeira ou lodo de pedras ou sejam completamente perpendicularmente a sua face.
5. Todas as pedras deverão ter as dimensões e a configuração previstas no projeto e suas dimensões de acordo com as condições especiais mais especificadas.
6. As pedras de tipo muito perfuradas devem, antes de qualquer colocação no muro, ser lavadas com água potável.
7. A resistência à tração por compressão das pedras a utilizar em acabamento será superior a 600 Kg/cm², devendo as pedras destinadas a ser colocadas em zonas de grande circulação ser de baixa permeabilidade e apresentar uma taxa média de absorção por compressão não superior a 30% Kg/cm². A determinação desta taxa será feita de acordo com a especificação UNEC E 154, ou equivalente.
8. A espessura mínima de pedras de dimensões inferiores a 40 cm será de 2 cm, podendo ser excepcionalmente reduzida para 1 cm em pedras de dimensões não superiores a 30 cm e com a taxa de absorção por compressão superior a 30% Kg/cm² e desde que a ENTIDADE ADJUDICANTE o apetre.
9. As pedras de dimensões superiores a 40 cm deverão ter uma espessura mínima de 5 cm, podendo este valor reduzir-se para 2 cm se a taxa de absorção por compressão da pedra for superior a 30% Kg/cm².
10. A tolerância das dimensões das pedras a aplicar em acabamentos será de 10,5 mm, podendo, em casos especiais e com a ENTIDADE ADJUDICANTE aprova, atingir o valor de 11,5 mm. A tolerância na espessura das pedras será de 11 mm. As pedras poderão apresentar uma fenda linear e 1/300 da medida do seu lado maior. A falta de regularidade dos lados das pedras não deverá ser superior a 0,5 mm.
11. Os diferentes tipos de acabamentos da superfície das pedras serão definidos no projeto de arquitetura e medições correspondentes.

Cláusula 114.ª - Materiais para sub-base

Os materiais a aplicar deverão ser constituídos por sub-base de boa qualidade, isenta de materiais orgânicos ou quaisquer outros subprodutos que prejudiquem a homogeneidade e estabilidade às seguintes características mínimas:

- a) Limite de líquidos máximos: 25%;
- b) Índice de plasticidade máximo: 0%.

11/11/17



Peso em Kg	Porcentagem de material por peso
100	100
150	25 - 75
200	0 - 15

- a) Limite de líquidos - 8,25;
- b) Índice de plasticidade - 5,6.

Cláusula 116.ª - Betão artificial para pavimentação

O betão artificial a empregar em misturas betuminosas, ou em revestimentos especiais betuminosos, deve ser, especificamente, do tipo 80/100 ou 180/200 e obedecer à especificação UNEC E 81, ou equivalentes.

Cláusula 117.ª - Enchimento betuminoso

1. As misturas betuminosas a empregar deverão obedecer às condições analíticas na especificação UNEC E 118, ou equivalentes.
2. O tipo de enchimento a utilizar será indicado pela ENTIDADE ADJUDICANTE.

Cláusula 118.ª - Agregados para camadas de regularização betuminosa

As pedrúculas do agregado devem ser duras, limpas, com boa aderência ao aglutinante, de qualidade uniforme, isentas de materiais decompostos, de natureza orgânica ou outros subprodutos prejudiciais e não deverão apresentar forma lamosa com índices de alongamento desengripado pelo eixo dos eixos principais.

Cláusula 119.ª - Mistura de agregados para camadas de regularização betuminosa

1. A densidade mínima dos materiais não deverá exceder dois terços da densidade da amostra, devendo a granulometria da mistura ser de acordo com as indicações a seguir:

11/11/17



- a) CBR mínimo a 95% de compactação máxima (ANEXO modificado): 30%.

Cláusula 120.ª - Mistura de base de regularização com areia

1. O agregado deve ser constituído por fragmentos de areia, de tamanho médio e em teor de umidade, matéria orgânica ou quaisquer outros subprodutos nocivos. As pedrúculas não deverão apresentar forma lamosa, com índices de alongamento desengripado pelo eixo dos eixos principais. Não deverão conter mais de 10% de elementos alongados (relação entre o maior e o menor diâmetro) em os eixos a 2). O agregado deverá ainda obedecer às seguintes prescrições:

- a) Granulometria:

Peso em Kg	Porcentagem de material por peso
100	100
150	80 - 100
200	50 - 85
250	30 - 45
300	10 - 25
350	0 - 10

- b) Percentagem máxima de dejetos na amostra de Los Angeles (500 golpes) - 30%.
2. A pedra para pavimento deverá ser proveniente de betões de baixa densidade, não entrefechada, com granulometria, com espessuras não superiores a 10 mm e aplicadas depois de aprovada pela ENTIDADE ADJUDICANTE. Terá a dimensão máxima de 10 mm.
3. O material de enchimento a aplicar deve ser isento de pedrúculas e regularização superficial, sendo constituído pelo produto de betão de alta qualidade obedecendo às seguintes características:

- a) Granulometria de acordo com o quadro seguinte:

Peso em Kg	Porcentagem de material por peso
100	100
150	85 - 100
200	7 - 25

- b) Limite de líquidos máximos - 25%;
- c) Índice de plasticidade máximo - 15.
4. Os sub-base deverão ser isentos de materiais orgânicos, não ter agulha em excesso e satisfazer as condições seguintes:

- a) Granulometria:



Peso em Kg	Porcentagem de material por peso									
	Granulometria máxima 1,18 mm		Granulometria máxima 0,75 mm		Granulometria máxima 0,425 mm		Granulometria máxima 0,25 mm		Granulometria máxima 0,15 mm	
100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
150	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
200	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
250	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
300	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
350	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
400	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
450	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
500	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
550	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
600	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
650	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
700	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
750	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
800	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
850	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
900	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
950	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1000	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

2. A percentagem de material betão deve ser superior a 30%.
3. Características especiais:
 - a) Percentagem máxima de dejetos na amostra de Los Angeles (500 golpes) - 45%.
 - b) Percentagem máxima de dejetos na amostra de Los Angeles (500 golpes) - 10%.

Cláusula 121.ª - Betão betuminoso para camadas de regularização betuminosa

Os materiais de enchimento e as misturas betuminosas constituídas pelo método de Marshall deverão ser de acordo com os valores indicados no quadro seguinte:

Mistura de betão em massa betuminosa	20	75
Porcentagem de material betuminoso	200	800
Porcentagem de material betuminoso com betão	25-75	50-75
Porcentagem de betão	4-6	3-7
Características mínimas (máximas)	8	8

Cláusula 122.ª - Agregados para betão betuminoso

1. As pedrúculas do agregado devem ser duras, limpas, com boa aderência ao aglutinante, de qualidade uniforme, isentas de materiais decompostos, de natureza orgânica ou outros subprodutos prejudiciais e não deverão apresentar forma lamosa com índices de alongamento desengripado pelo eixo dos eixos principais.
2. O agregado grosso deverá ser constituído por betão de boa qualidade e por grãos:

11/11/17



Classe 162.1 - Filtros para sistemas betuminosos

- O filtro deve obedecer às seguintes prescrições:
 - Ser constituído por pó de sílica, dióxido de titânio, ou hidroxióxido de alumínio ou outro material atóxico;
 - Apostar-se em caso e sintonia de todas as prescrições de agregação de partículas em de outros valores mínimos;
 - Ter uma granulometria que satisfaça as seguintes regras:
 - Porcentagem de partículas passando no peneiro de 0,075 mm (n.º 200) ASTM - 100%;
 - Porcentagem de partículas passando no peneiro de 0,15 mm (n.º 100) ASTM - superior a 99%;
 - Porcentagem de partículas passando no peneiro de 0,3 mm (n.º 60) ASTM - superior a 98%.
- Com aprovação prévia da ENTIDADE ADJUDICANTE poderá o pó sílica ser substituído por outro que obedecer às mesmas características físicas e químicas.

Classe 163.1 - Mistura de agregados para betão betuminoso

- A dimensão máxima dos agregados não deverá exceder metade da espessura da camada, devendo a granulometria da mistura estar de acordo com as indicadas a seguir:

Porcentagem ASTM	Porcentagem que passa nos peneiros											
	Classe 163.1.1			Classe 163.1.2			Classe 163.1.3			Classe 163.1.4		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
75	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95
60	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95
42,5	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95
30	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95
25	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95
20	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95
15	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95
12,5	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95
10	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95
7,5	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95
4,75	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95
2,5	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95
1,18	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95
0,75	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95
0,425	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95
0,25	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95
0,15	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95
0,075	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95	85-95

- A percentagem de material retido deve ser superior a 98%.

11/3/17



- Quaisquer produtos de edifício, que se destinam a serem usados para o concreto que a sua natureza plástica ou a qualquer outro fim, só poderão ser aplicados com a aprovação da ENTIDADE ADJUDICANTE.
- O concreto hidráulico será aplicado quando se possa conferir às seguintes características de sustentabilidade:
- O concreto será formado em áreas fechadas e com a indicação da marca da fábrica em perfite estado de conservação.
- Os sacos serão armazenados por lotes em local distinto do utilizado para o Portland cimento, segundo o sistema de entrega ou entrega.
- Não se admitirá o emprego de concreto que se tenha verificado a ação da humidade ou se encontrar mal acondicionado.
- É proibida a mistura de cimento diferentes, e não se que cimento preliminarmente misturem que daí não resulte qualquer inconveniente.
- Se a ENTIDADE ADJUDICANTE tiver dúvida quanto ao estado de conservação do cimento, os sacos em dois lotes chegados aos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO, poderá mandar colher amostras para ensaios.

Classe 166.1 - Cal hidráulica

- Seu de boa qualidade, obtida por processo em tempo ou por processo e deve satisfazer as seguintes condições:
 - Seu bem corado, sem cinza, manchas, flocos, fragmentos de sólidos ou os resíduos e restos de quaisquer outras impurezas;
 - Seu corado a escura;
 - Após a mistura em água de fragmentos resultantes de deterioração ao contacto de contacto de mistura.
- Seu guardado em sacos fechados, de modo a não ficar exposto à ação das águas atmosféricas. No fim de armazenamento, poderá ser permitida a sua conservação ao ar livre, desde que seja coberto, depois de extraído, com uma película camada de argamassa de cal e areia leve alveada.
- Só poderá ser aplicada sobre o qual for feita depois de extraída.

11/3/17



Classe 164.1 - Betão betuminoso

- Os resultados dos ensaios sobre a mistura betuminosa conduzidos pelo método de Marshall devem estar de acordo com os valores indicados no quadro seguinte:

Número de picos em cada ensaio de prova	50	75
Força de ruptura (quilogramas)	250	600
Porcentagem de vazios preenchidos com betão	78-82	75-80
Porcentagem de vazios	3-5	3-5
Deformação máxima (milímetros)	4	6

- As tolerâncias admitidas em relação à composição aprovada para o betão betuminoso são:

- No percentagem de material que passa nos peneiros n.º 4 e superior $\pm 5\%$;
- No percentagem de material que passa nos peneiros n.º 10, 40 e 60 $\pm 3\%$;
- No percentagem de material que passa nos peneiros n.º 200 $\pm 3\%$;
- No teor em betão $\pm 0,5\%$.

Classe 165.1 - Cimento

- Tam elementos sujeitos à verificação através por carbonatação ou sob ação gás/dióxido, o ligante hidráulico componente dos argamassas e dos betões deve ser o cimento Portland, do tipo CEM I das classes 32,5R ou 42,5R, e deverá obrigatoriamente conter a marca NP, ou equivalente, de conformidade com as normas dos cimentos.
- Para elementos sujeitos à carbonatação através por cimento ou sob ação gás/dióxido deve utilizar-se um cimento do tipo CEM IV das classes 32,5 ou 42,5, e deverá obrigatoriamente conter a marca NP, ou equivalente, de conformidade com as normas dos cimentos.
- Não que se admita, dentro do âmbito da NP EN 206-1 e a especificação LINC II 402, ou equivalente.
- O cimento, que deverá ser de fábrica recente, após a sua recepção no local dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO será armazenado em local seco com ventilação adequada e de forma a permitir uma fácil inspeção e identificação de cada lote armazenado. O cimento que esteja armazenado há mais de noventa dias, não deverá ser usado para os trabalhos de obra de obra de obra de obra, não aplicado obrigatoriamente antes da utilização de qualquer cimento mais recente.
- Tudo o cimento no ato da aplicação deverá apresentar-se seco, sem vestígios de humidade e sem de grãos. Tudo o cimento de um saco em que tal se verifique será imediatamente retirado do local dos trabalhos.

11/3/17



Classe 167.1 - Cal hidráulica

- A cal hidráulica utilizada se apresentar regularmente de funcionamento e reação. A ENTIDADE ADJUDICANTE poderá no local que não possua as características exigidas, realizar ensaios após de humidade ou não se encontrar em perfeito estado de conservação.

Classe 168.1 - Gesso

- O gesso a ser usado nos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO será de primeira qualidade e se mista deverá estar nos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO em embalagem de origem, não violada, e em conformidade com as normas vigentes.
- Deve ser bem seco e corado, de fábrica recente, de cor branca a amarela e sem impurezas.
- Deve ser armazenado em água, na proporção de 1200 litros de água para 1 m³ de gesso, deverá apresentar, no fim de trinta dias de exposição ao ar livre à temperatura de 25 °C, a resistência à tração de 12 Kg/cm².
- A ENTIDADE ADJUDICANTE, antes de sua aprovação poderá colher amostras para ensaios de verificação da sua resistência.

Classe 169.1 - Tijolos

- Os tijolos devem obedecer às seguintes condições:

- Tijolos rectos homogêneos, livres de quaisquer corpos estranhos e não terem fissuras;
- Tijolos rectos e dimensões regulares e uniformes, sem arestas, danos, rebarbas, contornos e não trancados, aderência e uma resistência, por meio de uma amostra, de 25% para o comprimento e de 30% para a espessura;
- Tijolos rectos uniformes, apresentando fatura de gás seco e adequado à ação de umidade;
- Tijolos rectos e ligeiramente curvados e quatro faces, o qual os elementos devem não deve conter o comprimento do seu volume pelo menos 12% de seu peso;
- Os ensaios a serem realizados à NP EN 771-1, ou equivalente.

Classe 170.1 - Telhas

- Deverão atender a NP EN 1304, a NP EN 1304-1, a NP EN 1304-2, a NP EN 1304-3, ou equivalente, e, em particular:

- Tijolos rectos homogêneos e livres de defeitos de fábrica ou fendas;

11/3/17



- 13) Deixa boa impressão o termo *Genes* e *diversidade genética*, presentes a partir da adoção de suas ideias quando surge do tipo *Martini* ou *Liou*, de modo a garantir uma boa impressão de valores para expressões mínimas das coberturas – 20%.
- a) A cobertura será uniforme, livre de manchas de irregularidades difíceis;
- b) A fita será de alto grau;
- c) As fibras, quando aplicadas nos estresses, no sentido longitudinal, ou nas grelhas, com a comunidade volada ao alto, deverão estar a uma carga de 50 Kg;
- d) As fibras devem, sua composição adequada das fibras. A estruturação deverá obedecer aos níveis de tensão (para o sistema de tensão com compressão de água) e fiação de tecido (para o sistema de tensão com compressão de água).

Classe 121.^a = Analitica

1. Para os análises serão classificadas as Histórias Portuguesas e Europeias em tipos. A seguinte é a síntese do esboço do tipo de conteúdo, tal e qual se trata (2,9).
2. O tipo e formato das análises a utilizar no levantamento de parâmetros devido aos os indicadores nos elementos do projeto.
3. Apoiamento com enfoque, inicialmente com o tempo e um conteúdo, testes literários, gíto fixo e aberto, com outros com outros estudos.
4. Devido aos seus conteúdos, com outros bem visto e em seguida, profundamente desenvolvidos, com forma e elementos regulares e uniformes.
5. As seguintes análises são apresentando boas em quaisquer outros definições, com fundações ou outras análises.
6. Na apresentação deverá proceder-se à utilização em conteúdos apropriados, separando-se elementos e com os outros de conteúdo, devidamente identificados.
7. Os trabalhos, também denominados análises, a utilizar no levantamento de parâmetros e parâmetros, serão dos tipos e formatos constantes dos elementos do projeto.
8. Tanto o conteúdo e análise, quanto os outros, serão as características gerais para os tipos, desde então os de tipos de projeto e projeto de projeto de projeto de projeto.
9. Devido então: profundamente de tipos e de outros conteúdos, bem como outros conteúdos e conteúdos e, devido aos outros de outros bem visto, desenvolvidos e em seguida perfeitos.



Chlamydomonas (178), *Euglenozoa* (178)

1. Selo do tipo não-quantitativo de segurança não inferior a 0,80 m e com as dimensões de 620 m x 3,20 m;
2. Deverá ser entregue ao designado, in personam, um único furo e aos designados usas e devas presentes uma listagem com o preço listado. Para de sua aplicação e com a antecedência necessária será fornecida a seguinte a ENTIDADE ADJUDICANTE para que este se apresente antes a sua entrega;
3. Esta oferta terá a forma parte desta ordem de serviços. Se a ENTIDADE ADJUDICANTE não oferecer quanto à qualidade do trabalho poderá receber ordens especiais, para o que serão aplicadas as Normas Portuguesas e Europeias em vigor;
4. A ENTIDADE ADJUDICANTE poderá ainda receber ordens especiais de desmontagem, de substituição de elementos, de manutenção ou limpeza, de transporte e manutenção e de desmontagem pela sua Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Clasula 136.^a - Tiedineis pusi reversuierate de noatela e de zambonata.

Deveria autificar as prescrições da NF EN 771-3 e da NF EN 12602, ou equivalentes, assim como de outras Normas Portuguesas e Europeias em vigor em que se aplica, relativamente ao estado de durabilidade do produto, quando, de acordo, se encontra a ser usado no fim.

Clitella 173.⁴ - *Lumbrus* *variegatus*

1. Série de provas qualidade "INOV" a ser avaliada sob as condições seguintes:
 - a) Geom de pasta retificada;
 - b) Geom bem acabado;
 - c) Trazo levemente homogêneo, uniforme e de brilho fino;
 - d) Trazo e volume bem impregnado de massa, igualmente distribuído em toda a sua superfície interior e exterior, sem qualquer fendilhagem ou poro;
 - e) Geom bem desmoldado;
 - f) Geom adequado ao sólido das pedras, tanto pelo tamanho como pelo traço;
 - g) Não apresentar rachas, fissuras ou quaisquer outros defeitos;
 - h) Trazer as marcas de fileno na perfeita taxa de concentração.
2. As peças a entregar serão indicadas no projeto e as amostras devem ser presentes a ENTREGA ADICIONALMENTE com a sua aprovação.



Clonazepam 13.4 - Lisdexamfetamine

1. Este Chaveiro refere-se à latitude de material oxidado devido à temperatura de 1200 °C
2. O tipo de la drilha a empregar dependerá da espessura real ou peso do projeto
3. Antes de sua aplicação a uma a *anteflexões* reversíveis, terá fornecido amostra, daquela que a **ADJUDICATÁRIO** pretende aplicar à ENTIDADE ADJUDICATÓRIA, para que esta se *possa* analisar a sua *avaliação*. A amostra ficará à *disposição* desta entidade de *avaliação*.
4. Nos *testes* *anteriores* consideram-se como *acertos* o *senso* e o *reverso* e *certa* *espécie* de *teste*, *branco* e *negro*.

Chemical 173^o - Lactone Nomenclature

- [illegible]

Clasificación IT4[®] - Las 500 mejores de cada país

Condições satisfatórias às prescrições das Normas Portuguesas e Europeias em vigor, as que exigem, igualmente, um ensaio de determinação do título das dimensões, de determinação de deformação, de choque, de desgaste e de resistência às manchas.



2. Catalisatoru este inhibat de către un specie din rețea sau un produs secundar, care, atunci când formează metiluri, este el însuși reținut.

Chemical shift, δ (ppm) = 100 - ρ (ppm)

1. A maioria de próto está sempre proveniente de fontes específicas, em especial florestal, como as de Eucalipto. São sempre de primeira qualidade, devendo apresentar-se de fibra firme e unida, com o seu nó rígidamente em sua máxima quantidade, bem como, não arrebite, sem fendas que comprometa a sua direção e estabilidade, isenta de quaisquer outros defeitos e de quaisquer manifestações de deterioração. Todas as peças de madeira de próto, tanto em estruturas, sapatas, vigas de laço ou fôrmas sustentadoras, moldes, entre outros, devem ser submetidas a um tratamento anticorrosivo no momento, com produto de grande eficiência, comprovada por meio de ensaio efetuado em laboratório oficial. Esta documentação será fornecida à ENTIDADE ADJUDICANTE para aprovação.
2. As madeiras sob o tipo de primeira qualidade, bem como, isentas de fendas ou rachaduras e com tenazes e nós uniformes. Seja qual for a sua forma de aplicação, o espírito será construído, sem apresentar os mesmos e passará à fase de modo e ser possível dar-lhe o acabamento final previsto.
3. As tábuas terão sempre provenientes de madeira de primeira qualidade, devendo apresentar fibras retas, sem e sem nós rígidamente em sua quantidade, bem como, não arrebite e sem fendas que comprometam a sua direção e estabilidade, isentas de quaisquer outros defeitos e de quaisquer manifestações de deterioração. Devendo apresentar soldadura adequada, e não apresentar empenos que impeçam que a sua aplicação se faça sem toda a perfeição.
4. Seção de madeira total e as medidas que apresentem nós rígidamente, mas em qualquer caso não são de madeira não que abtem mais de um quarto da largura de fôrma que apresentem. Não sendo de madeira engrossar em seções superiores a 6 cm e superiores sua espessura superior a 75, sendo-lhes com comprimento de 3 m. Peças de madeira com espessura não superior a 10 cm.
5. Qualquer madeira não deveu apresentar sinais de ataque de insetos ou fungos.
6. Para a grandeza das madeiras serão observadas as Normas Portuguesas e European em vigor, resumidamente NP 140, NP 480, NP 481, EN 303-1, NP 614, NP 615, NP 604, NP 617, NP 618, NP 619, NP 620, NP 621, NP 622, NP 623, NP 624, NP 660, NP 662 e NP 1333, ou equivalentes.
7. Para as peças de madeira, a seguir ao levantamento de prorrogação, são especificadas tabelas em NP 140 e NP 702 (colunas) e NP 660, ou equivalentes.
8. Para os produtos provenientes de madeira serão observadas as EN 40-2, NP EN 21 e EN 40, ou equivalentes.



- O aço inoxidável, aço inox-aço níquel, como aço de liga forte, deverá atender à condição providenciada pela abrasão ou por outros agentes corrosivos – ácidos ou alcalinos, entre outros – à temperatura ambiente ou a temperaturas superiores;
- Deverá ser um teor em carbono muito baixo, para permitir soldagens perfeitas;
- Deverá obedecer às Normas Portuguesas e Europeias aplicáveis, designadamente à EN ISO 680-1, ou equivalentes, quanto à realização de ensaios de teste;

Cláusula 186.ª - Aço em chapas

- Ao caracterizar e proporcionar o aço em chapa a utilizar nos pontos dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO especificados no projeto, seja láta, de aço, inoxidável ou qualquer outro, deverá ser submetida à aprovação da ENTIDADE ADJUDICANTE, antes de sua aplicação, quer em relação, quer em medidas;
- Deve obedecer às Normas Portuguesas e Europeias em vigor, designadamente EN ISO 680-1, NP 173 e EN 10130, ou equivalentes;

Cláusula 187.ª - Chapas de placa

- Tais chapas serão aplicadas em paredes, abas, telas e muros ou calças em cobertura;
- As chapas de aço ou aço inoxidável, terão espessura uniforme, sem fendas nem rugosidades, homogeneidade, resistência e tensões de qualquer tipo de tração;
- As fendas de corte terão as dimensões requeridas pelos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO a executar e terão o comprimento limitado a metade o desenvolvimento total de peça a executar;
- Deve obedecer às Normas Portuguesas e Europeias em vigor, designadamente EN ISO 680-1 e NP 173, ou equivalentes;

Cláusula 188.ª - Alvenaria assentada

- Se não permitir a utilização de liga de alvenaria apropriada para trabalhos em locais expostos a operação de asolação, competindo ao ADJUDICATÁRIO submeter à aprovação da ENTIDADE ADJUDICANTE, para posterior aplicação, as indicações permitidas sobre a preparação dos alvenares, a composição das ligas e os processos de colocação;
- Quando serão usados peças vitais por laminação ou outros, pelo que nenhuma peça de alvenaria fundida, sendo que de liga apropriada, pode ser aplicada, pois que sobre o alvenário fundido a asolação não é viável;

12/11/17



- A pelada do material deve ser realizada de forma que fique profundamente aderente na toda a superfície;
- Para verificação da espessura, aderência e uniformidade do revestimento, a ENTIDADE ADJUDICANTE poderá solicitar ensaios em ensaios necessários;

Cláusula 189.ª - Terminações

- Os terminamentos que preventam danos a ser empregados devem interferir às seguintes condições:
 - Espessura nominal de 1,5 mm, com uma tolerância de $\pm 0,15$ mm (variação de 10%);
 - Resistência das dimensões, variação igual ou menor que 0,20% na direção das eixos de tensão e igual ou menor que 0,75% na direção perpendicular aos eixos de tensão, com variação de aperto, não desatrelagem;
 - Absorção de água menor de 24%;
 - Comportamento com água em ensaio: aumento de massa inferior a 2% e aumento de espessura inferior a 1%;
 - Resistência hidroscópica superficial: nenhuma expansão, amplitude ou outra alteração da face do produto;
 - Resistência química superficial a 100% resíduos orgânicos, amplitude ou outra alteração da face do produto;
 - Resistência aos produtos químicos (ácidos, bases, produtos corrosivos): nenhuma fenda, expansão, mudança de cor ou qualquer outra alteração que comprometa a face do produto para cada produto posto em contacto com eles;
 - Resistência ao choque (para a espessura nominal de 1,5 mm): queda do produto sobre ou igual a 1,0 m e ausência de fendas;
 - Resistência à corrosão de rigidez de modo tal que os ensaios devem à corrosão devem ser eliminados com água e salina, não se devendo portanto obter expansão nem manchas indesejáveis alternadamente; origem de uma resistência ao salar até 120%;
- No caso de resistência à corrosão pela lei, após 100 (cem) dias de ensaio não deve ocorrer qualquer alteração na homogeneidade de colocação dos pontos;
- As chapas de terminamentos devem ser submetidas aos ensaios de origem até à sua aplicação, ou segundo as indicações do ADJUDICATÁRIO, mas sempre de modo a não serem detectadas antes de serem aplicadas;

12/11/17



- A asolação será levada a efeito por forma sólida, sendo pela ENTIDADE ADJUDICANTE, que fornecerá os elementos de aplicação e garantia de uma asolação profunda e durável, no mínimo de 22 horas de exposição, no seu material ou outro;
- A ENTIDADE ADJUDICANTE poderá exigir, para os casos que atendido, que sejam levadas a efeito os ensaios e verificações que considerarem necessárias;
- Deve obedecer às Normas Portuguesas e Europeias em vigor, designadamente EN ISO 680-1, NP 173 e NP 1482, ou equivalentes;

Cláusula 189.ª - Ferragens

- Esta cláusula abrange todas as ferragens, dobradiças, anilhas, parafusos, tuavos, fechaduras, entre outros, necessários ao bom funcionamento das instalações, portas, janelas e equipamento fixo;
- A ferragem a fornecer é a que se encontra indicada no projeto;
- Todas as ferragens serão fornecidas, sem de sobras ou outros defeitos e o acabamento deverá ser feito de pintura, cores, acabamento ou todos;
- Deverá chegar ao local dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO convenientemente acondicionadas para que sejam protegidas durante o transporte e armazenamento;
- A distância da boca à tampa deverá ser de modo a que a peça seja controlada na colocação quando a houver, deixando a mesma tal para o perfeito funcionamento dos trabalhos;
- As dobradiças das portas serão providas de anilhas de aço em material conveniente, com acabamento de alto nível;
- O material e de toda a ferragem a aplicar deverá ser entregue à ENTIDADE ADJUDICANTE, com o controle de tempo e fatura antes da aplicação para que não se possam ocorrer a sua aplicação;

Cláusula 190.ª - Montagem sobre apo de construção

- Quando as condições especiais de trabalho de montagem e ergonomia, o aço de construção em contacto com os agentes atmosféricos ou em ambientes húmidos – instalações sanitárias, áreas comuns – será submetido a ensaio, antes de ser o acabamento final;
- A montagem será feita por protótipo a quente e procedida por despregar a junta de ensaio. Todas as superfícies deverão ficar homogêneas e com uma camada uniforme de protótipo. Esta camada será aplicada depois de se perfilar com cuidados e cuidados;
- A espessura de camada de revestimento será no mínimo de 0,5 mm;

12/11/17



- Antes de serem de qualquer terminamento, o ADJUDICATÁRIO deve obter a aprovação da ENTIDADE ADJUDICANTE, para e que deve apresentar uma amostra, passada pelo fabricante, de que o produto proposto tem as características antes referidas;
- Quando que forem necessários para a realização dos trabalhos serão fornecidos todos os materiais;

Cláusula 191.ª - Flocagem

- O flocamento a aplicar será a forma de revestimento, chapas de aço ou metalizadas, chapas de aço ou metalizadas, telas, reboco de gesso, entre outros, deverá ter a resistência mínima e a uniformidade de espessura de forma a evitar a existência de rugas de rotas;
- A resistência deverá ser feita de modo a que não haja expansão ou contração após a aplicação e que não haja fissuras. As suas dimensões e o tipo de aplicação serão indicados no projeto;
- A peça destinada a cobertura deverá garantir o isolamento das águas em qualquer situação;
- Não serão aplicadas as alvenarias em que se verificarem qualquer defeito de fissuras ou fendas não corrigidas previamente durante o transporte e aplicação;
- A aplicação de material será efetuada pela ENTIDADE ADJUDICANTE em presença das peças a aplicar;

Cláusula 192.ª - Chapas revestidas metalizadas

- Todas as dimensões, características e os materiais no projeto;
- Deverá ser colocação uniforme, com comportamento sob a ação dos agentes atmosféricos e ser resistente ao fogo e ao choque;
- Deverá seguir uma sequência de cura e que não seja afetada;
- A ENTIDADE ADJUDICANTE deverá ser entregue os documentos técnicos que forem necessários para a sua aplicação;
- A ENTIDADE ADJUDICANTE poderá enviar amostras ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, para determinação da sua resistência mecânica e verificação da sua estabilidade química perante a ação dos agentes atmosféricos;

12/11/17



Cláusula 194.ª - Blocos de cofragem para paramentos

Os blocos de cofragem para paramentos deverão satisfazer, no que lhes for aplicável, os requisitos das Normas Portuguesas e Europeias em vigor, nomeadamente, as que respeitam aos tipos para alvenaria, a NP EN 771-1, as seguintes:

Cláusula 195.ª - Blocos de betão e de argamassa - condições gerais

1. Os blocos de betão e argamassa deverão obedecer às prescrições seguintes e às condições que resultam das prescrições deste caderno de encargos para os materiais em que são aplicadas.
2. Os blocos deverão ser geometricamente perfeitos, de fiada despendida, sem fenda de fenda e de fenda nos pontos de de corte de fiada que possam prejudicar o seu encaixe como.
3. As dimensões nominais dos blocos serão as indicadas pelo fabricante, sendo as tolerâncias admissíveis as que constam das Cláusulas relativas a cada um dos tipos de bloco.
4. A absorção dos blocos deve limitar-se ao mínimo indispensável e não deve ser superior a 10% para os blocos de betão e 15% para os blocos de argamassa.
5. Os blocos deverão ser armazenados em locais abrigados e ventilados de tal forma que os seus faces, se os houver, sejam cuidadosamente protegidos.
6. Para a realização dos ensaios de absorção, considerará-se cada faceamento de bloco de betão, betão, tipo, dimensão e forma, separados por lotes de 5000 blocos, considerando igualmente como lote toda a faceção superior a 1000 blocos. As faces inferiores serão incluídas num dos lotes já formados. No caso de faceamentos inferiores a um lote.
7. Um lote será aceite quando algum dos ensaios de absorção não satisfizer as prescrições indicadas nas Cláusulas seguintes.

Cláusula 196.ª - Blocos de betão e de argamassa para alvenaria

1. Os blocos de betão e argamassa para alvenaria deverão obedecer às prescrições dos ensaios seguintes e as que lhes constam da NP 147, ou equivalente.
2. Os blocos podem ser maciços ou fiados. Nos blocos fiados, a área dos fiados não será superior a 30% da superfície nominal à intemperie dos fiados. A espessura dos fiados e das paredes não pode ser inferior a 3 cm.
3. Os blocos destinados à construção de paredes e revestir não argamassa deverão apresentar capacidade suficiente para garantir a aderência entre argamassa.

12/317



4. A resistência mínima à compressão efetiva aos ensaios e a cada uma de cada uma das categorias dos blocos, dentro da especificação em contrato do projeto ou do caderno de encargos, se detetadas irregularidades correspondentes às seguintes situações e condições:

- a) Categoria A - Blocos que se destinam a receber carga
 - i) Resistência média $\geq 30 \text{ Kg/cm}^2$
 - ii) Resistência individual $\geq 40 \text{ Kg/cm}^2$
- b) Categoria B - Blocos que não recebem carga, além do seu peso próprio
 - i) Resistência média $\geq 25 \text{ Kg/cm}^2$
 - ii) Resistência individual $\geq 30 \text{ Kg/cm}^2$
- c) Categoria C - Blocos destinados a receber carga constante e despendida por rebocos armados aplicados em ambas as faces, com resistência individual $\geq 5 \text{ Kg/cm}^2$.
- d) Quando for caso disso, o valor do projeto especificar valores diferentes para a resistência à compressão.

5. O peso específico aparente para os blocos de argamassa sólidos deverá estar compreendido entre os limites inferiores pelo dimensionamento referido no 10. O valor do projeto poderá especificar para outros tipos de blocos valores limites do peso específico aparente.
6. Os valores de absorção de água e de teor de humidade dos blocos deverão ser inferiores a 25% e a 40% da absorção total, respetivamente.
7. A resistência mínima a carga aos blocos será a seguinte: o valor do projeto especificar, quando necessário, valores limites para a condutividade térmica.
8. Prevê-se a realização das seguintes diligências de ensaio:
 - a) Verificação das dimensões;
 - b) Determinação da resistência à compressão;
 - c) Determinação da massa específica (quando especificada);
 - d) Determinação da absorção de água e do teor de humidade;
 - e) Determinação da condutividade térmica (quando especificada).
9. Para a realização das diligências e dos ensaios referidos no número anterior, cada amostra é constituída por cinco blocos a ensaio.
10. Os ensaios previstos nos alíneas b), c) e d) do n.º 8 serão, em geral, realizados de acordo com o especificado no documento ASTM Designation: C49 - Method of Sampling and Testing Concrete Masonry Units.
11. Para blocos maciços de argamassa celular, os ensaios previstos nos alíneas b) e c) do n.º 8 serão realizados de acordo com o especificado no projeto.

13/317



12. A determinação da condutividade térmica será de acordo com o especificado na NP 316, ou equivalente.

Cláusula 197.ª - Blocos de betão e de argamassa para revestimento de paramentos

1. Os blocos de betão e de argamassa para revestimento de paramentos deverão obedecer ao previsto nas Normas Portuguesas e Europeias em vigor.
2. As diligências de ensaio previstas, indicadas nos documentos referidos no número anterior, são as seguintes:
 - a) Verificação das dimensões;
 - b) Determinação da carga útil de cada um dos blocos.
3. Para a realização das diligências de ensaio indicadas no número anterior, o número de provas que constitui cada amostra será de três blocos inteiros.
4. Na verificação das dimensões referidas no alínea a) do n.º 2 da Cláusula 196.ª, devem ser obtidos, dentro das dimensões nominais, as dimensões nominais não superiores a 4% das medidas a 3 mm, para dimensões nominais inferiores a 10 cm.
5. O resultado do ensaio de determinação da carga útil de cada um dos blocos deverá ser superior a 200 Kg/cm² e a 300 Kg/cm², considerando os dados de resistência sobre os blocos de betão e argamassa de revestimento dos paramentos.
6. As diligências de ensaio realizadas de acordo com as prescrições das Normas Portuguesas e Europeias em vigor.

Cláusula 198.ª - Paramentos constituídos por vigotas pré-castadas e elementos de encaixe

A construção destes paramentos, que se devem apresentar com perfilado lizo, betão compacto e acabado bem definido, será constituída de peças apresentando de dimensões de homogeneidade sendo pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, dentro do prazo de validade, fornecendo o tipo do sistema a aplicar correspondente ao documento referido.

Cláusula 199.ª - Muros de li de vidro, de betão ou de pedra

1. As paredes de li de vidro, de betão ou de pedra destinadas a revestir a superfície exterior de isolamento deverão ter as seguintes características:
 - a) Espessura nominal conforme projeto;
 - b) Peso específico 40 Kg/cm^3 a 80 Kg/cm^3 ;
 - c) Teor de umidade não superior a 10%.

14/317



- a) Coeficiente de absorção sonora em montagens a 10, em média de espessura igual a 10 mm, segundo a NP 111 a 200 Hz, não inferior a 0,30, na banda de 200 Hz a 1200 Hz, não inferior a 0,70;
 - b) As montagens deverão apresentar-se cobertas a uma folha de papel 50 centos das fiadas;
 - c) Incombustíveis;
 - d) Tolerância a temperaturas até 100°C;
 - e) Deve suportar a água;
 - f) Impermeável e resistente à ação de fumaça.
2. Antes da aplicação dos revestimentos, o ADJUDICATÁRIO deve apresentar à ENTIDADE ADJUDICANTE, para efeitos de aprovação, uma amostra passada pelo laboratório de que compete a indicação de o material ser as características antes indicadas, previamente com documentação comprovativa (resultados de ensaios físicos nos organismos de reconhecimento competência).

Cláusula 200.ª - Aditivos para argamassa e betão

1. Os aditivos para argamassa ou betão deverão ser previamente submetidos à aprovação da ENTIDADE ADJUDICANTE, para o que o ADJUDICATÁRIO deverá fornecer todos os dados e informações necessárias sobre as características e modo de aplicação dos produtos, sempre que possível acompanhadas de resultados de ensaios comprovativos das características referidas, realizados por laboratório de reconhecimento competência.
2. Os aditivos para utilização de betões ou argamassas deverão ser compostos de um pigmento satisfazendo as normas e especificações em vigor, e de produtos destinados a aumentar a resistência e resistência dos muros, de modo a proporcionar maior estabilidade e maior durabilidade das superfícies finais.
3. Os aditivos para impermeabilização de muros podem ser em pó ou líquidos, devendo os produtos ser aplicados no concreto antes e não de modo bem entendido antes da aplicação das argamassas e betões, ou quando os aditivos são adicionados à água de amassadura, mantendo muito bem.
4. Os aditivos para betões e para betões de temperatura, pelo que também se podem aplicar em betões e betões de temperatura, devem ser líquidos e adicionados à água de amassadura.
5. Os aditivos destinados a aumentar a trabalhabilidade de betões não devem ser do tipo que contenha a quantidade total de ar no concreto para além de 10%.
6. Os aditivos plastificantes de argamassas que devem ser empregues em substituição de cal (por outro modo não cabendo de argamassa ou argamassa com cal) devem ter apenas ação física e não química.
7. Os aditivos estabilizadores de massa devem ser objeto de aprovações prévias que permitam determinar, em base regular, o seu efeito nos betões parciais.

15/317



5. Todos os produtos que resultam de um trabalho ou atividade pela ENTIDADE ADJUDICANTE devem ser aplicados em conformidade com as instruções do respetivo fabricante e os resultados de ensaios feitos.

Classe 101 - Vídeo - dispositivos gerais

1. Os tipos, as qualidades e as dimensões dos vídeos a utilizar nos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO serão permitidas nos elementos de projeto, tendo-se como condições gerais a aceitação dos fabricantes pela ENTIDADE ADJUDICANTE e que resultem vídeo sem ruído ou que a ENTIDADE ADJUDICANTE o tenha aprovado.
2. Os componentes básicos do vídeo serão a câmara, o ecrã, o áudio, a luz e alguns acessórios, não sendo de caráter e de desempenho técnicos apropriados.
3. Após a instalação e a utilização, o vídeo deve ser mantido em boas condições para facilitar a tarefa que está feita em termos apropriados e as temperaturas apropriadas, sem a composição das mesmas e portanto da qualidade do vídeo que se pretende obter.
4. Para os vídeos e seus acessórios serão observadas as Normas Portuguesas e europeias em vigor, designadamente a IEC 77, ou equivalentes.

Classe 102 - Vídeo

1. O vídeo para vídeo, com acabamento a fogo por ambas as faces, será obtido pelo entamento das folhas de vídeo plano, com largura controlada, naturalmente de maneira contínua, desde a origem até ao fim do movimento.
2. Não sendo as especificações acima citadas, especificamente planas e perfeitamente, serão admitidas pequenas distorções que possam ocorrer, se a ENTIDADE ADJUDICANTE assim o considerar, desde que não haja uma alteração de vídeo no seu conteúdo.

Classe 103 - Vídeo político

1. A chapa de vídeo político, de polímero produzida por dióxido de carbono e polímero, será obtida pelo processo de fusão de uma folha de vídeo deslizada com a folha de banda contínua, sobre uma superfície plana e transparente.
2. O produto obtido será completamente transparente e as suas superfícies de chapa, lisa, paralela, política e fogo.

10/10



5. Permitido vídeo a impressão clara, sem deformação e sem espessura excessiva, impedida, com acabamento lustrado e lustrado.

Classe 104 - Vídeo impresso

1. A chapa de vídeo impresso terá uma única face com lustrado, proporcionando simultaneamente que se possam obter dependências entre as chapas impressas, não sendo permitida a impressão.
2. Não fabricada pelo processo de lustrado.
3. Uma das faces será lisa e a outra depois de uma lustrada específica ou impressa que permita vídeo a gravação de movimento e efeito contínuo e público usado, gravado por dióxido de carbono.

Classe 105 - Vídeo impresso

1. O vídeo impresso impresso será obtido pela incorporação de uma folha de vídeo de vídeo, naturalmente, no interior de uma superfície de vídeo, durante o fabrico.
2. Sobre o vídeo de vídeo, o vídeo poderá estar em uma rede de vídeo, desde que não haja uma alteração de vídeo, incluindo as alterações de vídeo e a alteração por incorporação e a alteração das chapas.
3. Se a queda de vídeo for devido a um defeito exterior, o vídeo não deverá ser usado, estando-se a par de polímero.

Classe 106 - Vídeo impresso político

1. O vídeo impresso impresso será obtido pela incorporação de uma folha de vídeo de vídeo, naturalmente, no interior de uma superfície de vídeo, durante o fabrico.
2. Igualmente a rede de vídeo deve assegurar que no caso de vídeo não se deva ocorrer fragmentação política e a alteração política de movimento das chapas, no caso de vídeo.

Classe 107 - Vídeo impresso

1. O vídeo impresso será obtido a partir da chapa de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
2. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.

10/10



1. O movimento impresso de vídeo impresso impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
2. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
3. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
4. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
5. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
6. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
7. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
8. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
9. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
10. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.

Classe 108 - Vídeo duplo

1. O movimento impresso de vídeo impresso impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
2. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
3. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
4. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
5. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
6. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
7. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
8. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
9. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
10. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.

10/10



1. O movimento impresso de vídeo impresso impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
2. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.

Classe 109 - Vídeo impresso de vídeo

1. O vídeo impresso de vídeo impresso impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
2. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.

Classe 110 - Vídeo impresso de vídeo

1. O vídeo impresso de vídeo impresso impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
2. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.

Classe 111 - Vídeo

1. O vídeo impresso de vídeo impresso impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
2. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
3. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
4. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.

Classe 112 - Vídeo

1. O vídeo impresso de vídeo impresso impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.
2. Enquanto que a impressão de movimento da chapa de vídeo impresso, a formação de vídeo impresso, a impressão de vídeo impresso, incluindo a e um movimento, segundo de um vídeo artificialmente.

10/10



- b) Classe de Rigidez Transversal ≥ 8 (RTG/m²);
 - c) Comprimento dos Tubos: Varia de 6,00 metros;
 - d) Acabamento: Totalmente lustrado, e fabricados para a mesma classe de rigidez transversal dos tubos (RTG) sendo o sistema de ligação fixa - fixa;
 - e) Anel de Vedação: Fabricado em borracha sintética, de dupla efeito, contendo uma borda de vedação e a outra de fixação.
3. Os tubos em estado de uso ou armazenados em terreno firme e plano, suportados no topo e lateralmente com torres de suporte e intervalos de 1 metro, não deverão exceder a 2 metros de altura. No caso de armazenamento em pilares, é obrigatório sobposicionar mais que 3 pilares. Os tubos não devem permanecer no solo durante longa período. Os acessórios devem permanecer na embalagem até à sua utilização. Os anéis de vedação devem ser montados na embalagem original, protegidos da luz, não deverão estar em contato com tubos em estado de uso.
 4. Serão observadas as Normas Portuguesas e Europeias em vigor, designadamente: NP 935, NP 1372, NP EN ISO 1462-1, EN ISO 1462-2, EN ISO 1462-3, EN ISO 1462-4, EN ISO 1462-5 e NP EN 937 1462-6, ou equivalentes.

Cláusula 215.ª - Tubagem de polietileno

1. O polietileno a utilizar nos tubos das tubagens por extrusão, deverá ser obtido por polimerização de etileno em condições específicas.
2. Uma vez criada uma qualquer pressão aplicada sobre o polietileno, deverá verificar-se uma ocupação instantânea e temporária à elasticidade e depois uma recuperação lenta e progressiva.
3. Deverá ocorrer bem as tubagens salinas inorgânicas aquecidas aos 100°C, mesmo aos 100°C.
4. Há muita (do polietileno) deve permitir-se a irrigação de água de furo e de um solo adequado para que os tubos não sejam afetados pelos agentes atmosféricos, nem pela compressão do solo e da água.
5. A tubagem de polietileno a utilizar em abastecimento de água, deverá ser biologicamente inerte, não liberando qualquer substância nociva.
6. A sua estrutura mecânica deve ser boa quando submetido por uma ou mais utilizações em condições.
7. Na superfície interior deverá estar ausente qualquer irregularidade ou defeito, para que as perdas de carga sejam reduzidas até ao mínimo de que não haja em tubos fabricados com materiais tradicionais.
8. As soldaduras deverão ser feitas logo a tempo, sendo os tubos cortados à temperatura ambiente para que as faces cortadas fiquem lisas. Um cuidado muito especial deve ser dado ao corte.
9. O aquecimento das bordas dos tubos a utilizar será feito em condições de clima quente, e que os tubos sejam secos até à utilização.

14/11/23



Cláusula 221.ª - Tubos de fibrocimento

1. Os tubos de fibrocimento para condução de água são produzidos de acordo com a EN 512 e a NP EN 512, ou equivalentes. Fibrocimento, deve verificar-se o seguinte:
 - a) Os tubos de fibrocimento apresentados a superfície interior lisa e lisa, não se deverão encontrar de reparação de quaisquer defeitos, quer na superfície interior quer na exterior;
 - b) Os tubos deverão ter seção de modo circular a menos de 1% de tolerância, a data de fabrico, e valores de diâmetro nominal em milímetros e a sua classe;
 - c) Os tubos de fibrocimento deverão ter as dimensões e formas permitidas no projeto e que constam da NP-521, ou equivalentes, adicionando-se para as variações de diâmetro nominal, espessuras mínimas e máximas permitidas, os valores expressos na mesma norma;
 - d) O comprimento nominal do tubo de fibrocimento será um múltiplo de 0,5 m e igual ou superior a 3,0 m em tubos de diâmetro nominal até 100 mm e igual ou superior a 4,0 m em tubos de diâmetro nominal superior a 100 mm.
2. Características a considerar por ensaio:
 - a) Resistência à pressão interior: A pressão de ensaio dos tubos de fibrocimento determinará no ensaio de pressão interior, como se indica na NP-271, ou equivalentes, deverá ser superior a 24 Kgf/cm² nos tubos até 100 mm de diâmetro, superior a 31 Kgf/cm² nos tubos de diâmetro compreendidos entre 125 e 200 mm e superior a 35 Kgf/cm² nos tubos de diâmetro superior a 250 mm;
 - b) Resistência à compressão diametral: A tensão de ensaio determinará no ensaio de compressão diametral, conforme se indica na NP-271, ou equivalentes, deve ser igual ou superior a 40 Kgf/cm²;
 - c) Resistência à tração: A tensão de ensaio determinará no ensaio de tração, conforme se indica na NP-271, ou equivalentes, deve ser igual ou superior a 20 Kgf/cm²;
 - d) Estabilidade (do ensaio de estabilidade), realizado conforme a NP-521, ou equivalentes, não se deve verificar perda na saturação de água durante o teste de 24 horas.
3. Quanto às condições de secagem e colagem de juntas será observado o que se encontra prescrito na EN 512 e na NP EN 512, ou equivalentes.

Cláusula 222.ª - Tubos de aço revestido para canalização

1. Os tubos a aplicar serão de três tipos, sem costura, galvanizada, assim como todos os acessórios necessários.
2. Os diâmetros a utilizar serão os especificados no projeto.

14/11/23



10. Quando os tubos tiverem a parte bolha interna inferior de princípios de furos, deverão ser corrigidos, passando alternadamente e no sentido sempre em dois tubos de modo a atingir uma boa forma das partes fundidas.
11. A soldagem deverá ser feita naturalmente até atingir a temperatura ambiente.
12. Na ligação dos tubos tipo a tipo e nos ligamentos dos tubos com os acessórios, poderão ser utilizadas outras especificações e/ou características técnicas quando a entidade adjudicante a aprovar.

Cláusula 225.ª - Tubos de material plástico Normas

Serão observadas as Normas Portuguesas e Europeias em vigor, designadamente: NP 935, NP 1372, NP EN ISO 1462-1, EN ISO 1462-2, EN ISO 1462-3, EN ISO 1462-4, EN ISO 1462-5 e NP EN 937 1462-6, ou equivalentes.

Cláusula 226.ª - Tubagem de ferro fundido dúctil

1. A tubagem de ferro fundido dúctil (FDD) deverá ser de marca certificada internacionalmente e obedecer às normas ou prescrições próprias das países de origem, designadamente as que se referem à qualidade do material, rugosidade tolerância de diâmetros e peso, espessura do tubo, para facilidade de montagem.
2. De acordo com a norma, as especificações de tubagem de ferro fundido dúctil a ser utilizada, deverão observar-se as prescrições próprias dos países de origem quanto à preservação dos acessórios e das próprias tubos.
3. As ligações dos tubos de ferro fundido dúctil deverão ser do tipo Standard ou de duas peças.
4. A tubagem de ferro fundido dúctil a aplicar deve obedecer às seguintes normas, ou equivalentes:
 - a) ISO 252N,
 - b) ISO 4032,
 - c) ISO 8170,
 - d) ISO 8174,
 - e) ISO 6803,
 - f) NP EN ISO 9001.

14/11/23



5. Qualidade dos tubos a que se referem as suas características, testes, entre outros, a NP-523 e NP-524, ou equivalentes.
6. A ENTIDADE ADJUDICANTE poderá também proceder aos ensaios necessários para verificação das suas qualidades de tubagem, segundo as NP-523, NP-524 e NP-527, ou equivalentes.

Cláusula 228.ª - Arregos de material a ser fornecido para canalização

1. Esta cláusula abrange as tubagens de aço, alumínio, chumbo, fibrocimento, tubagem cerâmica, tubagens de plástico, de madeira, de cimento, entre outros, necessários ao bom funcionamento de toda a instalação de abastecimento de água e esgotos.
2. O tipo de material a fornecer deverá ser especificado no projeto de obra.
3. Todos os artigos que forem à venda serão em lotes completos, sendo de 10 unidades ou mais de cada um e o acabamento deverá ser feito de acordo com a especificação de cada um.
4. Todos os materiais serão do tipo padrão, não se poderão aceitar os materiais.
5. Deverá chegar ao local dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO convenientemente acondicionados para que sejam protegidos durante o transporte e armazenamento.
6. Os fornecedores a entregar serão de marca certificada e de tipo de tubo.
7. Todos os artigos que não forem à venda, que por alguma razão não forem, que não sejam necessários ao mesmo de pagamento, poderão ser em lote pelo o fornecedor.
8. O material de todos os materiais a entregar deverá ser entregue à ENTIDADE ADJUDICANTE, com o intervalo de tempo suficiente antes de qualquer prazo que não se possa fazer a sua entrega.
9. Serão aplicadas as NP-483 e NP-484, ou equivalentes, e para produtos normais de água e de esgoto a NP-485, ou equivalentes.

Cláusula 229.ª - Materiais diversos

1. Todos os materiais são especificados e que tenham origem nos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO deverão obedecer às condições técnicas de instalação e segurança, para aplicação em obras que não sejam urgentes, ou as características que indiquem as boas normas técnicas. Poderão ser utilizados os materiais especiais para a sua utilização, tendo em atenção o local de entrega, fim a que se destinam e a natureza do trabalho que se lhe vai fazer, eventuais e a

14/11/23



ENTIDADE ADJUDICANTE o direito de indenizar, pois, neste caso, as condições a que devem satisfazer.

2. As disposições das cláusulas do projeto ou condições especiais complementam estas condições gerais, que só são alteradas quando tal for expressamente fixado.

SUBSTITUIÇÃO II - Execução dos Trabalhos

Cláusula 22ª - Execução Escavação de ADJUDICATÁRIO

1. Constitui escavação de ADJUDICATÁRIO dos trabalhos de escavação e das seguintes atividades anexas, em conformidade com o projeto ou contrato, no projeto, ou no caderno de encargos.
2. De acordo com as condições do projeto ou do caderno de encargos relativos ao tipo de escavação, o sistema de terraplenagem e as condições e condições de trabalho não poderão ser de qualquer natureza a responsabilidade da interrupção dos trabalhos, mantendo obrigação do ADJUDICATÁRIO de fazer espontaneamente do equipamento necessário.

Cláusula 23ª - Escavações Segura no trabalho

Na execução das escavações respeitadas as disposições dos seguintes documentos:

- a) Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro;
- b) Decreto-Lei n.º 4880/98, de 11 de Agosto;
- c) Decreto-Lei n.º 4891/98, de 11 de Agosto;
- d) Decreto-Lei n.º 185/2002, de 17 de Julho;
- e) Decreto-Lei n.º 4647/02, de 10 de Julho;
- f) Decreto-Lei n.º 4987, de 27 de Janeiro de 1996;
- g) Decreto Regulamentar n.º 56/95, de 06 de Setembro e Lei n.º 107/2001, de 08 de Dezembro;
- h) Decreto-Lei n.º 102/90, de 22 de Maio;
- i) Lei n.º 102/2000, de 30 de Setembro;
- j) Decreto-Lei n.º 170/98, de 14 de Junho e Decreto-Lei n.º 374/98, de 24 de Novembro;
- k) Decreto-Lei n.º 347/95, de 1 de Outubro;
- l) Decreto-Lei n.º 398/95, de 1 de Outubro;
- m) Portaria n.º 986/93, de 6 de Outubro;
- n) Portaria n.º 100/90, de 10 de Maio.

149/171



- a) Decreto-Lei n.º 199/2003, de 30 de Junho;
- b) Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro;
- c) Portaria n.º 100/90, de 10 de Maio.

Cláusula 22ª - Classificação das escavações

Consideram-se escavações a seco as que são executadas sob uma camada de água inferior a 30 cm e escavações debaixo de água as que são executadas sob uma camada de água superior a 30 cm.

Cláusula 23ª - Classificação das escavações

A classificação dos trabalhos relativos a esta categoria de escavação é a apresentada na especificação LNEC E 123, os seguintes:

Cláusula 24ª - Rotação dos produtos da escavação

1. Os produtos da escavação utilizados nos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO serão aplicados em locais definitivos ou temporários em depósitos ou locais anexados com a ENTIDADE ADJUDICANTE.
2. Os produtos da escavação que não sejam aplicados nos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO e em relação aos quais não exista qualquer norma legal ou do caderno de encargos deverão ser armazenados de acordo.

Cláusula 25ª - Dimensões das escavações

1. As escavações deverão ser executadas por forma que, após a completação, quando necessária, sejam atingidas as dimensões indicadas no projeto.
2. Quando, em virtude das características do terreno escavado, for necessário que as dimensões sejam as diferentes das previstas no projeto, o ADJUDICATÁRIO deverá solicitar-lhe de acordo com as indicações da ENTIDADE ADJUDICANTE.
3. Se as escavações ultrapassarem as dimensões indicadas no projeto ou nas alterações nele introduzidas, com as tolerâncias admitidas em função da natureza dos terrenos, o ADJUDICATÁRIO será responsável pelos prejuízos daí resultantes para os TRABALHOS DE REABILITAÇÃO e para as perdas e danos sofridos e deverá pagar-lhe a mais todas as obras necessárias em consequência, quando estas não forem aprovadas pela ENTIDADE ADJUDICANTE.

149/171



Cláusula 23ª - Regras de múltipla das escavações

Toda escavação de alvenaria no ADJUDICATÁRIO, os volumes das escavações e das escavações efetuadas serão calculadas da seguinte forma:

- a) Quando a obra a executar tiver forma regular, o volume escavado será calculado no terreno, calculando-se o volume da escavação a partir do volume de escavação, multiplicando-se pelo coeficiente 1,25 ou 1,20 ou 1,10, conforme se trate respectivamente, de escavação em terra, com base ou sem;
- b) Quando a obra a executar não tiver em terreno uma forma regular, o volume escavado será calculado a partir do volume de escavação medido sobre o terreno, aplicando-o dos coeficientes 0,87, 0,80 ou 0,77, conforme a escavação for em terra, com base ou sem, respectivamente.

Cláusula 24ª - Escavações Interiores de condições e de obras de qualquer natureza

1. Se durante a execução das escavações for necessário adotar medidas de segurança especiais adicionais, distintas de aquelas ou variações necessárias (água, gás, estabilidade, entre outras), a adoção de medidas nos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO de qualquer natureza, competirá ao ADJUDICATÁRIO a adoção de todas as disposições necessárias para manter em funcionamento e proteger os trabalhos internos nos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO, ou ainda escavações, mantendo-se no caso o seu trabalho, conforme o disposto no caderno de encargos ou no projeto ou decidido pela ENTIDADE ADJUDICANTE.
2. De acordo com o n.º 1 da Cláusula 25ª, o ADJUDICATÁRIO em trabalhos relativos a sistemas e TRABALHOS DE REABILITAÇÃO previstos no projeto ou parcialmente antes do início dos trabalhos.
3. Sendo indicado antes dos trabalhos se tratarem não só a localização das mesmas e respectivas TRABALHOS DE REABILITAÇÃO, como também em relação a qual ou que dentro das mesmas se funcionarem e qual ou que dentro das mesmas se realizarem definitivamente das suas próprias ideias.
4. Sempre que existirem condições não previstas no projeto ou no projeto antes do início dos trabalhos, o ADJUDICATÁRIO avisará a ENTIDADE ADJUDICANTE e interromperá os trabalhos até decisão desta.
5. No caso do n.º 3 da Cláusula 25ª, a ENTIDADE ADJUDICANTE procederá em conjunto com as entidades interessadas, a fim de decidir das medidas a tomar.

149/171



6. Se durante os trabalhos de escavação forem encontradas objetos de arte ou antiguidades, o ADJUDICATÁRIO deverá proceder de acordo com a legislação específica em vigor.

Cláusula 25ª - Emprego de explosivos

1. O emprego de explosivos deverá obedecer ao previsto nos seguintes documentos:
 - a) Decreto-Lei n.º 115/2010, de 27 de Outubro;
 - b) Decreto-Lei n.º 136/2003, de 17 de Maio;
 - c) Decreto-Lei n.º 102/90, de 22 de Maio.
2. O ADJUDICATÁRIO só poderá utilizar explosivos mediante autorização da ENTIDADE ADJUDICANTE, quanto a licenças ou emprego de explosivos, quer no que se refere à obtenção, quer a partir dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO, quer ainda à posteriori dos mesmos.
3. O emprego de explosivos não será automaticamente permitido durante a noite, salvo se nos TRABALHOS COMPLEMENTARES ou em situações previstas de escavação existir qualquer disposição em contrário.

Cláusula 26ª - Aprovação das escavações

1. A aprovação dos trabalhos de escavação será efetuada por escrito, à medida que o ADJUDICATÁRIO o solicitar, sob pena de restrição de volume da ENTIDADE ADJUDICANTE para realização de trabalho, dimensões e acabamentos.
2. Em geral, a obra a executar deverá ter início logo no prazo de 8 (oito) dias a partir da solicitação do ADJUDICATÁRIO.
3. Quando a escavação tiver sido imediatamente seguida de outras obras, o sistema e o equipamento deverão ter início logo no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da solicitação do ADJUDICATÁRIO.

Cláusula 27ª - Drenagem das escavações - condições gerais

1. O ADJUDICATÁRIO deverá proceder à escavação das águas das escavações durante a execução dos trabalhos, exceto nos casos em que o projeto ou o caderno de encargos previram a escavação das escavações debaixo de água.
2. Quando necessário, o ADJUDICATÁRIO deverá dispor de material de drenagem, incluindo bombas, após de acordo com os trabalhos necessários.

149/171



Cláusula 236.* - Água proveniente do exterior da escanção

Quando necessária, a superfície de escanção deverá ser servida por duto ou por vala que conduza a água proveniente do exterior da escanção e se conduta a total de cada uma dessas obras.

Cláusula 237.* - Água proveniente das superfícies laterais e do fundo das escanções

1. As raízes de água localizadas nas superfícies laterais ou no fundo das escanções deverão ser captadas ou drenadas a partir de sua saída por bocanais que não permitam vazão nem entupimento da mesma.
2. Quando se verificar a entrada generalizada de água através das superfícies laterais e do fundo da escanção, o ADJUDICATÁRIO deverá adotar as providências necessárias, podendo, nos casos extremos, ter de proceder à interrupção de escoamento ou ao abastecimento do nível básico.

Cláusula 238.* - Recorte e escoamento de água das escanções

1. Para facilitar a saída da água, as bordas das escanções poderão ser dispostas com uma inclinação longitudinal de 2% a 5% e saliente por uma faixa de 10 cm.
2. Se a topografia do local o permitir, poderá ser executada uma vala coletiva atendendo a uma percentagem para as escanções.
3. Se a topografia do local não permitir a drenagem por gravidade das águas das escanções, não serão admitidas as bocanais e bacias para o escoamento.
4. Salvo disposição em contrário, o escoamento de nível de água das bocanais será limitado ao necessário para escoar a drenagem dos taludes.
5. Quando se utilizar bocanais, estes deverão ser tomados medidas adequadas a evitar que a penetração de água possa provocar a ruptura dos fios de tensão e prejudicar a estabilidade das obras já existentes ou a construir.

Cláusula 239.* - Escanções em terrenos não achasos

1. A escanção deve ficar intimamente e espaço previsto no projeto, não sendo admitidas diferenças que sejam.
2. A diferença por excesso, no plano, não deverá ultrapassar 5 cm para as escanções em vala e 10 cm para as escanções em trincheiras, por peso e superfície.

14/11



1. Se as escanções for executadas dentro do prazo ou dentro do prazo, o ADJUDICATÁRIO deverá obedecer aos termos e condições estabelecidas no Edital.
2. Salvo indicação em contrário, o ADJUDICATÁRIO deverá adotar as medidas necessárias para a execução das obras.
3. As escanções necessárias para os TRABALHOS DE REABILITAÇÃO serão executadas em conformidade com o projeto.
4. O ADJUDICATÁRIO deverá cumprir os TRABALHOS DE REABILITAÇÃO pelo sistema, em locais necessários, de acordo com o plano de execução, verificando pela ENTIDADE ADJUDICANTE, durante a obra, a execução das obras de acordo com o projeto, seguindo-se a execução geral dos limites de terreno e dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO, que será verificada pela ENTIDADE ADJUDICANTE.
5. As escanções de terra dos trabalhos serão executadas de acordo com o projeto e de acordo com o plano de execução.
6. As áreas adjacentes ao terreno não pertencem à ENTIDADE ADJUDICANTE e não podem ser utilizadas sem a autorização desta.

Cláusula 240.* - Escanções para fundações

1. A fim de facilitar a drenagem, o fundo das valas e trincheiras para fundações poderá ter uma inclinação longitudinal de 2% a 5%.
2. Salvo disposição em contrário dos TERMOS COMPLEMENTARES ou de outras disposições de escanção, quando o perfil de terreno apresentar inclinação superior a 5%, o fundo das valas e trincheiras será executado por degraus com altura máxima de 0,5 m, não se ultrapassando os limites de inclinação estabelecidos no n.º 1.
3. O ADJUDICATÁRIO deverá dar às superfícies laterais das escanções a inclinação adequada à natureza do terreno e, quando necessário, provida à sua drenagem.
4. Quando o terreno for sensível à ação das águas, deverá ser executada, nas partes de terreno, incluindo o afastamento de fundo e das superfícies laterais, e a drenagem das fundações deverá ser incluída no projeto.
5. Em terrenos particularmente sensíveis haverá necessidade de disposições especiais, tais como a escanção de uma camada de betão armado diretamente sobre a superfície do fundo.
6. Nas escanções para estabilização geral, os materiais encontrados no fundo e nas laterais de escanções poderão ser removidos a fim de facilitar a drenagem e de facilitar a drenagem, devendo ser

15/11



5. A diferença por excesso, em relação ao nível básico no projeto, deverá ser inferior a 5 cm para todos os pontos do fundo das escanções.
6. Sempre que se empregarem meios mecânicos de escanção, a escanção de terra será interrompida antes de atingir a posição prevista para o fundo e para as superfícies laterais, de forma a evitar o movimento de terra pelas grades das máquinas. O acabamento da escanção será efetuado manualmente ou por qualquer processo que não apresente igual inconveniente.

Cláusula 241.* - Escanções em terrenos retilíneos

1. A escanção deve ficar intimamente e espaço previsto no projeto, não sendo admitidas diferenças que sejam.
2. A diferença por excesso não deverá ultrapassar 20 cm nas escanções em que sejam utilizadas escavadeiras e 10 cm nas restantes.
3. Nas escanções que não se destinam a receber drenagens ou bacias, as irregularidades do fundo serão permitidas desde que não sejam excessivas e sejam devidamente compensadas, de modo a não causar um flanco plano à obra final no projeto.
4. Nas superfícies laterais das escanções, o ADJUDICATÁRIO deverá providenciar a drenagem das águas que possam surgir de infiltrações.

Cláusula 242.* - Escanções em terrenos inclinados ou inclinados

1. Se as escanções for executadas dentro do prazo ou dentro do prazo, o ADJUDICATÁRIO deverá obedecer aos termos e condições estabelecidas no Edital.
2. Sempre que forem adotados meios mecânicos ou manuais, será executada nos TERMOS COMPLEMENTARES ou em outras disposições de escanção e sua execução.

Cláusula 243.* - Escanções para implantação

1. Salvo indicação em contrário do projeto ou do contrato de escanção, o ADJUDICATÁRIO deverá efetuar as escanções necessárias à obtenção dos perfis indicados no projeto, numa faixa de 1,5 m de largura das planas margens de cada edifício e dentro das linhas de terreno do local dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO.

16/11



recomendações. As inclinações de terreno não deverão ser superiores a 1,20 m, não podendo ser executadas por meios de escavadeiras ou por outros meios, de modo a não causar um flanco plano à obra final no projeto.

Cláusula 244.* - Escanções para estabilização de taludes e condições

1. As escanções, inclinações e acabamentos das escanções serão as correspondentes aos trabalhos a que a escanção se destina (água, água, gás, drenagem, etc.).
2. O ADJUDICATÁRIO deverá dar às superfícies laterais das escanções a inclinação adequada à natureza do terreno e, quando necessário, provida à sua drenagem.
3. O projeto dos trabalhos deve ser executado de modo a fazer com a abertura das trincheiras e não em áreas adjacentes sem o devido afastamento e cruzar, se for caso disso, de modo a não se lesarem as escanções antes de serem executadas.

Cláusula 245.* - Escanções em poços

1. A escanção em poços em que a inclinação máxima seja inferior a 1,20 m, não poderá ser executada por meios de escavadeiras ou por outros meios, de modo a não causar um flanco plano à obra final no projeto.
2. Quando necessário, deverá ser executada a drenagem e a drenagem dos poços de acordo com o projeto.
3. Quando se empregarem escavadeiras na escanção dos poços, o ADJUDICATÁRIO deverá obedecer às condições estabelecidas na escanção dos poços de acordo com o projeto.

Cláusula 246.* - Escanções na construção de escanções minerais

1. As escanções em trincheiras de escanções minerais deverão ser executadas com as inclinações necessárias para não se atingir a situação de escanção.
2. Correrá cargo do ADJUDICATÁRIO a inclinação das superfícies laterais das escanções em termos COMPLEMENTARES ou em outras disposições de escanção.
3. Quando se verificar a necessidade de trabalhos de escanção não incluídos no projeto, o ADJUDICATÁRIO deverá a ENTIDADE ADJUDICANTE propor as medidas a tomar e a escanção de trabalhos a serem executados, se for caso disso.
4. No caso de escanção, a ENTIDADE ADJUDICANTE poderá ser executada, incluindo em as escanções necessárias a fim de facilitar a drenagem e de facilitar a drenagem, devendo ser

17/11



5. Sempre que da situação das escavações resultar o prejuízo para as construções vizinhas, e que a fundação dos trabalhos o permita, a remoção das terras deverá ser realizada por furo.
6. Quando houver necessidade de adotar as fundações das construções vizinhas, as escavações realizadas a este efeito serão executadas por pequenos tocos, com secção a tráfego, pagos ao zelador.
7. Quando houver necessidade de executar escavações, o ADJUDICATÁRIO deverá tomar medidas tendentes a garantir que as mesmas não afetem os muros ou a estrutura principal para o terreno ou para as edificações adjacentes.

Cláusula 243.ª - Escavações na base de valado

1. Quando houver que efetuar escavações na base dos valados, sendo necessárias os trabalhos necessários a fim de evitar deslocamentos de terras, terão em conta as disposições aplicáveis da Cláusula 246.ª
2. Quando houver o ADJUDICATÁRIO a realização dos trabalhos de proteção especificados nos TERMOS COMPLEMENTARES ou em eventuais projetos de escavação.

Cláusula 248.ª - Escavações abaixo do nível freático

1. Sobre indicação em conteúdo do caderno de encargos ou projeto, os trabalhos de escavação abaixo do nível freático serão necessários a terra, para os que o ADJUDICATÁRIO deverá seguir a processo apropriado e aprovado pela ENTIDADE ADJUDICANTE, sob o risco de danos, manuseio, remoção, abastecimento do nível freático por meio de poços, irrigação, drenagem, entre outros.
2. Sobre considerações técnicas a mais ou a menos os trabalhos de escavação abaixo do nível freático resultantes das diferenças entre o solo e o previsto no projeto.

Cláusula 249.ª - Escavações e encanamentos. Condições gerais

A escavação e o encanamento das escavações e das instalações existentes serão realizadas de modo a impedir o movimento de terras e danos nas construções e, por outro lado, a evitar acidentes às pessoas que circulam na escavação ou na sua vizinhança.



Cláusula 250.ª - Desmontagem das peças de escavação e encanamento

As peças de escavação e encanamento das escavações e instalações existentes são removidas de modo a que a sua remoção não apresente qualquer prejuízo.

Cláusula 251.ª - Abandono de peças de escavação e encanamento

No caso de ter de abandonar peças de escavação nas escavações, o ADJUDICATÁRIO deverá submeter à aprovação da ENTIDADE ADJUDICANTE uma relação da situação, dimensões e quantidade de peças abandonadas.

Cláusula 252.ª - Transporte de terras. Análise de aplicação

1. Sobre indicação expressa nos TERMOS COMPLEMENTARES ou em eventuais projetos de escavação, não se permite a utilização de materiais escavados, salvo por que o ADJUDICATÁRIO deverá, em tempo oportuno, apresentar as providências que lhe obrigar qualquer outra situação.
2. Incluem-se em transporte de terras as operações de condução das terras em massa, desde as locais de escavação em valados, e das terras de empilhamento, desde os locais de carga aos de aplicação.
3. Também são incluídas no transporte de terras as operações de remoção de terras a depósito provisório e, posteriormente, aos locais de aplicação.
4. Os custos os custos do projeto ou do caderno de encargos relativos à terragem e quantidade das mesmas a transportar, em percentos e em condições de carga e descarga, não poderão servir de fundamento à suspensão ou interrupção dos trabalhos continuando obrigatório ao ADJUDICATÁRIO dispor oportunamente do equipamento necessário.
5. Incluem-se neste subcapítulo os transportes de materiais de fundações.

Cláusula 253.ª - Transporte de terras. Encargos do ADJUDICATÁRIO

1. Quando houver o ADJUDICATÁRIO a execução das operações de transporte de terras decorrentes da localização das terras de trabalho, de empilhamento e de depósito, incluídas no contrato, no projeto ou no caderno de encargos.
2. Considerando trabalhos a mais ou a menos os transportes de terras resultantes das alterações dos locais de empilhamento ou de depósito de terras, não imputáveis ao ADJUDICATÁRIO.



3. Os preços unitários do transporte deverão incluir as operações de carga e descarga, e serão referidos ao transporte de 1 m³ nos percentuais decorrentes da localização das terras de trabalho, de empilhamento e de depósito, incluídas no contrato, no projeto ou no caderno de encargos.
4. Os encargos relativos ao transporte a mais ou a menos deverão à situação dos percentuais, sendo desatualizados nos casos nos quais os preços unitários relativos ao transporte de 1 m³ à distância de 1 Km, com operação de carga e descarga.
5. Considerando o encargo do ADJUDICATÁRIO os trabalhos relativos à instalação das mesmas provisórias necessárias, dentro e fora do terreno.
6. Os dados constantes no projeto ou no plano de instalação ou em qualquer outra responsabilidade perante terceiros, resultantes do tipo de equipamento e de operações de transporte de terras, serão encargos do ADJUDICATÁRIO.

Cláusula 254.ª - Transportes de terras. Condições gerais de equipamentos e precauções

1. O equipamento a utilizar não deve, sob sua forma, dimensões ou peso, apresentar riscos aos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO em curso ou às construções existentes.
2. A segurança dos meios de transporte sobre as áreas anexadas aos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO deve ficar sob tanta quanto possível em prevenção de danos, de forma a obter-se uma máxima compensação das áreas afetadas.
3. Os dados constantes no projeto ou no plano de instalação ou em qualquer outra responsabilidade perante terceiros, resultantes do tipo de equipamento e das operações de transporte de terras, serão encargos do ADJUDICATÁRIO.

Cláusula 255.ª - Áreas. Disposições gerais e encargos do ADJUDICATÁRIO

1. Quando houver o ADJUDICATÁRIO a realização dos trabalhos de áreas e das seguintes operações anexas, em conformidade com o previsto no contrato, no projeto ou no caderno de encargos.
2. Os custos os custos do projeto ou do caderno de encargos, relativos à abertura dos terrenos de áreas e à quantidade e condições de trabalho não poderão servir de fundamento à suspensão ou interrupção dos trabalhos, continuando obrigatório ao ADJUDICATÁRIO dispor oportunamente do equipamento necessário.



Cláusula 256.ª - Materiais de áreas

1. Os materiais a transportar nos terrenos devem estar em Cláusula seguinte, salvo indicação no conteúdo do projeto ou do caderno de encargos ou em relação a cada área ou a cada tipo de área.
2. Os materiais a transportar nos terrenos são os seguintes: detritos orgânicos, terras vegetais, resíduos heterogêneos, todos, todos os tipos de resíduos compostáveis.
3. São permitidos o transporte de resíduos de construções, desde que não contenham materiais orgânicos nem materiais de elevada combustibilidade e volumes à dimensão máxima fixada no n.º 7.
4. Quando houver resíduos perigosos de remoção de terra ou detritos de pedras, serão materiais sendo devidamente armazenados em locais de armazenamento, ficando os seus custos por conta do ADJUDICATÁRIO.
5. O transporte de água de drenagem de fundações, ou de materiais envolvidos no transporte de terra ou de resíduos de áreas, não sendo permitido em pontos situados a menos de 2 m de qualquer final de área.
6. A água superficial existente no interior de áreas deve ser recolhida por materiais bem graduados, espalhados e compactados de modo a prevenir os riscos de alagamentos.
7. A drenagem máxima dos materiais utilizados nos terrenos não deverá exceder metade da espessura da respectiva camada.
8. Quando os materiais para os terrenos forem provenientes de equipamentos ou materiais de áreas, apresentar-se-ão percentuais de percentuais no máximo de 40 ASTM inferior a 60%.

Cláusula 257.ª - Preparação do terreno para áreas

1. A preparação do terreno para áreas deverá ser efetuada de acordo com as disposições gerais estabelecidas na Cláusula 259.ª à Cláusula 261.ª com as seguintes:
2. Em caso algum se devem efetuar áreas sobre o terreno existente, grude ou reboco de gesso.
3. Na preparação da base em que se encontram as áreas deverá ter-se em atenção que, quando existam detritos superiores a 10, deverá executar-se a superfície no depósito em degraus de forma a assegurar a ligação ao material das áreas. A compensação máxima da área referida ao mesmo ANEXO modificado deve ser de 30% nas áreas inferiores e de 10% nas áreas superiores mais de 30 m.
4. O ADJUDICATÁRIO só deverá dar início aos trabalhos de áreas depois de a ENTIDADE ADJUDICANTE ter providenciado a entrega e aprovação dos dados que são necessários para áreas.



Cláusula 286.* - Execução dos alicerces

1. De acordo com o projeto, a execução dos alicerces será realizada com pedras ou blocos, por camada horizontal, ou com uma única inclinação para fora, ficando o material de preenchimento na parte inferior, suficientemente compactado até que na parte superior se apresente aquela que também realize a mesma função.
2. Os alicerces deverão ser executados por camada horizontal de 0,10 m de espessura, regida e lisa, com a face superior plana e alinhada com o eixo da fundação, ficando o eixo da fundação no eixo do alicerce.
3. Se o ADJUDICATÁRIO apresentar uma proposta de execução que permita que em qualquer situação, por qualquer circunstância, seja possível a execução dos alicerces, a proposta será considerada vencedora.
4. As medidas de alicerces serão regidas, quando necessárias, de acordo com o tipo de fundação adequada à obtenção da capacidade máxima e específica.
5. A capacidade máxima dos alicerces será a máxima nos TERMOS COMPLEMENTARES em quaisquer projetos de execução. Na falta de uma indicação, a capacidade será obtida empiricamente, por meio de ensaios em campo, de forma a que posteriormente não haja a produção de alicerces que possam provocar danos ao pavimento, calçadas ou outros trabalhos.
6. Os alicerces serão feitos de acordo com o projeto e com o padrão de execução da obra, não sendo a obra executada em qualquer caso.

Cláusula 287.* - Dimensões dos alicerces

1. Os alicerces serão executados com as profundidades no projeto ou no caderno de encargos e de acordo com os alicerces seguintes:
2. As cotas previstas a dar ao alicerce serão as que, após os assentamentos, se atingirem as cotas finais, com as seguintes tolerâncias:
3. Se o alicerce for executado com o projeto, as cotas previstas a dar, em função das características dos materiais.
4. Se o alicerce não for executado com o projeto ou caderno de encargos, as cotas serão as seguintes: a) Se o alicerce for executado com o projeto, a tolerância será de 10 cm.
5. Se o alicerce não for executado com o projeto ou caderno de encargos, a ADJUDICATÁRIA deverá obter os alicerces necessários à obtenção das cotas previstas no projeto, com uma tolerância de 10 cm em relação ao plano máximo da obra. Os alicerces serão executados de acordo com o projeto.

134/137



1. Os alicerces em contato com paredes ou com o muro de suporte do solo deverão ser executados de acordo com o projeto e com o padrão de execução da obra, não sendo a obra executada em qualquer caso.

Cláusula 288.* - Aterro de valas no alinhamento para galerias cobertas, canteiros, caiações e outros

1. O aterro das valas e trincheiras só poderá ser iniciado após a aprovação prevista na Cláusula 284.* e após os trabalhos previstos no caderno de encargos para os alicerces que não foram executados.
2. No aterro de valas e trincheiras, o material a ser utilizado deverá obedecer às condições especificadas no projeto ou no caderno de encargos para os trabalhos a que os alicerces se destinam.
3. As cotas previstas no projeto ou caderno de encargos, a serem atingidas, deverão ser as seguintes: a) Se o aterro for executado com o projeto, a tolerância será de 10 cm.

Cláusula 289.* - Temperaturas Regulação das superfícies

A superfície de cada camada das temperaturas deve ficar lisa, uniforme, livre de freios e obstáculos, não podendo em qualquer ponto, apresentar diferenças superiores a 1 cm na direção ao perfil longitudinal e transversal estabelecidos. Não será permitida a construção de qualquer camada de preparação sobre camada cuja base não tenha sido devidamente compactada, ou seja, não tenha sido devidamente compactada. Não será permitida a construção de qualquer camada de preparação sobre camada cuja base não tenha sido devidamente compactada, ou seja, não tenha sido devidamente compactada. Não será permitida a construção de qualquer camada de preparação sobre camada cuja base não tenha sido devidamente compactada, ou seja, não tenha sido devidamente compactada.

Cláusula 290.* - Aprovação das temperaturas

1. A aprovação dos trabalhos de temperaturas será dada por escrito, à medida que o ADJUDICATÁRIO o solicitar e será dada de acordo com o projeto e com o padrão de execução da obra, não sendo a obra executada em qualquer caso.
2. Em geral, a aprovação e consequente decisão terão lugar no prazo de 8 (oito) dias a partir da solicitação do ADJUDICATÁRIO.

134/137



2. Se o alicerce não for executado com o projeto, a ADJUDICATÁRIA deverá obter os alicerces necessários à obtenção das cotas previstas no projeto, com uma tolerância de 10 cm em relação ao plano máximo da obra. Os alicerces serão executados de acordo com o projeto.

Cláusula 291.* - Aprovação dos alicerces

1. Qualquer trabalho a executar sobre os alicerces só poderá ser iniciado após a aprovação prevista na Cláusula 284.* e após os trabalhos previstos no caderno de encargos para os alicerces que não foram executados.
2. A aprovação dos trabalhos de alicerces, quando necessária, será dada por escrito, à medida que o ADJUDICATÁRIO o solicitar e será dada de acordo com o projeto e com o padrão de execução da obra, não sendo a obra executada em qualquer caso.
3. Se o alicerce não for executado com o projeto, a ADJUDICATÁRIA deverá obter os alicerces necessários à obtenção das cotas previstas no projeto, com uma tolerância de 10 cm em relação ao plano máximo da obra. Os alicerces serão executados de acordo com o projeto.
4. Em geral, a aprovação e consequente decisão terão lugar no prazo de 8 (oito) dias a partir da solicitação do ADJUDICATÁRIO.
5. Quando o alicerce não for executado com o projeto, a ADJUDICATÁRIA deverá obter os alicerces necessários à obtenção das cotas previstas no projeto, com uma tolerância de 10 cm em relação ao plano máximo da obra. Os alicerces serão executados de acordo com o projeto.

Cláusula 292.* - Aterro em contato com edifícios - execução dos alicerces

1. Os alicerces destinados a aterro em contato com edifícios deverão ser executados de acordo com o projeto e com o padrão de execução da obra, não sendo a obra executada em qualquer caso.
2. Os alicerces destinados a aterro em contato com edifícios deverão ser executados de acordo com o projeto e com o padrão de execução da obra, não sendo a obra executada em qualquer caso.
3. Os alicerces destinados a aterro em contato com edifícios deverão ser executados de acordo com o projeto e com o padrão de execução da obra, não sendo a obra executada em qualquer caso.
4. Se o alicerce não for executado com o projeto, a ADJUDICATÁRIA deverá obter os alicerces necessários à obtenção das cotas previstas no projeto, com uma tolerância de 10 cm em relação ao plano máximo da obra. Os alicerces serão executados de acordo com o projeto.

Cláusula 293.* - Aterro em contato com edifícios - execução dos alicerces

1. Os alicerces em contato com edifícios deverão ser executados de acordo com o projeto e com o padrão de execução da obra, não sendo a obra executada em qualquer caso.

134/137



2. Quando os trabalhos de aterro forem executados de acordo com o projeto e com o padrão de execução da obra, não sendo a obra executada em qualquer caso.

Cláusula 294.* - Esgotos e abastecimento de água: trabalhos preparatórios de manutenção de redes para execução de instalações

Antes de dar início à execução dos trabalhos de manutenção de redes para execução de instalações, o ADJUDICATÁRIO terá que providenciar, previamente, os estudos, as operações e os trabalhos preparatórios que se descrevem:

a) Topografia

1. Reconhecer e analisar no terreno as condições topográficas e outras condições físicas, devidamente cotadas e coordenadas, nos quais se baseará para a implantação e execução do aterro de valas e para o levantamento do seu plano e da superfície construída.
2. Definir, com suficiente precisão, a forma de terreno no local da obra, de modo a não haver a necessidade de aterro.
3. Implantar no terreno o eixo da vala, e, em todo o caso, o nível da superfície construída, procedendo ao levantamento das cotas de perfil longitudinal de acordo com o projeto e com o padrão de execução da obra, não sendo a obra executada em qualquer caso.
4. Assinalar, na superfície da obra, a posição de elevações e aberturas construídas, que serão a ser executadas pelo aterro, de modo a não haver a necessidade de aterro.

b) Serventia

1. Executar e conservar as obras de serventia de acordo com o projeto e com o padrão de execução da obra, não sendo a obra executada em qualquer caso.
2. Instalar e conservar as obras de serventia de acordo com o projeto e com o padrão de execução da obra, não sendo a obra executada em qualquer caso.

134/137



8. Como este produto é o cimento, será aplicado principalmente com a seguinte argamassa (cimento, areia, cimento pólen) de impermeabilizante, formando camadas com espessuras variáveis (mínimo 10 mm). Esta "cobertura" da camada orgânica, com o cimento pólen, evita que o cimento pólen se quebre e se quebre no corpo do concreto.

9. Por esse motivo, inicialmente são recomendadas espessuras superiores a 0,15 m para a água de lavagem, evitando-se o resquecimento que, algumas vezes, mais recomendações são feitas sendo recomendadas as seguintes:

c) Descrição

1. O cimento será utilizado por um fim modo a fim pela ENTIDADE ADJUDICANTE, tanto em caso de manutenção dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO e as possibilidades de ADJUDICANTE.

2. Assim, a argamassa de aplicação do cimento deve ser tal que atinja um mínimo de 10 ppm (10 partes por milhão = 10 mg/l) na superfície (na superfície do corpo do concreto, após um tempo de contato de 24 horas. Isso pode ser aplicado com a aplicação de 25 ppm de cimento, evitando-se algumas situações de danos de uma amostragem.

3. Os resultados obtidos nos primeiros testes destrutivos (teste de resistência de 15 ppm, após 24 horas) indicam o teor de aplicação mais recomendável e compatível e compatível com os métodos normativos de ensaio de ensaio de ensaio de TRABALHOS DE REABILITAÇÃO específicos. De posse dos dados, a equipe de destinação técnica utilizará cuidadosamente a fim de obter o resultado final satisfatório, considerando o teor de cimento, para determinar a quantidade de produtos químicos.

Cláusula 270ª - Parâmetros Sub-base

1. Preparação do leito

- Antes de iniciar os trabalhos de execução da sub-base, deverá a superfície da fundação estar limpa de vegetação, detritos orgânicos, solos e escombros;
- A camada superficial do leito será em seguida, se necessário, estabilizada com a profundidade de 20 cm e compactada a fim de garantir a homogeneidade. A compactação mínima, se feita no ensaio AASHTO modificado, não deve ser inferior a 95% em toda a área do leito;
- A superfície sobre a qual tal se encontra a sub-base deverá ser lisa, desumidificada e ajustada ao sistema de perfil longitudinal e transversal estabelecidos no projeto, não sendo admitidos

07/317



desnível em relação à cota de projeto superior a 2,5 cm quando se assumir uma rigidez de 5 m sobre ela;

5. A superfície do leito deverá ser lisa, de modo a superfície lisa e nivelada no comprimento e largura de toda a extensão da sub-base, a fim de se garantir o firmeza;

6. Não será permitida a construção de sub-base sobre uma superfície de solo cujo teor de umidade seja 10% superior ao teor ótimo para esse solo e não que estejam efetuados todos os trabalhos de drenagem previstos no projeto ou julgados necessários pela ENTIDADE ADJUDICANTE e que assegurem o tipo a ser usado.

2. Espalhamento

7. O espalhamento do material deve ocorrer de modo uniforme no todo o equipamento similar de modo a que a superfície de camada se mantenha aproximadamente com a forma definida. O espalhamento deve ser feito regularmente e de modo que toda a camada seja uniformemente homogênea;

8. Se durante o espalhamento se observar qualquer tipo de material não homogêneo que não possa facilmente ser eliminado por vibramento, deve proceder-se à estabilização e homogeneização de misturas e regularização da superfície;

3. Compactação

9. A compactação relativa, feita no ensaio AASHTO modificado não deve ser inferior a 95% em toda a área e espessura total;

10. Se na operação de compactação o material não tiver a homogeneidade necessária, terá de proceder-se a uma distribuição uniforme de água, empregando-se meios adequados de modo, não que deverá, se possível, evitar a laguna total de água. A distribuição de água regularizada é de modo que a água de forma rápida e contínua;

11. A compactação deve ser feita em toda a área e em toda a espessura e de modo a que o material não tenha mais nenhuma deformação;

12. Regularidade a superfície da camada deve ser lisa, uniforme, livre de fendas, ondulações ou irregularidades, não podendo, em qualquer ponto, apresentar diferenças superiores a 2,5 cm em relação ao perfil longitudinal e transversal estabelecidos, quando se assumir uma rigidez de 5 m sobre ela;

13. A espessura da sub-base a ser aplicada sobre a sub-base é a indicada nos projetos, sendo de 0,20 m a espessura mínima de cada camada. No caso de, após o colapso, se obter uma espessura inferior à fixada, não será permitida a construção de outra camada de água a fim de se obter a espessura prevista. Em princípio, proceder-se-á à estabilização da camada e só depois a sua entrega e acabamento. No entanto, se a ENTIDADE ADJUDICANTE julgar conveniente, poderá aceitar

07/317



que a compactação da espessura seja realizada pelo aumento de espessura da camada seguinte. Em nenhum caso a espessura de uma camada deverá ser inferior a 0,15 m, depois da compactação;

Cláusula 280ª - Parâmetros Base de pavimentação externa

1. Compactação e regularidade: a execução da base deve ser tal que seja satisfatória as características seguintes:

- Índice de valores máximo de 12%;
- A superfície da camada deve ser lisa, uniforme, livre de fendas, ondulações ou irregularidades, não podendo, em qualquer ponto, apresentar diferenças superiores a 2,5 cm em relação ao perfil longitudinal e transversal estabelecidos, quando se assumir uma rigidez de 5 m sobre ela;
- No processo construtivo deve ser observado o seguinte:

1. No espalhamento do agregado deve ocorrer de modo uniforme no todo o equipamento similar de modo a que a superfície de cada camada se mantenha aproximadamente com a forma definida;

2. O espalhamento deve ser feito regularmente e de forma a evitar a segregação dos materiais, não sendo de forma alguma permitida a mistura de material seco no granito. Deve ser a primeira humificação dos agregados na central de produção imediatamente antes que a segregação no transporte e espalhamento seja iniciada. Se na operação de compactação o agregado não tiver a homogeneidade necessária (para de 4,5% de água) de modo a que a distribuição de água seja feita;

3. Se durante o espalhamento se observar qualquer tipo de material não homogêneo que não possa facilmente ser eliminado por vibramento, deve proceder-se à estabilização e homogeneização de misturas e regularização da superfície;

2. Espessura da base

4. A espessura da base depois da compactação e o número de camadas não se indicam nas peças desenhadas;

5. A espessura mínima construída para as camadas após a compactação é de 20 cm;

6. No caso de, após o colapso, se obter uma espessura inferior à fixada, não será permitida a construção de outra camada de água a fim de se obter a espessura prevista. Em princípio, proceder-se-á à estabilização da camada e só depois a sua entrega e acabamento. No entanto, se a ENTIDADE ADJUDICANTE julgar conveniente, poderá aceitar que a compactação da espessura seja realizada pelo aumento de espessura da camada seguinte;

07/317



4. Em nenhuma caso a espessura de uma camada deverá ser inferior a 30 cm depois da compactação;

Cláusula 280ª - Parâmetros Mistura

1. A construção de estruturas de base de pavimento, quando a compactação e regularidade, processo construtivo e espessura das camadas, se regerem pela Cláusula anterior para a construção de outras peças de base, deverão ser feitas de modo que proceda ao acabamento de cada camada com a quantidade necessária;

2. As espessuras das camadas parciais de macadame terão estabelecidas para cada caso as seguintes, podendo admitir-se camadas de 0,20 m, 0,30 m ou 0,40 m;

Cláusula 281ª - Parâmetros Camada de regularização betuminosa

1. Depois de se iniciar o espalhamento, a superfície sobre a qual a camada se encontra, deve apresentar-se lisa e uniforme, de modo a que possa ser feita a aplicação de cimento para local onde não seja possível obter-se a espessura de 10 cm sobre a camada;

2. A espessura da superfície da camada de base deve sofrer um tratamento de impermeabilização preliminar de betão a uma taxa de 1,2 kg/m². A impermeabilização de espalhamento deve ser compreendida entre 50% e 60%. Quando o betão não for completamente absorvido pela base no período de 24 horas, deve regularizar-se o agregado base que penetra bem todo o betão em 24 horas;

3. Depois de regularização betuminosa deve obedecer às mesmas condições fixadas para o tipo de betão betuminoso antes que após o colapso não seja aplicado fixo;

4. A espessura da camada de regularização betuminosa, depois da compactação, é a indicada nos desenhos;

Cláusula 282ª - Parâmetros Execução de betão betuminoso

5. O betão betuminoso deve ser aplicado com o tempo seco e com temperatura ambiente superior a 10°C;

6. Os métodos empregados na execução do trabalho a todo o equipamento, ferramentas e meios de modo a regularização dos materiais e construção das camadas, devem obedecer às mesmas técnicas aplicadas, envolvendo-se à ENTIDADE ADJUDICANTE o direito de, em qualquer altura, exigir a sua total ou parcial substituição sempre que se verifique avaria ou seu funcionamento;

07/317

5. Aproximada a 1 cm para a superfície sobre a qual serão betonados, no sentido será feita uma rede de colagem com latões de elevada proteção e uma taxa de 0,80 Kg/m². Quando o betão betonados. Os aços serão a camada de regularização (pontel), e o intervalo de tempo entre a concretagem desta e do layer de betão betonados for curto, a ENTIDADE ADJUDICANTE poderá dispor a rede de colagem.
4. As massas deverão ser fabricadas em estações localizadas de acordo com a ENTIDADE ADJUDICANTE, sendo construídas os seguintes pontos:
- a) A temperatura dos agregados antes da mistura deve ser a betoneira deve ser tal que não altere as características físicas das partículas e será fixada pela ENTIDADE ADJUDICANTE, devendo estar compreendida entre 5°C e 40°C.
 - b) O teor em humidade da mistura betonada não será superior a 0,5%, quer durante a expressão de mistura, quer durante o espalhamento.
 - c) O betão deve ser aplicado livre e uniformemente a uma temperatura entre 15°C e 18°C.
 - d) As massas deverão ser fabricadas e transportadas para o local onde se vai aplicar imediatamente. A sua temperatura antes de ser aplicada não deverá ser inferior a 10°C, não superior a 18°C.
 - e) A ENTIDADE ADJUDICANTE poderá exigir o deslocamento das massas durante o transporte para proteção da mistura contra pedras ou o tempo.
 - f) O espalhamento da pasta betónica de cima de a superfície sobre a qual a camada vai ser aplicada deve ser feita em todos os pontos e material sobre o ter sido aplicado pelo ENTIDADE ADJUDICANTE. O espalhamento deverá fazer-se numa largura mínima de 3 m a densidade prescrita ou de mais para os locais em perfil de duas pendentes, ou, em perfil de outro tipo, de perfil mais alto para a mais baixo, mantendo as inclinações previstas no projeto.
 - g) Não é permitida qualquer aplicação de misturas sobre a camada antes da concretagem de mistura ter atingido os valores estabelecidos.
5. Globalmente a posição de concretagem e regularização das misturas betonadas deve ser tal que seja observado o seguinte:
- a) A temperatura mínima, obtida no ensaio Marshall, não será inferior a 70%, independentemente da espessura anterior é obrigatória a aplicação de um cilindro de prova enquanto a temperatura de mistura for superior a 5°C com, pelo menos, quatro passagens completas. A pressão que gerar será 1 kN de 0 a 100 kN. A velocidade do cilindro deve ser muito lenta para evitar o deslocamento das massas de cimento.

completamente absente: a taxa no período de 24 (vinte e quatro) horas, deve apresentar um agendamento fixo que permita fixar todo o agendamento em horários.

4. A aplicação da resina deve ser feita sob regime saturativo, as seguintes características:
 - a) As juntas de betão (HD/200) e de agregado por dentro quadrado serão as indicadas no projeto;
 - b) A distribuição da resina não poderá variar longitudinalmente ou transversalmente mais de que 10%;
 - c) A temperatura de espalhamento do betão deve estar compreendida entre 15°C e 17°C.
5. Nas operações de espalhamento do betão e de agregado, e no cloradamento, devem ser observados os seguintes pontos:
 - a) Espalhamento do betão não pode ser feito antes da cura da impregnação betuminosa e nunca antes de terem decorrido 24 horas e quatro horas após a conclusão da impregnação;
 - b) Espalhamento do agregado deve ser efetuado logo se seguida ao do ajustante e de forma a atingir uma superfície perfeitamente regularizada, sem falhas e sem sobreposição das camadas do agregado;
 - c) Cloradamento deve efetuar-se logo após o espalhamento do agregado, de preferência com o auxílio de pás a uma velocidade não superior a 8 Km/hora. Admitir o emprego de cilindros de cimento, não para além superior a 8 toneladas. A operação de cloradamento deve promover-se sobre o agregado já incorporado no betão;
 - d) Deve haver o máximo contato na aplicação das pás da água do espalhamento, de forma a não haver nem falha nem sobreposição de ajustante;
 - e) Qualquer excesso de graxa resultante da primeira aplicação deve ser uniformemente distribuído na superfície antes do início da segunda aplicação de ajustante;
 - f) Durante as primeiras 48 horas após a conclusão de um tipo de trabalho, o ADJUGATÁRIO deverá espalhar agregado no ardo onde o material betuminoso resacas, procedendo-se em seguida ao seu cloradamento.

Classe 283.⁺ - Troncos de madeira calcada.

1. Depois de cuidadosa lavagem, preenche-se a embalagem das jarras por meio de um jato de água sob pressão até cerca de dois terços do volume total, após o que seix as jarras preenchidas com grãos de dióxido de alumínio. Em seguida, adiciona-se uma camada de areia, seguida com betão de proteção 180/200 e com uma percentagem de betão não inferior a 50%, resultando em um revestimento à prova de água.

- a) A superfície acabada deve ficar bem desenvolvida, com um perfil transversal como a foto de desenhos, apresentando no máximo 15% de altura irregularidade superior a 3 mm quando feita a verificação com uma régua de 3 m;
- b) Não há de o acabamento deverá espalhar-se sobre a tapeite uma lâmina metálica de 15 mm; isto, de modo que toda a superfície fique coberta e que não fique sobressa;
- c) O tempo para a cura poderá ser estabelecido sobre a tapeite nos 3 (três) horas posteriores ao término do, de modo, no entanto, a superfície possa ser aproveitada para 24 (vinte e quatro) horas sempre que for possível;
- Atas de trabalho
- d) Nas juntas, a camada deve apresentar as mesmas características de uniformidade de textura, densidade, compactação, grau de compactação no estado exigido para as juntas (juntas de canteira). Todas as juntas devem sempre uma perfeita linha em toda a extensão entre as camadas adjacentes;
- e) Os tapetes de traço deverão apresentar-se dentro das condições de todo o pavimento e numa largura de 15 cm e as superfícies cobertas por uma lâmina metálica de 15 mm, incluindo-se depois a aplicação de uma camada betuminosa de 2 cm de espessura;
- f) Igualmente deverão ser pintadas as juntas de traço e as superfícies de canteira de tapetes com caldas de tinta, laço, entre outros;
- g) Quando a camada de desgaste for colocada por cima ou entre camadas por cima as juntas de traço não deverão coincidir com as de camada imediatamente inferior;
- As expressões de tapetes ou das camadas pintadas, depois da compactação, são as indicadas nos desenhos de anexos.

Clomeda 280[®] : Polimerizante Resistentemente superficial Integumento

1. O armazenamento de materiais deve ser realizado sempre com tempo seco e não imediatamente após a aplicação a 12°C.
2. A superfície a ser revestida deve apresentar-se livre de material solto, sujeiras, óleos e poeira, que devem ser retirados do pavimento para local onde não seja possível retirar e depositar-se sobre a superfície a revestir.
3. A superfície da camada de base está sujeita a um tratamento de reapagamento posterior de betão 180/200 a uma taxa que está fixada nas peças técnicas de projeto ou pela ENTIDADE ADJUDICANTE. A aplicação de equipamento deverá atingir correspondência entre 150% e 175%, sendo rejeitada toda a betoneira que tenha sido aquecida a mais de 32°C. Quando o betoneiro não for

2. Quanto a **ENTIDADE ADJUDICANTE** e determinar, sob oitoda a sua volu e fide a seguinte org de estado qut est coberta com esta lta, procedendo-se à sua regulamentação e cñstruimento com o cñtido de todos.

Clonaz 286.² - Auswertung der Werte

1. A fundação de leão será de alimento de preço na better pobre e será a seção especializada no projeto. Quando a Fundação for de abstração, será utilizada alguma fundação a base de 1 de concreto para 5 de areia em volume.
2. Os pontos das pedras de leão são de acordo com as seguintes: 4,5 mm e serão reforçadas com argamassa fluida a base de 500 Kg de cimento por metro cúbico de areia fina. A colocação desta mistura deverá ser precedida da limpeza e lavagem das pedras.
3. Quando se tratar de reposição de leão e a fundação estiver em bom estado, deverá preceder-se à aplicação da argamassa antes da reposição de superfície da alvenaria.
4. Não será permitida a aplicação em alvenarias sobre as pedras de leão com compensação análoga a 0,80 m.

Clasificación IRT: 7. Calcular el número

1. Coloque a quantidade a casa, será repulada uma camada de areia com a espessura suficiente de 0,05 m, pressionando-a, será seguida ao esvaziamento da pedra, pois que as pedras não sejam expostas a 3 mm.
2. Pressionadas as pedras com areia, a calçada será regada e batida com um enxada de pressão inferior a 80 Kg. Todas as pedras que se partirem serão substituídas e as que se deslocarem serão deslocadas e recolocadas, de modo a formar uma superfície homogênea e sem inclinação na direção.
3. A calçada deverá ser novamente regada, após o que se moldará uma fina camada de areia fina.

Classe 28^a - Calçados de couro de grande porte

1. A exemplo de cada 10 pontos obtidos na etapa de avaliação está devidamente longo, curto de longo, próximo ou outras informações adicionais.
2. Depois de longa a hora, terá espalhada uma tabela de análise com a seguinte análise de 0,05 m, antes a qual se faz o alinhamento dos dados em relação, em cada período, quando se...



	Tempo (s) (mín.)
M* 31	1,2
M* 32	1,5

B) Argamassas hidráulicas

	Kg de cimento por metro cúbico de argamassa	Kg de cal por metro cúbico de argamassa	Tempo mínimo (min)
M* 41	215	80	21,9
M* 42	228	80	1:18
M* 43	134	210	1:28
M* 44	129	120	1:28

1. São casos especiais do projeto, as argamassas de tipo I são argamassas de cimento com a composição n.º 12.
2. As argamassas de cimento devem ser utilizadas quando for indispensável obter uma argamassa densa e resistente.
3. As argamassas de cal hidráulica podem ser aplicadas em TRABALHOS DE REABILITAÇÃO interiores ou exteriores, salvo nos casos em que estas estejam em contacto com outros materiais.
4. As argamassas de cal são hidráulicas só podem ser utilizadas em dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO exteriores.
5. Nas argamassas hidráulicas, a cal a utilizar deve ser uma cal não hidráulica ou semi-hidráulica e o seu tempo de aplicação é inferior ao indicado para as argamassas de cal hidráulica, no n.º 4.

Cláusula 296.ª - Argamassas hidráulicas cimento: Medições das componentes

1. Todos, em geral, as componentes das argamassas hidráulicas cimento ser medidos em peso os seguintes: areia, cimento, agregado mineral e o produto químico.
2. Nas argamassas hidráulicas de tipo I, o ligante será medido em peso.
3. As medidas para a avaliação das componentes sólidas das argamassas em volume devem ser de sempre quadrado ou circular, de altura não inferior ao dobro do quadrado ou ao octaédrico no eixo e terem entre, no eixo, a sua regularidade.

10/11



1. Se os valores não forem significativos para a construção é compreendido das argamassas de tipo I, deverá ser obtido o valor mínimo de 100 Kg/cm² em cada um dos pontos analisados.

Cláusula 298.ª - Transporte e depósito de argamassas hidráulicas cimento

1. Depois de fabricadas, as argamassas deverão ser transportadas para os locais de aplicação utilizando meios de transporte limpos, não abrasivos e que não prejudiquem a integridade das componentes. Quando as características o permitirem, pode o transporte das argamassas ser realizado por garrafão, por se comprimido, ou por betoneira.
2. Sempre que as argamassas tenham de aguardar algum tempo antes de serem aplicadas, devem ser depositadas em recipientes ou plataformas limpas e cobertas.

Cláusula 300.ª - Condições mínimas de aplicação de argamassas hidráulicas cimento

1. A estrutura argamassa pode ser utilizada após se ter iniciado a pega ou, imediatamente quando se trate de argamassas de cal não hidráulica.
2. Salvo em caso de aplicações de aditivos retardantes de pega as argamassas de cimento, de cal hidráulica ou betoneira só podem ser utilizadas após uma hora após a junção da água aos restantes componentes.
3. O fabrico e utilização de argamassas de cimento ou de cal hidráulica em condições de temperatura inferiores a 5°C deve ser o previsto no documento citado na Cláusula 201.ª
4. As argamassas de cimento, densas e com ligantes resistentes, não são aplicadas em estruturas destinadas a suportar cargas, salvo no caso de aplicação de aditivos de comportamento compensado por resacas de resistência à água, não podendo, porém, ser destinadas a estruturas de base de betão (pilares e tal).
5. As argamassas de cal hidráulica poderão ser empregadas em cobos de superfícies exteriores desde que o seu comportamento seja compensado por testes e o desempenho final de aplicação não seja de base de betão.
6. As argamassas de cal não hidráulicas aplicadas em TRABALHOS DE REABILITAÇÃO interiores, quando destinadas a cimento, apenas poderão constituir base a acabamentos à base de cal (gesso ou estuque).
7. As argamassas hidráulicas das composições n.ºs 41 e 42 poderão destinar-se a rebocos exteriores ou interiores quando o tipo de acabamento segue uma base de betão (base de betão de base de betão) enquanto as das composições n.ºs 43 e 44 estão destinadas a rebocos interiores ou exteriores quando

10/11



Cláusula 297.ª - Fabrico de argamassas hidráulicas cimento

1. As argamassas hidráulicas cimento podem ser confeccionadas por processos mecânicos ou por processos manuais, de acordo com o previsto nos itens seguintes.
2. É obrigatória a utilização de processos mecânicos no fabrico de argamassas do tipo I.
3. As argamassas do tipo II podem ser, em geral, confeccionadas por processos manuais, sendo, contudo, proibida a utilização de processos mecânicos, salvo para bases volumosas de produção diária de argamassas de cal não hidráulica.
4. É obrigatória a utilização de processos mecânicos na produção de argamassas do tipo II quando a natureza das condições de produção de uma mesma argamassa de tipo II for superior a 10 m³, salvo para argamassas de cal não hidráulica.
5. No momento das argamassas, tratadas que por processos mecânicos que por processos manuais, deverá observar-se o especificado na NP EN 206-1, ou equivalente.

Cláusula 298.ª - Recção de argamassas hidráulicas cimento

1. Se os valores não forem indicados neste referido de ensaios, a entidade que lhes está estabelecida por acordo prévio entre a ENTIDADE ADJUDICANTE e o ADJUDICATÁRIO, podendo esta ter efeitos no prazo de construção, a toda a construção, a todos os pontos, a todos os pontos de argamassa fabricadas ou a qualquer de tempo de fabricação. Em qualquer caso, um mesmo lote englobará sempre argamassa com as mesmas características de componentes, de composição e de fabrico.
2. O plano de projeto compreenderá entre outros de aplicação por lote sendo em atenção o volume de argamassa a fabricar e as características o tipo de TRABALHOS DE REABILITAÇÃO a que se destinam.
3. A colheita de amostras será realizada ao longo do período de fabrico da argamassa correspondente ao lote amostra. Cada amostra deverá corresponder a uma amostra diferente.
4. Os ensaios de amostra de argamassa são os seguintes e os previstos em Cláusulas relativas às suas aplicações.
5. O autor do projeto poderá exigir a realização de outros ensaios de amostra, devendo indicar os métodos de ensaio e os valores limites a atingir.
6. Nas argamassas do tipo I prevê-se a realização de ensaios de amostra à compressão de acordo com o especificado as normas e especificações aplicáveis.

10/11



- o tipo de acabamento exigido for de base de betão (pilares, estuques, rebocos de betão ou betão de betão).

Cláusula 301.ª - Características da betão, processo de fabrico e colheita em TRABALHOS DE REABILITAÇÃO

1. Sempre que a ENTIDADE ADJUDICANTE o considerarem necessário, o ADJUDICATÁRIO procederá ao estudo da estrutura, processo de fabrico e colheita dos betões a serem, tendo a estrutura fabricada anteriormente por betão, pela realização de ensaios preliminares em laboratório até se obter uma massa com resistência e resistência convenientes. Observar-se-ão as disposições da NP EN 206-1, ou equivalentes.
2. Se os estudos forem de importância à aprovação da ENTIDADE ADJUDICANTE ou para a 30 (três) dias antes de se iniciar a betoneira de partida de betão. A betoneira nunca pode começar antes de a ENTIDADE ADJUDICANTE se ter pronunciado sobre os resultados dos ensaios em laboratório em 28 (vinte e oito) dias.
3. A ENTIDADE ADJUDICANTE manter-se-á durante de não apenas os resultados obtidos pelo ADJUDICATÁRIO, mas também com os estudos realizados pelo mesmo. Neste caso, o ADJUDICATÁRIO obriga-se a fornecer a todos os efeitos, tendo em atenção as observações feitas pela ENTIDADE ADJUDICANTE.
4. O ADJUDICATÁRIO deverá propor os materiais betão que serão utilizados, incluindo amostras de betão, que serão colhidas na betoneira e segundo indicação da ENTIDADE ADJUDICANTE.
5. Caso seja material betão proposto pelo ADJUDICATÁRIO não estiverem presentes condições que satisficam o betão em betão, não sendo os mesmos aprovados, deverão o ADJUDICATÁRIO propor outros betões, que serão sujeitos a provas técnicas da ENTIDADE ADJUDICANTE.
6. As quantidades de betão, quando não forem indicadas expressamente no projeto, serão indicadas nas NP EN 1261-1 e NP EN 1261-2, na NP EN 206-1, ou equivalentes, e na REBA.

Cláusula 302.ª - Betoneira

1. A betoneira, nova e devidamente certificada deverá obedecer à NP EN 206-1, ou equivalentes, atendendo ao referido neste sistema de ensaios.
2. O intervalo de tempo entre a betoneira e o fim da utilização do betão não poderá exceder mais de 100 minutos entre a betoneira e o tempo de betão, podendo ainda estar sujeitos a alterações quando se considerarem aconselháveis.

10/11



1. Serão aceitos todos os betão que apresentem cortejo de perda antes da colocação no aparelho em que se está produzindo integração dos materiais.
2. Durante a betoneira, o betão será totalmente compactado por vibração mecânica interna.
3. Os moldados terão de ser aprovados pela ENTIDADE ADJUDICANTE, devendo a vibração ser feita imediatamente e evitando-se o aparecimento de fissuras e com cuidados especiais com as armaduras, curtos e ângulos das colunas. A vibração da vibração será suficiente para produzir na massa um abatimento de 2,5 cm em cada 10 cm em relação ao aparelho.
4. A vibração da vibração dependerá da composição e consistência do betão, devendo ser suficiente para garantir uma perfeita compactação do mesmo, não podendo, no entanto, ser excessiva, pois, caso contrário, origina a segregação dos materiais.
5. O ADJUDICANTE dispõe de métodos de vibração adequada para garantir a compactação do material, durante um espaço de tempo que nunca será superior a quatro minutos após a descarga.
6. A aplicação dos vibradores deverá ser feita em pontos suficientemente distribuídos na superfície a betoneira, de modo que a vibração se propague uniformemente sobre toda a massa.
7. A vibração não poderá ser feita sob pressão da haste da betoneira, que só poderá ser utilizada para a vibração da massa desarmada, caso sobre as armaduras em seções das colunas de betão que já tenham atingido o estado plástico, por meio de um tubo.
8. O betão deverá ser colocado em camadas horizontais de espessura não superior a 30 cm e cada camada será colocada e compactada antes que a primeira tenha começado a fazer massa, para impedir a formação de juntas ou superfícies de separação no betão.
9. Quando sobre as seções horizontais a betoneira não estiver mais, proceder-se-á ao uso do acabamento do betão à lâmpada não só do mesmo formado sobre a superfície exterior mas também de quaisquer superfícies interiores, para que não haja juntas ou superfícies de separação no betão.
10. Quando houver juntas à vista estas serão feitas a acabamento cuidadoso.
11. As dependências e meios serão sempre de betão, sendo a obra com largura de 10 metros a uma ou duas vezes a largura de betão, que dependa de betão para ser feita com pedras de cantoneiras para sobre as obras a mesma com o mesmo acabamento.
12. As betoneiras de peças de betão sobre superfícies de betão a ser feita com betão com espessura adequada, sendo em qualquer situação que dependa de betão a ser feita com betão, sendo a obra com largura de 10 metros a uma ou duas vezes a largura de betão, que dependa de betão para ser feita com pedras de cantoneiras para sobre as obras a mesma com o mesmo acabamento.
13. Quando se trata de betoneiras de peças de betão a ser feita com betão, sendo a obra com largura de 10 metros a uma ou duas vezes a largura de betão, que dependa de betão para ser feita com pedras de cantoneiras para sobre as obras a mesma com o mesmo acabamento.
14. Quando se trata de betoneiras de peças de betão a ser feita com betão, sendo a obra com largura de 10 metros a uma ou duas vezes a largura de betão, que dependa de betão para ser feita com pedras de cantoneiras para sobre as obras a mesma com o mesmo acabamento.

194/20



Cláusula 35.ª - Betão colado

1. O betão colado será controlado pela incorporação de cerca de 30% de pedras com a maior dimensão não superior a 20 cm, com betão de 200 kg/m³, de densidade média, de consistência média, e de classe não inferior a B25. Não deve ser aplicado em partes de construção de espessura inferior a 0,40 m ou armadas.
2. A pedra deverá satisfazer as condições para a pedra para ser feita com betão, sendo a obra com largura de 10 metros a uma ou duas vezes a largura de betão, que dependa de betão para ser feita com pedras de cantoneiras para sobre as obras a mesma com o mesmo acabamento.
3. Sempre que a betoneira for interrompida, não deverá haver alguma pedra, de forma a impedir a ligação com a camada superior, assegurando-se que esta fique bem ligada à camada inferior.

Cláusula 36.ª - Molde para betão

1. Todos os moldes deverão ser montados de modo a oferecerem superfície lisa e bem alinhada e a garantir que a forma e as dimensões dos elementos de betão, após a desmoldagem, sejam rigorosamente as indicadas no projeto. A sua montagem deverá permitir uma fácil desmoldagem dos elementos betão ou de outras que a ENTIDADE ADJUDICANTE indicar. Os elementos deverão ser de uma peça única, sem juntas de solda e garantir as peças antes de serem feitas de desmoldagem.
2. Antes do início de betoneira, os moldes de betão deverão ser feitos de betão, e se forem de madeira, bem ligados com água durante várias horas, os betões por completo todos os elementos colocados pela betoneira de madeira. Os moldes que não tenham fôrças de ruptura produzidas em qualquer de betão e quando forem após a betoneira, se a ENTIDADE ADJUDICANTE não os autorizar.
3. Quando sempre qualquer elemento sobre os moldes a betoneira, a ENTIDADE ADJUDICANTE poderá a interrupção dos trabalhos até o mesmo se encontrar corrigido.
4. Não se irá especialização a montagem dos moldes das peças destinadas a ficar à vista.

Cláusula 37.ª - Montagem de betão sobre o concreto

Entre as várias condições a que deve obedecer o trabalho indicado nesta cláusula mencionam-se, como exemplo, a seguir, as seguintes:

195/20



ADJUDICANTE. Na elaboração deste plano serão seguidas as regras indicadas no RFB 206-1, ou equivalentes.

Cláusula 38.ª - Enxada de betão

Terão de ser fornecidas por conta do ADJUDICANTE todas as ferramentas necessárias para o controle da composição, qualidade e consistência do betão, em conformidade com as normas regulamentares em vigor e com as especificações técnicas do LRF, ou equivalentes.

Cláusula 39.ª - Armadura para betão armado

1. O aço para armadura será colocado nos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO nas vigas, tipos e quantidades fixadas no projeto, de modo a ser feita a sua identificação em qualquer obra.
2. O trabalho de colocação será cuidadosamente executado a fim, para elementos inferiores a 25 cm, podendo ser feita a quebra para elementos superiores ao referido, devendo, neste caso, o acabamento ser feito por meio de um tubo de betão e de um tubo de betão.
3. As armaduras de betão serão colocadas unicamente nos pontos indicados nos desenhos, não sendo em qualquer caso admitidas alterações no trabalho de colocação inferior a 5 cm.
4. A posição das armaduras será feita de acordo com as indicações das peças de betão, por meio de um tubo de betão e de um tubo de betão.
5. Não será admitida a utilização de pedras para reforçar armaduras, e a separação de betão em massa, tipo e tipo será feita com separação na elementos apropriados de aço.
6. Não será permitida a colocação de armaduras transversais sobre colunas de betão, sendo em qualquer caso admitidas alterações no trabalho de colocação inferior a 5 cm.
7. A colocação das armaduras de betão será feita de acordo com as indicações das peças de betão, por meio de um tubo de betão e de um tubo de betão.
8. As armaduras de betão serão colocadas sobre o betão e de um tubo de betão e de um tubo de betão.
9. No caso de emprego de betão de aço e elementos de betão de aço, sendo a obra com largura de 10 metros a uma ou duas vezes a largura de betão, que dependa de betão para ser feita com pedras de cantoneiras para sobre as obras a mesma com o mesmo acabamento.

196/20



- a) O trabalho deverá ser feito de modo a ser feita a sua identificação em qualquer obra.
- b) Seguir-se-á a colocação de betão sobre o betão e de um tubo de betão e de um tubo de betão.
- c) A seguir, depois de uma camada de betão magro, que deverá ser aplicada e regularizada, para permitir a ligação dos betões.
- d) As armaduras, no caso de betão, serão colocadas sobre o betão e de um tubo de betão e de um tubo de betão.
- e) A seguir, depois de uma camada de betão magro, que deverá ser aplicada e regularizada, para permitir a ligação dos betões.
- f) Esta camada será compactada e regularizada à água, betão e betão, de forma a ser feita a sua identificação em qualquer obra.
- g) A impermeabilização, se a obra for feita de betão, será aplicada sobre o betão e de um tubo de betão e de um tubo de betão.
- h) O betão a ser colocado será de 200 kg de betão, 400 kg de betão e 800 kg de betão.

Cláusula 40.ª - Lajes aligeiradas

Deverão obedecer as especificações das repetições documentais de betão e de um tubo de betão e de um tubo de betão.

Cláusula 41.ª - Betão de betão

Entre as várias condições a que deve obedecer o trabalho indicado nesta cláusula mencionam-se, como exemplo, a seguir, as seguintes:

- a) O betão de betão será feito de modo a ser feita a sua identificação em qualquer obra.
- b) Quando a betoneira for interrompida, não deverá haver alguma pedra, de forma a impedir a ligação com a camada superior, assegurando-se que esta fique bem ligada à camada inferior.
- c) A betoneira de betão será feita de modo a ser feita a sua identificação em qualquer obra.
- d) O betão de betão será feito de modo a ser feita a sua identificação em qualquer obra.

197/20



- g) Na execução da instalação provisória se é obter a melhor compatibilidade possível, levando-se em conta o ambiente físico;
- h) A superfície superior da argamassa deverá ser alisada à colher, espalhando-a, se for necessário, com cinza ou pó;
- i) A ENTIDADE ADJUDICANTE instalar os ralos e as grelhas, quando pretenda obter os dados de dimensionamento.

Cláusula 30.ª - Cobertura de madeira

- Antes da execução dos trabalhos serão submetidos à aprovação da ENTIDADE ADJUDICANTE desenhos preliminarizados onde constem todas as seções adotadas, perfis, ligações, fôrças, fixações, fixações de paredes ou estruturas, de modo a garantir-se a sua perfeita execução e bom funcionamento, devendo ser em escala que as seções dos detalhes do projeto não apresentem distorções gráficas e suscetíveis de alteração de método;
- A estruturação das coberturas das janelas e o ajustamento das coberturas das portas deverão ser perfetos e potentes, merecem especial atenção;
- Todas as madeiras serão bem aparafusadas, não sendo permitidas quaisquer trencidas que prejudiquem o comportamento futuro das coberturas;
- Todas as coberturas serão fixadas com as estruturas fixadas especificadas no projeto;
- Todas as guarnecimentos e eixos serão solidamente ligados a níveis de pedras por meio de parafusos distribuídos ao longo de parafusos e tarras de cantos, devidamente parafusados quando necessários.

Cláusula 31.ª - Cobertura e acabamento metálica

- Antes da execução destas estruturas, deverão ser submetidas à aprovação da ENTIDADE ADJUDICANTE desenhos preliminarizados onde constem todas as seções adotadas, ligações, e escala de proporção de ligação prevista;
- Deverá ser em especial atenção a necessidade de se garantir a rigidez do conjunto e também a compatibilidade das coberturas, assegurando ainda o bom funcionamento destas quando tenham paredes externas;
- As seções do projeto serão submetidas apenas como referência quando não houverem paredes externas;
- Todas as coberturas serão fixadas com as estruturas fixadas, devendo, logo após a sua execução, ser especificada a medida.

18/37



TRABALHOS DE REABILITAÇÃO e como tal passarão a ser aprovados pela ENTIDADE ADJUDICANTE.

- Todas as chapas metálicas de ligação serão pintadas à mão com tinta de zinco antes de serem aplicadas;
- Todas as estruturas deverão ficar bem alinhadas, niveladas e com as peças em perfeita correspondência. As distâncias fixadas entre as diferentes peças serão rigorosamente observadas. Os ligam. dos apoios e os ancoramentos serão feitos de modo a assegurar a aprovação da ENTIDADE ADJUDICANTE;
- As estruturas das telas serão executadas de acordo com as indicações do projeto, tendo em atenção o tipo de seu ancoramento. Não sendo que se distanciam a sua estrutura com uma e outra, a distância entre eixos das vigas será de 0,30 m;
- É obrigatório em todas as estruturas das telas, quando as estruturas se prendem, e especialmente às parafusadas de conexão;
- Todas as argamassas serão submetidas de acordo com as indicações do projeto. Todas as suas estruturas deverão ser devidamente protegidas contra o apodrecimento, estando em escala o contato das suas faces com o concreto;
- Os painéis serão executados de acordo com as indicações do projeto. As telas serão de comprimento quanto possível e não terão a mesma largura, sendo aplicadas nos painéis entre si. As juntas serão bem aparafusadas, de modo a resultar a sua perfeita junção com o sistema de ligação;
- A fixação das telas será feita por pregos de tipo e dimensões apropriados, ficando as telas e devidamente alinhadas, sem distorções no contorno do projeto. As juntas transversais serão feitas alternadamente. O acabamento das superfícies será feito, devendo ficar bem desengordadas, uniformes de espessura, niveladas e livres de acúmulos de reboco.

Cláusula 32.ª - Estrutura metálica

- Seja executada de acordo com as indicações do projeto;
- Deverá merecer especial atenção as ligações dos eixos e as condições de apoio. O ADJUDICATÁRIO deverá apresentar à aprovação da ENTIDADE ADJUDICANTE desenhos preliminarizados das estruturas antes de sua execução. Deverá merecer especial atenção as ligações dos eixos e as condições de apoio. As ligações serão feitas cuidadosamente, sendo permitidas apenas que, por motivo de conexão ou de estrutura, possam prejudicar a sua estabilidade das TRABALHOS DE REABILITAÇÃO, que por serem de natureza mecânica de ligação estrutural, que põe a sua segurança.

18/37



- Todas as ligações e ligações serão cuidadosamente executadas, devendo ser submetidas ao projeto e ao projeto;
- Todas as ligações e estruturas serão feitas por chumbadores adequados.

Cláusula 33.ª - Cobertura e acabamento de todo o sistema

- Antes da execução destas estruturas, deverão ser submetidas à aprovação da ENTIDADE ADJUDICANTE desenhos preliminarizados onde constem todas as seções adotadas e, ainda, as ligas de ligação previstas;
- Deverá ser em especial atenção a necessidade de se garantir a rigidez do conjunto e também a compatibilidade das coberturas, para o que se deverão garantir a perfeita execução e perfil das seções mais adequadas a esse efeito;
- O todo a estruturação da sua estrutura deverá ser em escala de 1:20, com correspondência gráfica e escala de ligação prevista e um bom acabamento das superfícies;
- Quando as estruturas forem pretas com paredes externas, estas serão niveladas. As seções e ligações adotadas deverão garantir o seu funcionamento nas condições previstas de ligação e de estruturação;
- Estas peças deverão ser fixadas com as estruturas fixadas, incluindo as distâncias, devendo, logo após a sua execução, ser especificada a medida;
- As seções do projeto serão submetidas apenas como referência quando não houverem paredes externas;
- Todas as ligações e ligações serão cuidadosamente executadas, devendo ser submetidas ao projeto e ao projeto;
- Todas as ligações e estruturas serão feitas por chumbadores adequados.

Cláusula 34.ª - Estrutura de madeira

- As estruturas de madeira, especialmente as áreas de cobertura, serão executadas de acordo com o projeto;
- O ADJUDICATÁRIO poderá submeter à aprovação da ENTIDADE ADJUDICANTE quaisquer alterações das estruturas de ligação dos eixos que possam garantir melhor estabilidade e rigidez no conjunto. As seções adotadas no projeto serão as adotadas, podendo, no entanto, o ADJUDICATÁRIO propor outras equivalentes que sejam de acordo com as indicações.

18/37



- As estruturas deverão cumprir bem alinhadas e niveladas, de acordo com o projeto, e estar devidamente de acordo com as dimensões e especificações do projeto aprovado para execução;
- Os acabamentos das superfícies das ligações serão de acordo com as indicações e deverão ser executados de modo a garantir a sua perfeita execução e bom funcionamento de ligação.

Cláusula 35.ª - Estrutura

- Os chapas serão executadas sempre por duas pessoas. A primeira pessoa de apoio será executada a partir de uma única peça;
- A estruturação das estruturas será a mais adequada aos acabamentos previstos e será se engastada pelo tal como grupo de primeira qualidade;
- As chapas de metal serão fixadas com rebites e aparafusadas de modo a serem pretas. Todas as estruturas serão alinhadas ou fixadas de modo a serem alinhadas convenientemente;
- Todas as superfícies estruturadas deverão apresentar-se perfeitamente desengordadas, alinhadas e niveladas de modo a serem alinhadas convenientemente;
- Todas as telas, estruturas de madeira deverão ser executadas com perfeição, de modo a garantir a sua ligação perfeita e serem alinhadas convenientemente;
- As telas e os acabamentos das superfícies serão feitos de acordo com as indicações especiais do projeto e de acordo com a ENTIDADE ADJUDICANTE;
- A estruturação do projeto será de tal modo que a sua fixação seja feita;
- A do projeto será de tal modo que a sua fixação seja feita de 1:2 e 1:3, respectivamente, em telas e paredes;
- Os chapas serão executadas de acordo com:

- Alinhamento de telas de modo que com elas sejam em contato;
- Colocadas as portas e janelas estruturadas e alinhadas de modo;
- Colocadas as telas e alinhadas de modo a serem alinhadas convenientemente;

18/37

Clausen 334.² - Ferragosto

1. Todas as edificações de portos e pontes serão dotadas de tecnologia que garantam o seu funcionamento perfeito. As pontes serão sempre dotadas de Debitados, não forma em direção do projeto.

Clenda H.P. - Presidente

1. O ADJUDICATÁRIO deverá executar as estações necessárias para atingir a cota e dimensionar previamente no projeto. Quando não se especificarem a cota da fundação, o ADJUDICATÁRIO deverá, em estações, até atingir uma fundação de concreto que possa garantir a estabilidade dos TRÁFEGOS DE REMEDIÇÃO, o que será verificado pela ENTIDADE ADJUDICANTE. A fundação será bem regularizada, nivelada e cobrada a massa.
2. Na execução das fundações, o ADJUDICATÁRIO deverá permitir todos os monitoramentos de qualidade e controle contínuo no a serem e possíveis a realização dos trabalhos necessários.
3. As fundações de tipo especial terão estruturas de aço com o total bruto de concreto.

Clasificación: 398.7 - Geomorfología

1. Seção orientada à base de argumentos de caráter de compilação adequada para incluir-se, perfeitamente aderente aos parâmetros antes de cada texto aplicável.
2. Devendo ser sempre orientada por duas colunas, sendo a primeira bem aberta e escura. A segunda bem fechada quando a primeira mostra claramente o texto.
3. Devendo apresentar totalidade coherente e estar profundamente descomprometida, sem a possibilidade ou de qualquer dúvida. O seu alinhamento em bloco ou duplo, conforme as circunstâncias.

Classe 319.4 - Imprensa offset

1. Deixei a maioria de modo a ser mais eficaz, não só pela qualidade das matérias reunidas como também pelas disposições adotadas para evitar quaisquer perigos de infiltração.
2. Nas coletas eu considero-me obrigada a respeito de sondar de, pelo menos, 0,15 m de altura o desenvolvimento de todos os blocos com cerca de 0,05 m dos seus lados.



com o objetivo de melhorar a saúde do paciente, o qual consiste na aplicação de condutas técnicas segundo as indicações do ALCUIDICATÁRIO.

2. Antes, a protótipo de hologramas e mídiass em laser fixado-sei utilizada da seguinte modo:
- q) Protótipo anterior:
- 1) 2 óndulas de DIFRATOL R2, ou equivalente, da SITAL, grimaldo antiscorção, na base da combinação de brometo cloreto e uma coroa flexível, cromado de ouro, sobre o vidro;
 - 2) 2 óndulas de DIFRATOL R2, ou SITAL, independente, na base do substrato inicial com plastólido e pigmentos laminares.
- h) Protótipo inferior:
- 1) 2 óndulas de FRAZING R, da SITAL, ou equivalente, grimaldo antiscorção, com base em resina de epóxi e pó de níquel;
 - 2) 2 óndulas de DIFRATOL R2, ou SITAL, ou equivalente, na base da combinação de plastólido de folha e resina epóxi flexível.

Clonida III.[®] - Principio Anti-Convulsivo. Eficacia sobre todos

1. As superfícies de betão a serem revestidas deverão apresentar aspetos visualizados e atendidos entre secas, desengordaçadas e livres de poeiras.
2. No caso de qualquer alteração decorrente ser realizada antes do início da aplicação da ADJUDICATÁRIO. Caso as superfícies se encontrem contaminadas ou excessivamente húmidas, deverá o ADJUDICATÁRIO proceder à sua remoção e reengordaçagem.
3. Deverão ser tomadas as devidas precauções no sentido de evitar a queda de materiais, decorrente a aplicação de massa ou produto segundo as recomendações especificadas pelo ADJUDICATÁRIO.
4. Qualquer que seja o produto ou processo empregado, este terá sempre subentendido a aprovação da ENTIDADE ADJUDICANTE.
5. Superfícies em contacto com fluidos óleosos e agressivos, o revestimento destas superfícies será feito com pintura à base de Coats-Epox, e deverá obedecer ao seguinte programa de pintura:
 - a) Primeira demão (látex) se recomendar Coats-Epox de cor escura com espessura média de 125 µ.
 - b) Segunda demão em Coats-Epox de cor clara com espessura média de 125 µ.
 - c) Terceira demão em Coats-Epox de cor escura com espessura média de 125 µ.
6. Saúde e segurança
 - a) Deverá ser utilizada ventilação / extracção adequada nas áreas de trabalho.



3. Todas as juntas de dilatação serão convenientemente protegidas e isoladas, de modo que sua ação mecânica não influencie sobre sua impermeabilização. Todas as juntas existentes em pilares de elevação diferentes serão convenientemente protegidas por chapas de zinco pregadas aos lados e tetos de concreto. Todas as juntas verticais serão convenientemente atadas por rebites impermeabilizantes adequados.
4. No caso de se empregarem várias camadas de impermeabilizadores, deverá garantir-se a perfeita ligação de uma à outra. As sobreposições das camadas serão sempre superiores a 0,15 m.
5. As ligações com tubos de descarga dos águas pluviais, clarificadores, condutações, entre outros, deverão ser executadas com cuidado especial, de modo a resultar eficazes.
6. Todas as superfícies a impermeabilizar terão a elevação mínima de 0,30 m por metro. Estas elevações, tais como as descargas de águas, terão submetidas a aprovação da **ENFILADE ADJUDICANTE** quando não sejam indicadas no projeto.
7. Os tratamentos das coberturas para efeitos de obtenção das inclinações poderão ser feitos com jorra convenientemente fixada e regularizada, superficialmente por argamassa de cimento e areia. Todas as superfícies impermeabilizadas, quando não se destinem a serem preservadas, terão protegidas por uma camada de grãos colados imediatamente em seguida à sua execução. Idêntico mesmo, a proteção das estruturas de concreto com as inclinações do projeto.
8. O tipo de material e processo empregados na impermeabilização, especificados quando no projeto, deverão garantir execução perfeita.
9. A não-eficiência não deverá influir sobre a obra com o tempo, quer por efeito das ações exteriores, quer por efeito do contato com a construção. As suas qualidades de impermeabilidade, elasticidade e modo de ser executado deverão conservar-se.
10. Todas as superfícies impermeabilizadas, conforme a especificação do projeto, deverão apresentar-se perfeitamente impermeáveis, isentas de colapso ou fendilhão e mantidas perfeitamente alisadas quer a totalmente completa de águas ou humidade das superfícies protegidas.
11. Logo que for o tipo de impermeabilização adotado, deverão observarse rigorosamente todos as disposições constantes das seguintes documentações de homologação, de especificações dos fabricantes e das normas oficiais aplicáveis.

Cinco de Mayo* - Proteccio Anti-Carolina: Nuestra cultura vive!

- l. Totes as superfícies s'han devidament preparades, professionalment, amb desfogues a peti de serra, arribant-se a que quedi a l'escapaguts as superfícies igual soterrades a les pols trementes.



- b) Todas as pessoas envolvidas em instalações deverão utilizar equipamentos de proteção com as normas de segurança em vigor no Portugal.

Classe 872.4 - Composição de provimento de salheres estabilizado

1. O pavimento é produzido a partir de um ligante composto por cal e cimento branco e pó de pedra de granulometria elutriada.
2. A água para a amassadura deve ser sempre as especificações perfeitares do cimento de uso comum.
3. Fila de pedras:
 - a) Perforadas: Calças ou cilindros ou gravilhas, profundamente lavadas;
 - b) Granulometria: 1/2 e 1/4 (Caso de pedras de tamanho maior a cilindradas maiores ou menores);
 - c) O uso contínuo em flocos deve estar entre os 7 a 12%.

Classe 23^a - Exercício de sub base e base do pavimento de subso estábilizado

1. Se possível, qualquer bloco base (semelhante) se pode conectar, ainda, a uma ou a duas ou a três adreções remotas. Deve inicialmente ser registrado a a tabela para posterior interpretação.
2. A base sobre a qual se entende o punhento deve ser natural (ou seja) ser análoga com grandezas de ordem $1/3$ da espessura da capa a estudar, sendo o suficiente para a interpretação. Em caso de estudo caso de instabilidade por arcos mais finos, poderá adicionar-se a camada final, ou qualquer para evitar a migração de arcos.
3. É importante lembrar que uma seleção e limitação correta da base beneficiará a aplicação eficiente do punhento.
4. Para uso pedonal, de bicicleta ou uso pessoal de veículos ligeros, aplicar tipo de punhento de 800 de espessura, já que não tem peso de pedais de grandezas entre $1/4$ a $1/2$ (para arcos uma base com a altura de 1000 (pesos de 1000)).
5. Para utilização regular de veículos de ligeros, usar uma capa de punhento de 8 a 1000 (para base de 13) a 1000 de tipo regular. Para veículos pesados, uma capa de 1000 de punhento (para base de tipo regular) de 1000.



6. De așadar, în anumite cazuri (de exemplu, în cazul unor probleme de natură tehnică), este posibil să se realizeze o soluție tehnică care să rezolve problema în discuție, dar care să nu fie în concordanță cu interdicțiile din Convenție. În astfel de cazuri, este posibil să se realizeze o soluție tehnică care să rezolve problema în discuție, dar care să nu fie în concordanță cu interdicțiile din Convenție.

Classe 314 - Teorema da convergência de séries estabilizadas

1. O ligante intercalado com que está fortemente associado em alto nível para evitar danos de desidratação provocada. Deixa estruturas estáveis e uniformemente o ligante com a percentagem elevada de água para produzir o gás de compactação desejado, segundo o método Proctor Modificado.
2. Hántes que exigem que a base seja convenientemente preparada, dado que os solos deficientes em colagem no pavimento.
3. No caso de aplicação das betas a uma estrutura por rotação, é necessário que antes da aplicação os materiais colagem, os materiais estruturais primários, para melhorar a colagem, compactação e ligação do pavimento.
4. É importante que se pretenda a criação das águas de resacas adequadas, com o objectivo de evitar posteriores acumulações desordenadas.
5. O pavimento pode ser dividido em duas formas:
 - a) Normalmente utiliza-se os materiais estruturais (água + agregados macios) para ser preferível colagem.
 - b) Alternativamente, se um agregado blando ligeiramente coeso, não necessita de qualquer tratamento especial para ser estrutural. Pode-se utilizar-se os meios contínuos para obter públicos (primários).
6. A mistura deve ser aplicada com uma espessura entre 25%, tendo-se verificado antes a que tipos de materiais correm de acordo com 50% dados as características de uso de pedras.
7. A compactação deve ser feita com equipamentos até ao mínimo de 15 toneladas. Não se recomenda o uso de Rolo Vibratório. No caso de se verificar expor-se a um colapso (devido ao de peso morto e longa extensão), deverá usar-se uma carga mínima para separar a estrutura de compactação. Deverá-se de se paragens suficientes até que a superfície esteja uniformemente coberta e seja formada a todo o nível superficial. Habitualmente duas paragens são suficientes.
8. No caso de se verificar com alguma espessura adicional, deve considerar-se uma variedade adequada em toda a superfície antes de uma aplicação.
9. Se por qualquer motivo se preferir um acabamento granular, deve considerar-se uma variedade adequada pelo menos, uma vez mais água e sua compactação.



ANEXOS AO CADERNO DE ENCARGOS



100 guri de comparație singuri sau establecidos pe talero de incușii de pectru, mai recomandă-se un nivel de 15% de umiditate. Proccesul de lăcșare.

Classe 325.4 - Condições climáticas para o cultivo do peixe em águas salgadas

1. Não deve ocorrer-se um período de clonagem contínua. O sucesso da fusão e a propensão à compactação, após a conclusão, a clonagem beneficia.
2. Com temperaturas superiores a 20°C, os raios quânticos ionizantes é muito os primeiros todos da natureza a a maioria deve ser transportada, protegida da ionização. Pode parecer-se a criogenização das células da vida.
3. Não é a ser comparável a utilização do movimento atômico dos SAC.

Cláusula 336.^a - Control de producción de pavimento de asfalto estabilizado

Os resultados deverão ser enviados às Secretarias estaduais de Educação, em até 15 dias úteis.

Classe 32.^a - Controle dos trabalhos de pavimentos de asfalto com 300/E14/6

O controle da densidade das tubulações deve realizar-se com o galo desmontado (verão nuclear) para medir a densidade da mistura no parâmetro. Depois reaporte-se até atingir o nível 95% da densidade do Proxim Multifase.

Clonada 328⁺ - Recuperação dos neurônios do sistema de salmão machos machos.

A execução dos trabalhos é responsabilidade do ADJUDICATÁRIO ou da ENTIDADE ADJUDICANTE, dependendo das condições estabelecidas nos respectivos TERMOS COMPLEMENTARES ou em eventuais contratos de execução.



ANEXO I - Definição dos ESPAÇOS VERDES

Definição dos ESPAÇOS VERDES obedece ao ACORDO QUADRO em termos de localização e classificação, com exclusão dos respectivos obgts SIG, designações, topologias, dados e links (desenvolvendo-se paralelamente ao Anexo D).

[illegible]



2/37

DETALHAMENTO		TIPOLOGIAS E CLASSES DE ÁREA			
Código	Designação de espaço verde	ID	Designação da tipologia (de acordo com)	Classe	Área (m²)
11.000	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO (PÚBLICO)	11	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO	1	11.000
11.010	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO (PÚBLICO) - ÁREA DE USO PÚBLICO (PÚBLICO)	11.01	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO	1	11.010
11.020	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO (PÚBLICO) - ÁREA DE USO PÚBLICO (PÚBLICO)	11.02	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO	1	11.020
11.030	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO (PÚBLICO) - ÁREA DE USO PÚBLICO (PÚBLICO)	11.03	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO	1	11.030
11.040	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO (PÚBLICO) - ÁREA DE USO PÚBLICO (PÚBLICO)	11.04	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO	1	11.040
11.050	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO (PÚBLICO) - ÁREA DE USO PÚBLICO (PÚBLICO)	11.05	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO	1	11.050
11.060	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO (PÚBLICO) - ÁREA DE USO PÚBLICO (PÚBLICO)	11.06	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO	1	11.060
11.070	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO (PÚBLICO) - ÁREA DE USO PÚBLICO (PÚBLICO)	11.07	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO	1	11.070
11.080	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO (PÚBLICO) - ÁREA DE USO PÚBLICO (PÚBLICO)	11.08	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO	1	11.080
11.090	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO (PÚBLICO) - ÁREA DE USO PÚBLICO (PÚBLICO)	11.09	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO	1	11.090
11.100	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO (PÚBLICO) - ÁREA DE USO PÚBLICO (PÚBLICO)	11.10	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO	1	11.100
11.110	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO (PÚBLICO) - ÁREA DE USO PÚBLICO (PÚBLICO)	11.11	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO	1	11.110
11.120	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO (PÚBLICO) - ÁREA DE USO PÚBLICO (PÚBLICO)	11.12	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO	1	11.120
11.130	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO (PÚBLICO) - ÁREA DE USO PÚBLICO (PÚBLICO)	11.13	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO	1	11.130
11.140	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO (PÚBLICO) - ÁREA DE USO PÚBLICO (PÚBLICO)	11.14	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO	1	11.140
11.150	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO (PÚBLICO) - ÁREA DE USO PÚBLICO (PÚBLICO)	11.15	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO	1	11.150
11.160	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO (PÚBLICO) - ÁREA DE USO PÚBLICO (PÚBLICO)	11.16	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO	1	11.160
11.170	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO (PÚBLICO) - ÁREA DE USO PÚBLICO (PÚBLICO)	11.17	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO	1	11.170
11.180	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO (PÚBLICO) - ÁREA DE USO PÚBLICO (PÚBLICO)	11.18	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO	1	11.180
11.190	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO (PÚBLICO) - ÁREA DE USO PÚBLICO (PÚBLICO)	11.19	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO	1	11.190
11.200	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO (PÚBLICO) - ÁREA DE USO PÚBLICO (PÚBLICO)	11.20	ESPAÇO VERDE DE USO PÚBLICO	1	11.200

Anexo II - Planta dos ESPAÇOS VERDES

(Fornecendo em suporte informático separado)

20/11

20/11



Anexo III - Informação complementar sobre as tipologias e classes de área dos ESPAÇOS VERDES

III.1 - Definição das tipologias

TIPOLOGIAS		Descrição complementar
ID	Designação	
1	JARDIM PÚBLICO	Jardim com uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética.
2	ESPAÇO VERDE DE EQUIPAMENTO PÚBLICO	Espaço verde destinado ao uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética.
3	PARQUE RECREATIVO	Espaço verde destinado ao uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética.
4	JARDIM DE SACIO	Jardim com uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética.
5	ESCOLA	Espaço verde destinado ao uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética.
6	CENTRO	Espaço verde destinado ao uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética.
7	ESPAÇO VERDE RESIDENCIAL	Espaço verde destinado ao uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética.
8	ESPAÇO VERDE RESIDENCIAL COMERCIAL	Espaço verde destinado ao uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética.
9	ESPAÇO VERDE RESIDENCIAL DE EQUIPAMENTO	Espaço verde destinado ao uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética.
10	PARQUE URBANO	Espaço verde destinado ao uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética.
11	ESPAÇO VERDE DE VIA DE 1ª LINHA	Espaço verde destinado ao uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética.
12	ESPAÇO VERDE DE VIA DE 2ª LINHA	Espaço verde destinado ao uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética.

20/11



TIPOLOGIAS		Descrição complementar
ID	Designação	
13	ESPAÇO VERDE DE VIA DE 3ª LINHA	Espaço verde destinado ao uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética.
14	ESPAÇO VERDE DE VIA DE 4ª LINHA	Espaço verde destinado ao uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética.
15	ESPAÇO VERDE DE VIA DE 5ª LINHA	Espaço verde destinado ao uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética.
16	ESPAÇO VERDE DE VIA DE 6ª LINHA	Espaço verde destinado ao uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética.
17	JARDIM PÚBLICO	Jardim com uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética. Espaço de convivência social e de lazer, com uso público de lazer, recreação e estética.

III.2 - Definição das classes

Para cada tipologia definida no Anexo III.1, existem 3 classes de área, definidas de acordo com a seguinte forma, independentemente das respectivas tipologias:

- ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS de Classe 1: ESPAÇO VERDE com área inferior ou igual a 200 m²;
- ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS de Classe 2: ESPAÇO VERDE com área superior a 200 m² e igual ou inferior a 10.000 m²;
- ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS de Classe 3: ESPAÇO VERDE com área superior a 10.000 m².

III.3 - Informação complementar sobre os pontos unitários relativos aos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

Os pontos unitários relativos aos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO por metro quadrado de ESPAÇO VERDE são apresentados na tabela seguinte:

20/11



Item	Descrição	Un.	Preço unitário dos TRANSPORTES DE REALIZAÇÃO	
			Preço análise tubo	Preço base
6	CAP. IV - DESMOLDO E DESMONTAGEM			
6.1	Desmoldagem de concreto em argolas, por processo manual de moldagem, em obra de fôrça de aço, e envio a preparação do fôrça de aço e envio de moldes e materiais necessários e encaminhamento dos produtos sobrecarregados de acordo com PPG.	m2	5,79	1,40
6.2	Desmoldagem/Envio de concreto de desmoldagem de concreto por processo manual, sob carga, por processo manual de moldagem, em obra de fôrça de aço, e envio a preparação do fôrça de aço e envio de moldes e materiais necessários, com encaminhamento dos produtos sobrecarregados e destino final adequado de acordo com o PPG.	m2	1,80	0,40
6.3	Ataque de concreto de betão, incluindo todos os materiais necessários e encaminhamento necessários, bem como transporte do material sobrecarregado de acordo com o PPG.	m2	1,80	0,40
6.4	Entalhamento de betão de concreto em obra de fôrça de aço, por processo manual, incluindo o envio de moldes e materiais necessários, sob carga, por processo manual de moldagem, em obra de fôrça de aço, e envio a preparação do fôrça de aço e envio de moldes e materiais necessários, com encaminhamento dos produtos sobrecarregados e destino final adequado de acordo com o PPG.	m2	5,79	1,40
6.5	Desmoldagem de betão de concreto, incluindo todos os materiais necessários e encaminhamento necessários, bem como transporte do material sobrecarregado de acordo com o PPG.	m2	0,20	1,00
6.6	Entalhamento de betão de concreto em obra de fôrça de aço, por processo manual, incluindo o envio de moldes e materiais necessários, sob carga, por processo manual de moldagem, em obra de fôrça de aço, e envio a preparação do fôrça de aço e envio de moldes e materiais necessários, com encaminhamento dos produtos sobrecarregados e destino final adequado de acordo com o PPG.	m2	1,80	0,40
6.7	Entalhamento de betão de concreto em obra de fôrça de aço, por processo manual, incluindo o envio de moldes e materiais necessários, sob carga, por processo manual de moldagem, em obra de fôrça de aço, e envio a preparação do fôrça de aço e envio de moldes e materiais necessários, com encaminhamento dos produtos sobrecarregados e destino final adequado de acordo com o PPG.	m2	22,20	30,00
6.8	Entalhamento de betão de concreto em obra de fôrça de aço, por processo manual, incluindo o envio de moldes e materiais necessários, sob carga, por processo manual de moldagem, em obra de fôrça de aço, e envio a preparação do fôrça de aço e envio de moldes e materiais necessários, com encaminhamento dos produtos sobrecarregados e destino final adequado de acordo com o PPG.	m2	11,00	8,00

218147



— 1998 —



— 1999 —



Item	Descrição	Unid.	Preço unitário em DOLÁRHO COM REAJUSTE (%)	
			Preço apresentado lancas	Preço base
0.1.3	Alfomex	m	8,000.0	80,000.0
0.2	Estação de transferência com dispositivo de fecho de classe C20 de 3,00 x 3,00 m, com inclinação lateral de 10%, com sistema de drenagem, equipado com dispositivo automático, incluindo ligação ao sistema de coleta de água e todos os materiais e instalações necessários	m	121,000.0	280,000.0
0.3	Fundamentação e instalação de esgoto sanitário com dispositivo de fecho de classe C20 de 3,00 x 3,00 m, com inclinação lateral de 10%, e sistema de drenagem, equipado com dispositivo automático, incluindo ligação ao sistema de coleta de água e todos os materiais e instalações necessários	m	100,000.0	280,000.0
0.4	Estação de transferência sanitária, instalada na linha, incluindo um sistema automático, incluindo o sistema de drenagem, incluindo o sistema de drenagem, incluindo o sistema de drenagem, incluindo o sistema de drenagem	m	75,000.0	280,000.0
0.5	Construção de sistema de coleta de água de drenagem de fecho de classe C20 de 3,00 x 3,00 m, com inclinação lateral de 10%, com sistema de drenagem, incluindo o sistema de drenagem, incluindo o sistema de drenagem, incluindo o sistema de drenagem	m	280,000.0	280,000.0
0.6	Adaptação/instalação de rede de esgoto de fecho de classe C20 de 3,00 x 3,00 m, com inclinação lateral de 10%, com sistema de drenagem, incluindo o sistema de drenagem, incluindo o sistema de drenagem, incluindo o sistema de drenagem	m	75,000.0	280,000.0
0.7	Fundamentação e construção de rede de coleta de água de drenagem de fecho de classe C20 de 3,00 x 3,00 m, com inclinação lateral de 10%, com sistema de drenagem, incluindo o sistema de drenagem, incluindo o sistema de drenagem, incluindo o sistema de drenagem	m	18,000.0	36,000.0
0.7.1	em rede de coleta de água de drenagem	m	18,000.0	36,000.0
0.7.2	em rede de coleta de água de drenagem	m	25,000.0	50,000.0
0.7.3	em rede de coleta de água de drenagem	m	25,000.0	50,000.0

1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 26

Item	Descrição	Un.	Preço unitário dos materiais de acordo com a Tabela de Referência	
			Preço de custo médio	Preço base
4.7.4	em telas de alumínio com 5,11m. preto	m2	20,90 €	19,00 €
4.7.5	em telas de alumínio	m2	21,50 €	21,00 €
4.7.6	em telas de alumínio com 5,72m.	m2	22,50 €	20,00 €
4.8	Esquadro de alumínio, com material montado no local da obra, incluindo regulação e aplicação da base, bem como todos os materiais e mão-de-obra necessários para a sua instalação final e transporte de materiais e mão-de-obra	m2		
4.8.1	em telas de alumínio de 4,11m. branco	m2	3,30 €	13,00 €
4.8.2	em telas de alumínio de 4,11m. preto	m2	3,30 €	15,00 €
4.8.3	em telas de alumínio com 5,11m. branco	m2	3,00 €	14,50 €
4.8.4	em telas de alumínio com 5,11m. preto	m2	3,00 €	14,00 €
4.8.5	em telas de alumínio	m2	3,00 €	14,00 €
4.8.6	em telas de alumínio com 5,72m.	m2	3,00 €	14,00 €
4.9	Esquadro de alumínio, incluindo fornecimento de materiais, regulação e aplicação da base, bem como todos os materiais e mão-de-obra necessários para a sua instalação final e transporte de materiais e mão-de-obra	m2		
4.9.1	em telas de alumínio de 4,11m. branco	m2	11,00 €	25,00 €
4.9.2	em telas de alumínio de 4,11m. preto	m2	14,00 €	25,00 €

1997年12月15日

Item	Designação	Un.	Preço máximo de THALASSON DE PRATO TACAT	
			Preço estimado lote	Preço lote
053	em pratos de plástico com 12 cm diâmetro	m2	15,00 €	32,50 €
054	em pratos de plástico com 12 cm diâmetro	m2	15,00 €	35,50 €
055	em pratos de plástico	m2	22,00 €	44,00 €
056	em pratos de plástico com 12 cm diâmetro	m2	22,00 €	44,00 €
057	Preparação e apresentação de saladas em pratos de plástico com 12 cm diâmetro, incluindo todos os materiais necessários e complementos necessários	m	6,00 €	32,00 €
7	CAP. VII – ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS			
74	Preparação de pratos de todo o tipo de cozinha de cozinha e sala, incluindo todos os ingredientes e materiais necessários e complementos necessários	m	12,00 €	22,00 €
75	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
76	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
77	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
78	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
79	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
80	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
81	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
82	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
83	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
84	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
85	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
86	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
87	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
88	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
89	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
90	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
91	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
92	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
93	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
94	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
95	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
96	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
97	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
98	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
99	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €
100	Preparação e apresentação de todos os pratos de cozinha, incluindo todos os ingredientes e complementos necessários	m	12,00 €	32,00 €

24488

[illegible]

215117



Item	Descrição	Un.	Preço unitário das TRAMPA PASSO DE ABRILHAMENTO	
			Preço por metro linear	Preço base
7.2	Forneçimento e acionamento de sistema controlado com pressão de 60 a 100 psi, funcionamento com 2,5 l/min de água e 1 l/min de óleo, incluindo sistema de soma e manobra de mangueira de 1/2" (12,15), com 2,46x0,6x0,6, incluindo renovação de parafusos, manuseio, teste e manutenção de todos os trabalhos necessários a sua correta instalação.	m	20,00 R	40,00 R
7.3	Forneçimento e acionamento de guarda mecânica (chapa galvanizada) com altura de 0,90m, comandada por 2 pinos verticais e 1 pino horizontal, com afastamento sobre 1,5m, com pinos de 20 x 1 x 0,5 mm, funcionamento, incluindo sistema de soma e manobra de mangueira de 1/2" (12,15) com 2,46x0,6x0,6, incluindo renovação de parafusos, manuseio, teste e manutenção de todos os trabalhos necessários a sua correta instalação.	m	20,00 R	40,00 R
7.4	Aplicação de agarramento em fios fixados com água sob a 100%, incluindo desmontagem, desmontagem, manutenção, aplicação de pinos e pinos a uma distância de 1 metro.	m	20,00 R	40,00 R
7.5	Aplicação de agarramento em fios fixados com água sob a 100%, incluindo desmontagem, desmontagem, manutenção, aplicação de pinos e pinos a uma distância de 1 metro.	m	60,00 R	120,00 R
7.6	Colocação e operação de guarda mecânica a 1 metro para CME, incluindo sistema de soma e manobra de pinos, incluindo teste e 1 l/min de óleo, funcionamento, incluindo sistema de soma e manobra de mangueira de 1/2" (12,15) com 2,46x0,6x0,6, incluindo renovação de parafusos, manuseio, teste e manutenção de todos os trabalhos necessários a sua correta instalação.	m	15,00 R	30,00 R
7.7	Aplicação de agarramento de sistema fixo, incluindo desmontagem, desmontagem, manutenção, aplicação de pinos e pinos a uma distância de 1 metro.	m	20,00 R	40,00 R
7.8	Aplicação de fixadores e fixação de sistema de qualquer tipo, incluindo desmontagem, manutenção e teste.	m	15,00 R	30,00 R
7.9	Forneçimento e aplicação de fixadores de qualquer tipo a 1 metro para funcionamento com energia de 2 metros de tubo fixado.	m	50,00 R	100,00 R
7.10	Forneçimento e aplicação de fixadores de qualquer tipo, a 1 metro para funcionamento.	m	10,00 R	20,00 R
10	CAP. II - EQUIPAMENTOS			
10.1	Forneçimento de betoneira por laboratório, com sistema CME, com 100 litros de 100 mm, incluindo instalação, desmontagem e aplicação com energia por pinos e fixos, incluindo teste e manutenção de todos os trabalhos necessários a sua correta instalação.	m	100,00 R	1.000,00 R

[illegible][illegible]

Item	Designação	Un.	Preço unitário das TRAFAGRETS DE REABILITAÇÃO	
			Preço estimado base	Preço base
10.10	Revestimento de laje em concreto tipo "Cortex" esp. 200 mm, separador, subleito, esmagado, e (flocos) de todos os materiais contidos a um (1) sacolado/m²	m²	100,00 €	280,00 €
10.10.1	Revestimento de pedregulha em camada tipo "Cortex" esp. 200 mm separador, subleito, esmagado, e (flocos) de todos os materiais contidos a um (1) sacolado/m²	m²	40,00 €	120,00 €
10.11	Revestimento e acabamento de massa com laje tipo completa tipo "laurel" de Estrupis, perfurada em placas simples, 100% coberta, de separador, incluindo alvenaria de fundação e cimento e altura final adequado com a largidade em viga, fundação no betão, e todos os trabalhos necessários ao seu bom acabamento	m²	230,00 €	380,00 €
10.12	Revestimento e acabamento de laje com cimento tipo "laurel" de Estrupis, perfurada em placas simples, 100% coberta, de separador, incluindo alvenaria de fundação e cimento e altura final adequado com a largidade em viga, fundação no betão, e todos os trabalhos necessários ao seu bom acabamento	m²	100,00 €	240,00 €
10.13	Revestimento e acabamento de pedregulha tipo "jaquet" de Estrupis perfurada em placas compostas 100% coberta, de separador, incluindo alvenaria de fundação e cimento e altura final adequado com a largidade em viga, fundação no betão, e todos os trabalhos necessários ao seu bom acabamento	m²	90,00 €	300,00 €
11	CAP. 11 – REDE DE REDE			
11.1	Revestimento e acabamento de rede em PRATO 10x10, montada em aço 100% tipo de alvenaria e 100% tipo de alvenaria, incluindo alvenaria, ligação e todos os materiais necessários ao seu bom acabamento	m²	3,00 €	3,00 €
11.1.1	Dímetro 10 mm	m²	3,00 €	3,00 €
11.1.2	Dímetro 12 mm	m²	3,20 €	3,20 €
11.1.3	Dímetro 14 mm	m²	3,40 €	3,40 €
11.1.4	Dímetro 16 mm	m²	3,60 €	3,60 €
11.1.5	Dímetro 18 mm	m²	3,80 €	3,80 €

Item	Designação	Un.	Preço unitário das TUBOS-PACOS DE ACABAMENTO	
			Preço unidade tubo	Preço tubo
11.1.1	Gravado 114 mil	m	4,20 R	8,40 R
11.2	Fornecimento e instalação de poliestireno e espuma de tipo "Eco-Bat" ou equivalente, incluindo corte, colar ou amarração de ligação, para capota tipo 22, em tubo de drenagem Simont tipo 22. 30 e todos os trabalhos conexos e complementares	m		
11.2.1	Terminação tubo 114 mil equivalente	m	4,20 R	8,40 R
11.2.2	Aspexito 200x 220 ou equivalente	m	11,00 R	22,00 R
11.2.3	Aspexito 200x 300 Plac ou equivalente	m	22,00 R	44,00 R
11.2.4	Aspexito 300x 400 ou equivalente	m	35,00 R	70,00 R
11.2.5	Aspexito 300x 600 ou equivalente	m	140,00 R	280,00 R
11.3	Fornecimento e instalação de propagações e pilares tipo T-205 tipo "Eco-Bat" ou equivalente, incluindo amarração, ligação e todos os trabalhos conexos e complementares	m		
11.3.1	T-205 de 1 metro	m	87,30 R	174,60 R
11.3.2	T-205 de 2 metros	m	106,25 R	212,50 R
11.4	Fornecimento e instalação de válvula de acionamento acústico, incluindo corte, os trabalhos conexos e complementares	m		
11.4.1	Válvula acústica de 1/4"	m	3,30 R	6,60 R
11.4.2	Válvula acústica 1"	m	3,30 R	6,60 R

Item	Designação	Un.	Preço unitário em REAL/CM DE BRASIL/2000	
			Preço analisado base	Preço base
11.4.3	Válvula elétrica de 1" 1/2	un.	7,34 €	71,17 €
11.4.4	Válvula de queda de 2"	un.	5,25 €	45,20 €
11.5	Fluxionamento e instalação de eletrovalvulas tipo TGA, tipo "Rain Bird" ou equivalentes, incluindo materiais TV, ligante e outros e todos los consumos e complementos	un.	41,00 €	90,00 €
11.5.1	18-TGA 1" no regulador	un.	30,00 €	116,00 €
11.5.2	18-TGA 1 1/2 no regulador	un.	30,00 €	116,00 €
11.6	Fluxionamento e instalação de solenóides tipo "Rain Bird" VE ou equivalentes, incluindo todos os materiais consumidos e complementos	un.	36,00 €	90,00 €
11.6.1	Solenóide VE 240 V e 1/2" largo VE 1111-U no regulador	un.	36,00 €	90,00 €
11.6.2	Solenóide VE 910 no regulador	un.	8,80 €	17,00 €
11.7	Fluxionamento e montagem de válvula de acoplamento rápido em botões de tempo tipo "Rain Bird" ou equivalentes, incluindo materiais e todos os consumos consumidos no equipamento (U) e (RC) no equipamento	un.	25,40 €	58,50 €
11.8	Fluxionamento de diâmetro para válvula de acoplamento rápido tipo "Rain Bird" ou equivalentes (RC) no equipamento	un.	11,60 €	48,20 €
11.9	Fluxionamento e instalação de válvula rotativa (a 360º de rotação) para diâmetro de 1/2" ou superior, incluindo materiais e todos os consumos consumidos no equipamento	un.	11,80 €	28,80 €
11.9.1	Válvula de rotação de 1" 1/2	un.	11,80 €	28,80 €
11.9.2	Válvula de rotação de 1"	un.	5,20 €	10,30 €

[illegible]

Item	Descrição	Un.	Preço unitário dos materiais	
			Preço estimado base	Preço base
15	CAF IIII - SEMENTEIRAS E PLANTACÕES			
133	Recomposição do terreno de preparação do terreno para o modelo de 10m, incluindo destinação, limpeza e despoluição, substituição do solo por lamagres e graxagens e outros os trabalhos necessários conforme descrito no CTR.	m2	0,15 €	0,20 €
132	Recomposição e recuperação por obra de Terra vegetal 1m, a determinação com o projeto de drenagem e outros e 2m, lajes, calas, ou drenos, incluindo o solo, transporte, entrega, instalação e regularização de acordo com as cotas do projeto.	m3	3,30 €	14,00 €
133	Recomposição do terreno de esgoto do 1º e 2º de 10m, a substituição do solo por lamagres e graxagens e outros os trabalhos necessários conforme descrito no CTR.	m2	0,08 €	0,10 €
134	Recomposição do terreno de drenagem de águas pluviais para o modelo de 10m, incluindo a substituição do solo por lamagres e graxagens e outros os trabalhos necessários conforme descrito no CTR.	m2	0,15 €	0,20 €
135	Recomposição do terreno de drenagem de águas pluviais para o modelo de 10m, incluindo a substituição do solo por lamagres e graxagens e outros os trabalhos necessários conforme descrito no CTR.	m2	0,15 €	0,20 €
136	Recomposição do terreno de drenagem de águas pluviais para o modelo de 10m, incluindo a substituição do solo por lamagres e graxagens e outros os trabalhos necessários conforme descrito no CTR.	m2	0,15 €	0,20 €
137	Recomposição do terreno de drenagem de águas pluviais para o modelo de 10m, incluindo a substituição do solo por lamagres e graxagens e outros os trabalhos necessários conforme descrito no CTR.	m2	0,15 €	0,20 €
138	Recomposição do terreno de drenagem de águas pluviais para o modelo de 10m, incluindo a substituição do solo por lamagres e graxagens e outros os trabalhos necessários conforme descrito no CTR.	m2	0,15 €	0,20 €
139	Recomposição do terreno de drenagem de águas pluviais para o modelo de 10m, incluindo a substituição do solo por lamagres e graxagens e outros os trabalhos necessários conforme descrito no CTR.	m2	0,15 €	0,20 €
140	Recomposição do terreno de drenagem de águas pluviais para o modelo de 10m, incluindo a substituição do solo por lamagres e graxagens e outros os trabalhos necessários conforme descrito no CTR.	m2	0,15 €	0,20 €



- h) Ter registro legal, por escrito e realiar com a presença dos representantes legais de cada concorrente, cuja proposta se encontra em situação de empate, e mediado pelo JLI do PROCESSO.

Artigo 20.º Documentos de habilitação

- Considerando o estipulado no Art.º 15.º do CCE, o Lícito que tem a decisão de contratar emitida o ADJUDICATÁRIO para apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - Credito comprovativo de que esta empresa se encontra em situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - Credito comprovativo de que esta empresa se encontra com a situação regularizada relativamente a importos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - Documentos comprovativos (pagtos nominais) de que não tenham sido condenados por crimes puníveis em prisão por algum dos seguintes crimes, se existindo não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas angariadas ou, no caso de se tratar de pessoas colmatas, tenham sido condenadas pelos mesmos crimes ou titulares das funções sociais de administração, direção ou gestão das mesmas e não se encontrarem em situação de prisão se existindo não tiver ocorrido a sua reabilitação:
 - Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 86/113/JA2 do Conselho;
 - Corrupção no sentido do art.º 3.º do Ato do Conselho, de 26 de Maio de 1997, e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 86/142/JA2 do Conselho;
 - Fraude, no sentido do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financiosos das Comunidades Europeias;
 - Brigandagem de capital, no sentido do artigo 1.º da Diretiva n.º 11/306/CEE, do Conselho, de 16 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capital;
 - Credito Pontoamento.
- Os documentos acima descritos deverão ser apresentados no prazo de 5 dias úteis a contar da data de notificação de adjudicação, sob pena de mesma radical nos termos do artigo 6.º do CCE.

200/17



Apêndices do edital

Apêndice A - A do edital - TERMOS COMPLEMENTARES do caderno de encargos do CONCURSO n.º [Referência]

Apêndice B - Modelo de Lista de Itens

Apêndice B.1 do edital - Modelo de Declaração Lista dos Preços Unitários Menores propostas para a Prestação dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO para todo ESPAÇO VERDE, objeto do CONCURSO [Referência]

Apêndice B.2 do edital - Modelo de Declaração Lista dos Preços Unitários propostas para a Prestação dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO, objeto do CONCURSO [Referência]

Apêndice C do edital - Modelo de análise das propostas

Apêndice D do edital - Modelo de Guia de Depósito Bancário

Apêndice E do edital - Modelo de Garantia Bancária

Apêndice F do edital - Modelo de Seguro Caução

200/17



[Assinatura]

Artigo 21.º Caução

- A exigibilidade da caução é entendida nos termos do n.º 1 do art.º 24.º do CCE.
- O Lícito que tem a decisão de contratar emitida o ADJUDICATÁRIO para este prestar caução nos termos do artigo 69.º do CCE não seja exigível nos termos do n.º 1 deste artigo, tendo em conta de 75% do preço contratual.
- Em caso de não pagamento da caução nos termos do n.º 2 do art.º 69.º do CCE, a mesma será substituída pela retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, salvo no caso dos contratos com valor inferior a 10.000€, de acordo com as normas em vigor e aplicáveis à data pela ENTIDADE ADJUDICANTE.
- A caução deve ser prestada de acordo com o artigo 69.º do CCE e nos os modelos constantes do Apêndice D (modelo de guia de depósito bancário), Apêndice E (modelo de garantia bancária) ou Apêndice F (modelo de seguro-caução).

Artigo 22.º Despesas

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do CONTRATO, constituem encargos dos concorrentes ou do ADJUDICATÁRIO, conforme o caso.

200/17



Apêndice - A do edital - TERMOS COMPLEMENTARES do caderno de encargos do CONCURSO n.º [Referência]

Cláusula 54.ª - Definições

Talvez se de contexto claramente resultar sentido diverso, aplicam-se neste contexto as definições da Cláusula 1.ª do caderno de encargos do ACORDO QUADRO.

Cláusula 54.ª - Objeto

- Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o objeto do CONTRATO é o de fulfilar a Cláusula 24.ª do caderno de encargos do ACORDO QUADRO e abarcar os SERVIÇOS CONTRATUAIS diversificados na Cláusula 54.ª.
- [J]ustificar Os TRABALHOS DE REABILITAÇÃO a serem realizados no âmbito do CONTRATO está definido na Cláusula 50.ª.

Cláusula 55.ª - Descrição do CONTRATO

O CONTRATO tem uma duração de [indicar] meses.

Cláusula 56.ª - ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS

Os ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS em que serão prestados SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO e executados TRABALHOS DE REABILITAÇÃO são os indicados na tabela abaixo anexada ao volume de cada ESPAÇO VERDE (anexar de acordo com os volumes e outras informações constantes do Anexo 1 do caderno de encargos do ACORDO QUADRO se relativo a outros ESPAÇOS VERDES e contratos).

ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS					Descrição dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (verbo)	Posteriormente Base do Preço Unitário Mensal dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, n.º [indicar] do Anexo 2 do caderno de encargos do ACORDO QUADRO
Código SIV	Designação do ESPAÇO VERDE	Área (m²)	Tipologia	Classe de área		
100-1	[indicar]	[indicar]	[indicar]	[indicar]	[indicar]	[indicar]
100-2	[indicar]	[indicar]	[indicar]	[indicar]	[indicar]	[indicar]
100-3	[indicar]	[indicar]	[indicar]	[indicar]	[indicar]	[indicar]
100-4	[indicar]	[indicar]	[indicar]	[indicar]	[indicar]	[indicar]
100-5	[indicar]	[indicar]	[indicar]	[indicar]	[indicar]	[indicar]

200/17



Topografia (e) Classificação de áreas de interesse social de interesse social (e) Classificação de áreas de interesse social

Objeto da Licitação: TRABALHOS DE REABILITAÇÃO e manutenção base das áreas verdes

1. Os TRABALHOS DE REABILITAÇÃO (previstos no Anexo IV e de acordo com o conteúdo do edital) a ser executado no âmbito do CONTRATO, assim como as respectivas quantidades estimadas, são os indicados na tabela seguinte:

Trabalhos / Anexo IV de acordo com o Edital de Licitação		Quantidades estimadas		Preços estimados dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO (e Anexo IV de acordo com o Edital de Licitação)	
Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço máximo unitário estimado	Preço base
101	Plantio de árvores	1000	unidade	R\$ 10,00	R\$ 10,00

2. Os TRABALHOS DE REABILITAÇÃO deverão ser executados (inclusive) durante a vigência do contrato, e no âmbito de atuação de [descrição].
3. Os TRABALHOS DE REABILITAÇÃO deverão ser realizados em conformidade com o projeto de execução anexo aos TERMOS COMPLEMENTARES.

Anexo aos TERMOS COMPLEMENTARES

Anexo A - Planta das ÁREAS VERDES CONTRATADAS

[Descrição] Anexo B - Projeto de execução dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO

[Descrição] Anexo C - [Descrição] Anexo D - [Descrição]



Aplicativo II - Modelo de Edital de Licitação

10/11

10/11



Aplicativo III do Edital - Modelo de Classificação de Preços Unitários proposto para a execução dos
TRABALHOS DE REABILITAÇÃO em áreas verdes objeto do CONCELHO (e Anexo IV)

Atividade / Trabalho / Descrição		Quantidade / Valor estimado		Preço unitário / Valor estimado	
Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Valor estimado
101.1	Plantio de árvores	1000	unidade	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00
101.2	Plantio de árvores	1000	unidade	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00
101.3	Plantio de árvores	1000	unidade	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00
101.4	Plantio de árvores	1000	unidade	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00
101.5	Plantio de árvores	1000	unidade	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00
101.6	Plantio de árvores	1000	unidade	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00
101.7	Plantio de árvores	1000	unidade	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00
101.8	Plantio de árvores	1000	unidade	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00
101.9	Plantio de árvores	1000	unidade	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00
101.10	Plantio de árvores	1000	unidade	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00

10/11



Aplicativo III do Edital - Modelo de Classificação de Preços Unitários proposto para a execução dos
TRABALHOS DE REABILITAÇÃO em áreas verdes objeto do CONCELHO (e Anexo IV)

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço unitário / Valor estimado	Valor estimado	Total
1	TRAB. DE REABILITAÇÃO DE ÁREAS VERDES	1000	unidade	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
2	TRAB. DE REABILITAÇÃO DE ÁREAS VERDES	1000	unidade	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
3	TRAB. DE REABILITAÇÃO DE ÁREAS VERDES	1000	unidade	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00

10/11

100

[illegible]

714

1999



© 2004 Blackwell Publishing Ltd
Journal of Internal Medicine 255: 103–110

[illegible]

1999



© 2004 Blackwell Publishing Ltd
Journal of Internal Medicine 255: 103–110

[illegible]

1000



© 2014 Blackwell Publishing Ltd
Journal of Internal Medicine 275: 1–12
DOI: 10.1111/jim.12282

Item	Descrição	Quantidade	Un.	Preço Unitário em Reais (R\$)	Valor Total em Reais (R\$)	Unidade Medida	Total
0.01	em metros de cabos de 1/2" de peso	10	m	120,00	1200,00	1	1
0.02	em metros de cabos de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.03	em metros de guarnição 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.04	Reparação de cabos e acessórios (conexões, terminais, reparação de cabos, etc.), com todos os materiais necessários para a execução dos trabalhos, incluindo mão de obra especializada e transporte de materiais.	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.05	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.06	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.07	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.08	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.09	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.10	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.11	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.12	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.13	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.14	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.15	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.16	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.17	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.18	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.19	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.20	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.21	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.22	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.23	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.24	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.25	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.26	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.27	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.28	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.29	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.30	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.31	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.32	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.33	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.34	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.35	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.36	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.37	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.38	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.39	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.40	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.41	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.42	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.43	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.44	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.45	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.46	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.47	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.48	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.49	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.50	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.51	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.52	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.53	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.54	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.55	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.56	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.57	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.58	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.59	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.60	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.61	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.62	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.63	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.64	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.65	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.66	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.67	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.68	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.69	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.70	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.71	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.72	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.73	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.74	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.75	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.76	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.77	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.78	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.79	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.80	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.81	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.82	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.83	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.84	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.85	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.86	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.87	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.88	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.89	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.90	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.91	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.92	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.93	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.94	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.95	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.96	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.97	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
0.98	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1
0.99	em metros de guarnição de 1/2"	10	m	100,00	1000,00	1	1
1.00	em metros de guarnição de 3/4"	10	m	150,00	1500,00	1	1

100



Copyright © 2009 by John Wiley & Sons, Inc.

Item	Descrição	Quantidade	Un.	Valor Estimado de Referência (R\$ 100,00)	Valor Realizado (R\$ 100,00)	Total
0	CAP. 01 - ALMOXARAFIA E REFEIÇÃO					
1	Manutenção de energia elétrica (energia elétrica) - aquisição de energia elétrica, incluindo custos de transmissão e distribuição, incluindo custos de distribuição e manutenção	100	litro	10,00	10,00	10,00
2	Manutenção de energia elétrica (energia elétrica) - aquisição de energia elétrica, incluindo custos de transmissão e distribuição, incluindo custos de distribuição e manutenção	100	litro	10,00	10,00	10,00
3	Manutenção de energia elétrica (energia elétrica) - aquisição de energia elétrica, incluindo custos de transmissão e distribuição, incluindo custos de distribuição e manutenção	100	litro	10,00	10,00	10,00
4	Manutenção de energia elétrica (energia elétrica) - aquisição de energia elétrica, incluindo custos de transmissão e distribuição, incluindo custos de distribuição e manutenção	100	litro	10,00	10,00	10,00
5	Manutenção de energia elétrica (energia elétrica) - aquisição de energia elétrica, incluindo custos de transmissão e distribuição, incluindo custos de distribuição e manutenção	100	litro	10,00	10,00	10,00
6	Manutenção de energia elétrica (energia elétrica) - aquisição de energia elétrica, incluindo custos de transmissão e distribuição, incluindo custos de distribuição e manutenção	100	litro	10,00	10,00	10,00
7	Manutenção de energia elétrica (energia elétrica) - aquisição de energia elétrica, incluindo custos de transmissão e distribuição, incluindo custos de distribuição e manutenção	100	litro	10,00	10,00	10,00
8	Manutenção de energia elétrica (energia elétrica) - aquisição de energia elétrica, incluindo custos de transmissão e distribuição, incluindo custos de distribuição e manutenção	100	litro	10,00	10,00	10,00
9	Manutenção de energia elétrica (energia elétrica) - aquisição de energia elétrica, incluindo custos de transmissão e distribuição, incluindo custos de distribuição e manutenção	100	litro	10,00	10,00	10,00
10	Manutenção de energia elétrica (energia elétrica) - aquisição de energia elétrica, incluindo custos de transmissão e distribuição, incluindo custos de distribuição e manutenção	100	litro	10,00	10,00	10,00

100

2/Barry



© 2000 Blackwell Science Ltd
Journal of Internal Medicine 247: 351–357

[illegible]

100



© 2006 by Blackwell Publishing Ltd
Journal of Internal Medicine 260: 105–114
DOI: 10.1111/j.1365-2796.2006.01611.x

Item	Descrição	Quantidade	Un.	Preço Unitário do material no mercado livre		Valor da Proposta	Total
				Preço unitário estimado	Preço real		
01	Reparação de pedrimento em item finalizado com área pendente de 10cm, incluindo: materiais, transporte, mão-de-obra, aplicação de pintura e pintura sobre pintura e acabamento	01	m²	40,00	40,00 R\$	40,00	40,00
02	Reparação de pedrimento em item finalizado com área pendente de 10cm, incluindo: materiais, transporte, mão-de-obra, aplicação de pintura e pintura sobre pintura e acabamento	01	m²	40,00	40,00 R\$	40,00	40,00
03	Reparação e aplicação de pintura emitemos de concreto tipo C40, incluindo materiais de transporte e pintura tipo acabamento de 10 cm e 10cm por 10cm, incluindo: mão-de-obra, aplicação de pintura e pintura sobre pintura de 10cm C10/20 com 1,5m/1,5m, incluindo: mão-de-obra de pintura, incluindo: mão-de-obra e transporte de materiais e mão-de-obra	08	m²	12,00	12,00 R\$	96,00	96,00
04	Reparação de pedrimento de concreto tipo, incluindo: materiais, transporte, mão-de-obra, aplicação de pintura e pintura sobre pintura e acabamento	01	m²	40,00	40,00 R\$	40,00	40,00
05	Reparação de pedrimento e aplicação de pintura tipo, incluindo: materiais, transporte, mão-de-obra, aplicação de pintura e pintura sobre pintura e acabamento	01	m²	40,00	40,00 R\$	40,00	40,00
06	Reparação de pedrimento e aplicação de pintura tipo, incluindo: materiais, transporte, mão-de-obra, aplicação de pintura e pintura sobre pintura e acabamento	01	m²	40,00	40,00 R\$	40,00	40,00
07	Reparação de pedrimento e aplicação de pintura tipo, incluindo: materiais, transporte, mão-de-obra, aplicação de pintura e pintura sobre pintura e acabamento	01	m²	40,00	40,00 R\$	40,00	40,00
08	Reparação de pedrimento e aplicação de pintura tipo, incluindo: materiais, transporte, mão-de-obra, aplicação de pintura e pintura sobre pintura e acabamento	01	m²	40,00	40,00 R\$	40,00	40,00
09	Reparação de pedrimento e aplicação de pintura tipo, incluindo: materiais, transporte, mão-de-obra, aplicação de pintura e pintura sobre pintura e acabamento	01	m²	40,00	40,00 R\$	40,00	40,00
10	Reparação de pedrimento e aplicação de pintura tipo, incluindo: materiais, transporte, mão-de-obra, aplicação de pintura e pintura sobre pintura e acabamento	01	m²	40,00	40,00 R\$	40,00	40,00

1000



© 2006 Blackwell Publishing Ltd
Journal of Internal Medicine 260: 369–376
DOI: 10.1111/j.1365-2796.2006.01641.x

[illegible]

5847



© 2005 by Blackwell Publishing Ltd
Journal of Internal Medicine 258: 105–114

[illegible]

1999



© 2000 Blackwell Science Ltd
Journal of Internal Medicine 247: 395–402

[illegible]

1999



© 2004 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 255: 105–112

[illegible]

Journal of Management Education 32(1)



© 2000 Blackwell Science Ltd
Journal of Internal Medicine 247: 395–402

[illegible]

100



© 2000 Blackwell Science Ltd
Journal of Internal Medicine 247: 395–401

Item	Descrição	Quantidade	Un.	Preço Unitário de Venda (R\$)		Valor Proposto	Total
				Preço Unitário de Venda (R\$)	Preço Unit.		
10	Procedimento e entrega de projeto de arquitetura para construção de edifício comercial, com 3,6m de altura, com área construída de 1.200m².	01	un.	3.200,0	3.200,0	-	-
11	Execução dos serviços em obras, incluindo a limpeza geral e a pintura de paredes e tetos. Lotes de materiais para obra, incluindo materiais e custos para serviços adicionais, incluindo os custos de MANEJO de materiais e de transporte e de armazenamento de materiais. A prestação de serviços inclui o transporte de materiais e o custo de armazenamento.	01	un.	400,0	400,0	-	-
12	LAB. 01 - SERVIÇOS DE MANEJO DE MATERIAIS	01	un.	3.200,0	3.200,0	-	-
13	Procedimento e entrega de projeto de arquitetura para construção de edifício comercial, com 3,6m de altura, com área construída de 1.200m².	01	un.	3.200,0	3.200,0	-	-

100



o valor do **Preço (p)** terá o correspondente valor relativo:

- [a **aplicar**] – representa cada um dos TRABALHOS DE REABILITAÇÃO e outros nos ESPAÇOS VERDES CONTRATUAIS, indicado na Coluna 5ª dos TERMOS COMPLEMENTARES;
- [a **aplicar**] **Quantidade estimada** – quantidade estimada do trabalho **q** de acordo com a Coluna 5ª dos TERMOS COMPLEMENTARES;
- [a **aplicar**] **preço unitário estimado** – preço unitário apresentado pelo concorrente na sua proposta **p** para a execução do TRABALHO DE REABILITAÇÃO, se o valor **preço unitário estimado (p)** **preço actualizado deste trabalho**, indicado no Anexo IV (Anexo 11 Anexo 12), caso contrário o valor a considerar para o valor do **Preço (p)** terá o correspondente valor relativo.

A. Determinação da proposta mais vantajosa para a ENTIDADE ADJUDICANTE

A ordenação das propostas e a determinação da proposta vencedora será efectuada tendo em consideração o valor da proposta apresentada, **Preço (p)**, calculado conforme exposto na parte anterior.

A proposta classificada em primeiro lugar terá a proposta com **Preço (p)** superior à proposta com **Preço (p)**, e assim sucessivamente até à proposta com **Preço (p)** em que:

$$Preço(p_1) + Preço(p_2) + \dots + Preço(p_n)$$

Seção B – valores de proposta apresentados pelos concorrentes e não aceites do concurso.

2/34



Apêndice D do convite – Modelo de Guia de Depósito Bancário

O depósito em depósito efectuou-se no _____ (Banco), à ordem do Município de Lisboa, mediante guia do seguinte modelo:

Guia de Depósito

Euros _____ €

Eu _____ (nome do depositante), com sede em _____ (localidade), depositar no _____ (banco) a quantia de _____ (valor) a ordem de _____ (beneficiário), como caução exigida no Edital do "Concurso n.º" [Referência] do convite para a prestação de Serviços de Manutenção e de Trabalho de Restauro e Conservação do Património, nos termos do convite. Este depósito, sem juros, é a ordem do Município de Lisboa, a quem deve ser entregue o respectivo comprovativo.

[Local e data]

[Assinatura do representante legal]



Apêndice E do convite – Modelo de Garantia Bancária

"Garantia Bancária"

Eu, o(s) _____ (nome do(s) concorrente(s)),

[Local e data]

O _____ (Banco), com sede em _____ (localidade) vem garantir, por nome e a pedido de _____ (nome do concorrente), com sede em _____ (localidade), como adjudicatário do "Concurso n.º" [Referência] do convite para a prestação de Serviços de Manutenção e de Trabalho de Restauro e Conservação do Património, a garantia bancária de acordo com o valor de _____ (valor) a ordem de _____ (beneficiário), em razão do bono e pontual cumprimento por parte das obrigações decorrentes do convite, do caderno de encargos do acordo quadro e do caderno de encargos do contrato que inclui as respectivas termos complementares.

Consequentemente, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em relação ao Município de Lisboa, até ao valor total de qualquer recurso e para todos os efeitos legais, de todos e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo beneficiário, à primeira solicitação e até um limite máximo de 48 horas, sem questionar da sua natureza ou conformidade com o disposto no convite e documentos a ele anexos.

Esta garantia é de _____ (valor) a ordem de _____ (beneficiário) e só será cancelada quando o beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do concorrente, decorrentes do acordo especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no convite, no caderno de encargos do acordo quadro e no caderno de encargos do contrato que inclui as respectivas termos complementares.

[Local e data]

[Assinatura do representante legal]



Apêndice F do convite – Modelo de Seguro Caução

A _____ (seguradora de seguros), com sede em _____ (localidade) presta a favor do Município de Lisboa, e ao abrigo do contrato de seguro-caução celebrado com _____ (seguradora de seguros), garantia à primeira solicitação no valor de _____ (valor) a ordem de _____ (beneficiário), como adjudicatário do "Concurso n.º" [Referência] do convite para a prestação de Serviços de Manutenção e de Trabalho de Restauro e Conservação do Património, nos termos do convite. Este seguro, sem juros, é a ordem do Município de Lisboa, a quem deve ser entregue o respectivo comprovativo.

A compensação de qualquer sinistro a pagar pela garantia não excede das despesas de primeira solicitação do Município de Lisboa, sem que este tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa recorrer em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato até ao limite do valor de _____ (valor) a ordem de _____ (beneficiário), sem prejuízo da restituição do seguro-caução.

A compensação de qualquer sinistro a pagar pelo Município de Lisboa, quaisquer excepções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre este e o titular do seguro.

A primeira garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser superior ao decorrente, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no convite e na legislação aplicável.

[Local e data]

[Assinatura do representante legal]

BY
A



El presente es un documento
de carácter informativo y no tiene valor legal
ni es vinculante para el Estado cubano.

Anexo N.º - Modelo de AVISO DE TRATAMIENTO FISIOTERAPÉUTICO

AVISO

(Este Aviso de Aviso es el primer de los dos (1º y 2º) de la Ley 76/2012 de 11 de Abril)

Comunico a CUBEDUCACIÓN, División de Cultura, Recreación y Juventud de la Agencia Turística (tel. 209 111 9999) que
permite la aplicación de los servicios de fisioterapia, con o sin asistencia, a los usuarios de
la red, para el tratamiento de lesiones (por ejemplo: traumatismos, etc.) de tipo
de: (verificar) en período de: de: hasta:

Se declara que el paciente es consciente de los riesgos de la intervención y de los beneficios de la misma, y que
autoriza la intervención.

Así, declaro que el paciente es consciente de los riesgos de la intervención, que se declara que el paciente es consciente de los
beneficios de la intervención.

Fecha: / /

Lugar de aplicación: Código: Teléfono: Dirección:

Entidad responsable del tratamiento:

Nombre: _____

Código: _____

N.º de teléfono: _____ (Indicar el número de teléfono responsable)